

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC



ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DO ITAPECURU-MIRIM

Volume 4



IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO
maranhão

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DO ITAPECURU-MIRIM

VOLUME 4

São Luís

2014

Governadora do Estado do Maranhão

Roseana Sarney Murad

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN

João Bernardo de Azevedo Bringel

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC

Presidente

Fernando José Pinto Barreto

Diretor de Estudos Ambientais e Geoprocessamento

Josiel Ribeiro Ferreira

Diretor de Estudos e Pesquisas

Sadick Nahuz Neto

Coordenação e Redação

José Ribamar Trovão

Capa

Paulo César dos Santos Garras

Colaboração

Karla Serra Amorim

Elaboração

Carlos Henrique Santos da Silva

Cosme do Nascimento Neves Júnior

Getúlio Estefânio Duarte Martins

Jeremias Silva Santos

Paulo César dos Santos Garras

Revisão

Ana Tereza Bouéres Rodrigues Noronha

Angélica Maria Frazão Sousa

Daniele de Fátima Amorim Silva

Vicente Anchieta Júnior

Normalização

Virginia Bittencourt Tavares da Costa Neves

Apoio

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: microrregião geográfica do Itapecuru-Mirim / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2014.

V. 4: il; 242 p.

ISBN: 978-85-61929-18-3

1. Enciclopédia – Municípios – Maranhão. I. Título

CDU 030(812.1-21)

Av. Senador Vitorino Freire Nº 01 – Qd. 36 – Areinha. Ed. Jonas Martins Soares, 4º Andar

São Luís – Maranhão

CEP. 65.030-015

Fone: (98) 3221 1023

Fax. (98) 3221 2504 / 3221 1023

Site: www.imesc.ma.gov.br

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento a sua função institucional de produzir estudos e pesquisas que tenham como finalidade o aprimoramento do conhecimento técnico científico, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, dando prosseguimento a abordagem de um melhor conhecimento da realidade socioeconômica e cultural do Estado do Maranhão, disponibiliza o Volume IV da Enciclopédia dos Municípios Maranhenses, com foco na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim, composta de 08 municípios.

Este trabalho resgata e atualiza aspectos históricos culturais, geográficos, econômicos e sociais, detalhando em análises específicas, assuntos pertinentes a cada um dos municípios que compõem a referida microrregião com abordagem do Baixo Vale do Rio Itapecuru.

Através desta publicação o IMESC dá continuidade ao projeto da Enciclopédia dos Municípios Maranhenses (21 microrregiões) e apresenta aos gestores, pesquisadores, estudiosos e demais segmentos interessados, dados de referência para diversas pesquisas.

João Bernardo de Azevedo Bringel

Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Árvore genealógica da Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim	19
	Cantanhede	
Figura 2 -	Planta da cidade – 2007.....	26
Figura 3 -	Casa estilo colonial em frente à Estrada de Ferro – 2012.....	26
Figura 4 -	Praça Paulo Rodrigues – 2012.....	27
Figura 5 -	Antiga estação ferroviária de Cantanhede – 2012.....	38
Figura 6 -	Rio Itapecuru em Cantanhede - 2012.....	38
Figura 7 -	Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 2012.....	39
	Itapecuru-Mirim	
Figura 8 -	Planta da cidade – 2007.....	51
Figura 9 -	Avenida Brasil – 2012.....	52
Figura 10 -	Avenida Gomes de Souza – 2012.....	52
Figura 11 -	Praça Gomes de Souza ou da Prefeitura – 2012.....	53
Figura 12 -	Coco babaçu coletado para beneficiamento – 2006.....	65
Figura 13 -	Quebradeiras de Coco – 2006.....	66
Figura 14 -	Pescadora de Itapecuru-Mirim – 2006.....	67
Figura 15 -	Igreja Matriz dedicada a Nossa Senhora das Dores – 2012.....	69
Figura 16 -	Festejo de Nossa Senhora das Dores – 2012.....	72
Figura 17 -	Casa de Cultura – 2012.....	72
	Matões do Norte	
Figura 18 -	Planta da cidade – 2007.....	80
Figura 19 -	Rua asfaltada – 2012.....	81
Figura 20 -	Praça a margem da BR 135 – 2012.....	81
Figura 21 -	Centro de saúde José Araújo – 2012.....	86
Figura 22 -	Mercado público municipal – 2012.....	93
Figura 23 -	Igreja matriz de São José – 2012.....	94
Figura 24 -	Campo de futebol – 2012.....	97
Figura 25 -	Estádio Municipal Sampaião – 2012.....	97
Figura 26 -	Fachada do Estádio Sampaião – 2012.....	98
Figura 27 -	Trecho da BR 135, cortando a sede municipal – 2012.....	99
	Miranda do Norte	
Figura 28 -	Primeira Escola Mirandense, situada à Rua Velha.....	105
Figura 29 -	Povoado Miranda e BR-135 em construção em 1957.....	105
Figura 30 -	Miranda em 1957.....	106
Figura 31 -	Planta da cidade – 2007.....	108
Figura 32 -	Vista parcial da BR-135 – 2012.....	108
Figura 33 -	Padrão construtivo das residências – 2012.....	109
Figura 34 -	Rua do Sol – 2012.....	109
Figura 35 -	Praça Nossa Senhora da Conceição – 2012.....	110
Figura 36 -	Gráfico percentual da área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006.....	118
Figura 37 -	Gráfico percentual da área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2012.....	118
Figura 38 -	Termelétrica Gera Maranhão – 2012.....	121
Figura 39 -	Vista Parcial da Termelétrica Gera Maranhão – 2012.....	122
Figura 40 -	Quitanda – 2012.....	123
Figura 41 -	Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida – 2012.....	124
Figura 42 -	Caminhão Compactador – 2012.....	125

Figura 43 -	Ginásio Municipal – 2012.....	127
	Nina Rodrigues	
Figura 44 -	Vista Parcial do Rio Munim – 2012.....	135
Figura 45 -	Planta da cidade – 2007.....	136
Figura 46 -	Rua Raimundo Cosme Oliveira – 2012.....	137
Figura 47 -	Av. Balto Cruz – 2012.....	137
Figura 48 -	Praça Viva Balaiada – 2012.....	138
Figura 49 -	Bairro Vila da Manga – 2012.....	138
Figura 50 -	Hospital Municipal Madalena Fortes Braga – 2012.....	142
Figura 51 -	Assoreamento na confluência dos rios Munim e Iguará – 2012.....	149
Figura 52 -	Praia dos Amores – 2012.....	150
Figura 53 -	Igreja Matriz de São Benedito – 2012.....	152
Figura 54 -	Igreja Assembleia de Deus – 2012.....	152
Figura 55 -	Batizado do Boi de Nina Rodrigues – 2012.....	155
	Pirapemas	
Figura 56 -	Trecho da Ferrovia Transnordestina em Pirapemas – 2012.....	162
Figura 57 -	Planta da cidade – 2007.....	162
Figura 58 -	Avenida Vitorino Freire – 2012.....	163
Figura 59 -	Praça João Lisboa – 2013.....	163
Figura 60 -	Balneario da Inês – 2012.....	174
Figura 61 -	Estação de trem – 2012.....	175
Figura 62 -	Comércio na parte inferior das residências – 2012.....	175
Figura 63 -	Igreja Nossa Senhora da Conceição – 2012.....	176
Figura 64 -	Campo de futebol – 2012.....	179
	Presidente Vargas	
Figura 65 -	Padrão construtivo das residências – 2012.....	185
Figura 66 -	Av. Pedro Daréu – 2012.....	186
Figura 67 -	Praça Walter Ferreira – 2012.....	186
Figura 68 -	Planta da Cidade – 2007.....	187
Figura 69 -	Unidade Mista – 2012.....	191
Figura 70 -	Igreja Matriz de Santa Luzia – 2012.....	199
Figura 71 -	Santa Luzia – 2012.....	201
Figura 72 -	Corredor da Folia – 2012.....	202
Figura 73 -	Açude localizado na entrada da cidade – 2012.....	203
	Vargem Grande	
Figura 74 -	Planta da cidade – 2007.....	213
Figura 75 -	Praça da Matriz – 2012.....	213
Figura 76 -	Praça de eventos localizada as margens do açude Paulo Ramos – 2012.....	214
Figura 77 -	Portal na entrada da cidade – 2012.....	214
Figura 78 -	Hospital Mussoline de Sousa – 2012.....	219
Figura 79 -	Distribuição das matriculas por modalidade de ensino – 2012.....	221
Figura 80 -	Vista parcial do balneário Moizinho – 2012.....	228
Figura 81 -	Vista da fachada da Igreja Matriz – 2012.....	229
Figura 82 -	Altar dedicado a São Sebastião na Igreja Matriz – 2012.....	230
Figura 83 -	Imagem de São Raimundo dos Mulundus – 2012.....	234
Figura 84 -	Festa de São Raimundo dos Mulundus – 2009.....	235

LISTA DE TABELAS

Cantanhede		
Tabela 1 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	29
Tabela 2 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	30
Tabela 3 -	Distribuição da população residente - 2000 e 2010.....	31
Tabela 4 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	33
Tabela 5 -	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006.....	34
Tabela 6 -	Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2012.....	36
Tabela 7 -	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.	37
Tabela 8 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	40
Tabela 9 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	41
Itapecuru-Mirim		
Tabela 10 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	56
Tabela 11 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	57
Tabela 12 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	58
Tabela 13 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	61
Tabela 14 -	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006.....	62
Tabela 15 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente – 2006 e 2012.....	63
Tabela 16 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012.....	64
Tabela 17 -	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.	64
Tabela 18 -	Distribuição da população residentepor religião – 2010.....	69
Tabela 19 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	70
Matões do Norte		
Tabela 20 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	83
Tabela 21 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	84
Tabela 22 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	85
Tabela 23 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	88
Tabela 24 -	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006.....	89
Tabela 25 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente – 2006 e 2012.....	90
Tabela 26 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012.....	91
Tabela 27 -	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.	92
Tabela 28 -	Distribuição da População por Religião – 2010.....	95

Tabela 29 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	96
	Miranda do Norte	
Tabela 30 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	111
Tabela 31 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	112
Tabela 32 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	113
Tabela 33 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	116
Tabela 34 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012.....	119
Tabela 35 -	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.	120
Tabela 36 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	124
Tabela 37 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	126
	Nina Rodrigues	
Tabela 38 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	140
Tabela 39 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	141
Tabela 40 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	142
Tabela 41 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	145
Tabela 42 -	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006.....	145
Tabela 43 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente – 2006 e 2012.....	146
Tabela 44 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012.....	147
Tabela 45 -	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.	149
Tabela 46 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	153
Tabela 47 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	154
	Pirapemas	
Tabela 48 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	165
Tabela 49 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	166
Tabela 50 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	167
Tabela 51 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	170
Tabela 52 -	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006.....	170
Tabela 53 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012.....	172
Tabela 54 -	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.	173
Tabela 55 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	177
Tabela 56 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classes – 2010.....	178

Presidente Vargas

Tabela 57 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	189
Tabela 58 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	190
Tabela 59 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	194
Tabela 60 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012.....	196
Tabela 61 -	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.	197
Tabela 62 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	199
Tabela 63 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classes – 2010.....	200

Vargem Grande

Tabela 64 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	217
Tabela 65 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	218
Tabela 66 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	219
Tabela 67 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária - 2006 e 2012.....	223
Tabela 68 -	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006.....	224
Tabela 69 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente - 2006 e 2012.....	225
Tabela 70 -	Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2012.....	226
Tabela 71 -	Quantidade produzida e valor da produção extrativista – 2012.....	227
Tabela 72 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	230
Tabela 73 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	231

LISTA DE SIGLAS

AIDs -	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANATEL -	Agência Nacional de Telecomunicações
APA -	Área de Proteção Ambiental
APAE -	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AVC -	Acidente Vascular Cerebral
BPC -	Benefício de Prestação Continuada
CAEMA -	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CAPS -	Centro de Atenção Psicossocial
CECEMA -	Centro de Educação Continuada
CEMAR -	Companhia Energética do Maranhão
CMDCA -	Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente
CPF -	Cadastro de Pessoas Físicas
CRAS -	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS -	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRPM -	Serviço Geológico do Brasil
DSTs -	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EJA -	Educação de Jovens e Adultos
ESF -	Programa Estratégia Saúde da Família
ETC -	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FACAM -	Faculdade Cândido Mendes
HAS -	Hipertensão Arterial Sistêmica
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDM -	Índice de Desenvolvimento Municipal
IESB -	Instituto de Educação Superior do Brasil
IESF -	Instituto Superior Franciscano
IMESC -	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INSS -	Instituto Nacional do Seguro Social
INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NASF -	Núcleo de Assistência a Saúde da Família
PAIF -	Programa de Atenção Integral à Família
PETI -	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB -	Produto Interno Bruto
PROJOVEM -	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIAB -	Sistema de Informação de Atenção Básica
SUS -	Sistema Único de Saúde
TSE -	Tribunal Superior Eleitoral
UAB -	Universidade Aberta do Brasil
UEMA -	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA -	Universidade Federal do Maranhão
UTI -	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ABRANGÊNCIA AMBIENTAL DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DO ITAPECURU-MIRIM.....	16
2.1	Cantanhede.....	20
2.2	Itapecuru-Mirim.....	43
2.3	Matões do Norte.....	74
2.4	Miranda do Norte.....	100
2.5	Nina Rodrigues.....	128
2.6	Pirapemas.....	156
2.7	Presidente Vargas.....	180
2.8	Vargem Grande.....	204
	REFERÊNCIAS.....	237
	ÍNDICE.....	239

1 INTRODUÇÃO

Com este IV volume da Enciclopédia dos Municípios Maranhenses o IMESC avança na execução do projeto de publicar um estudo detalhado e minucioso de todos os municípios maranhenses, favorecendo assim a comunidade científica, cultural, universitária, social, econômica, política e ao povo em geral de um estudo detalhado e atualizado da Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim.

O trabalho está distribuído em capítulos, com estudos dos oito municípios que compõem a citada Microrregião.

As pesquisas foram realizadas entre 2012 e 2013, distribuídas em duas etapas: pesquisa bibliográfica e cartográfica e trabalho de campo, com duas viagens de sete dias cada, ocasião em que foram aplicados formulários a fim de se adquirir informações sócias, econômicas, jurídicas, religiosas, socioculturais de cada município, além de entrevistas ou contatos informais com os moradores mais antigos, líderes estudantis, sindicais e outros, no sentido de adquirir um “olhar” através daqueles que vivem o dia a dia do lugar.

Alguns dados sugerem desatualização da informação; são aqueles que dependem da publicação dos órgãos oficiais, como por exemplo, sobre o uso da terra e a condição do produtor rural, que são adquiridos do censo agropecuário, cuja última publicação foi em 2006, a população que está ligada ao último censo demográfico de 2010; outros de 2013 e até 2014.

No conteúdo da publicação constam nove mapas, sendo um regional e oito de cada município além de oito plantas das cidades da microrregião estudada e 73 tabelas. Na pesquisa foram adquiridas 735 fotografias, das quais foram selecionadas 61 que fazem parte do trabalho.

Os consulentes podem ser surpreendidos pela diferença do conteúdo de um município para o outro; é que as informações dependem do acesso que a equipe do IMESC obteve, como por exemplo, brasão e bandeira do município que às vezes não contém informações do desenho e das cores, assim como a poesia do hino que raramente está acompanhada da partitura.

Na análise dos dados quantitativos foi adotado o critério de arredondamento; a partir de 0,5 para mais e de 0,49 para menos.

É uma publicação sem fins lucrativos e, portanto gratuita, que obviamente será distribuída aos gestores municipais, aos quais o IMESC agradece a colaboração pelo fornecimento de informações sem as quais não ter-se-ia esta publicação.

2 ABRANGÊNCIA AMBIENTAL DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DO ITAPECURU-MIRIM

A Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim (Mapa 1), Mesorregião Norte Maranhense está inserida na Amazônia Legal.

Essa Microrregião está localizada no Centro Norte do Estado do Maranhão se limitando: ao Norte com a Microrregião Geográfica de Rosário, a Oeste com as Microrregiões Geográficas da Baixada Maranhense e do Médio Mearim, ao Sul com as Microrregiões Geográficas do Médio Mearim e de Codó e ao Leste com a Microrregião Geográfica de Chapadinha.

Tem como pontos extremos as seguintes coordenadas geográficas: Norte - $3^{\circ}10'58''$ de latitude e $-43^{\circ}45'35''$ de longitude; Oeste $-43^{\circ}56'10''$ de longitude e $-3^{\circ}59'59''$ de latitude; Sul $-3^{\circ}29'25''$ de latitude e $-44^{\circ}37'33''$ de longitude; Leste $-43^{\circ}36'24''$ de longitude e $-3^{\circ}37'07''$ de latitude.

Dos oito municípios que formam a Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim (Figura 1) foram desmembrados diretamente de Itapecuru-Mirim: Cantanhede, Miranda do Norte, Vargem Grande e São Luis Gonzaga do Maranhão¹; com exceção de Miranda do Norte e Matões do Norte, todos são de ocupação antiga² e cujos territórios estão na planície fluvial.

Dos municípios supramencionados têm sede ribeirinha: Itapecuru-Mirim e Cantanhede, no Médio Vale do Rio Itapecuru e Nina Rodrigues no Médio Vale do Rio Munim.

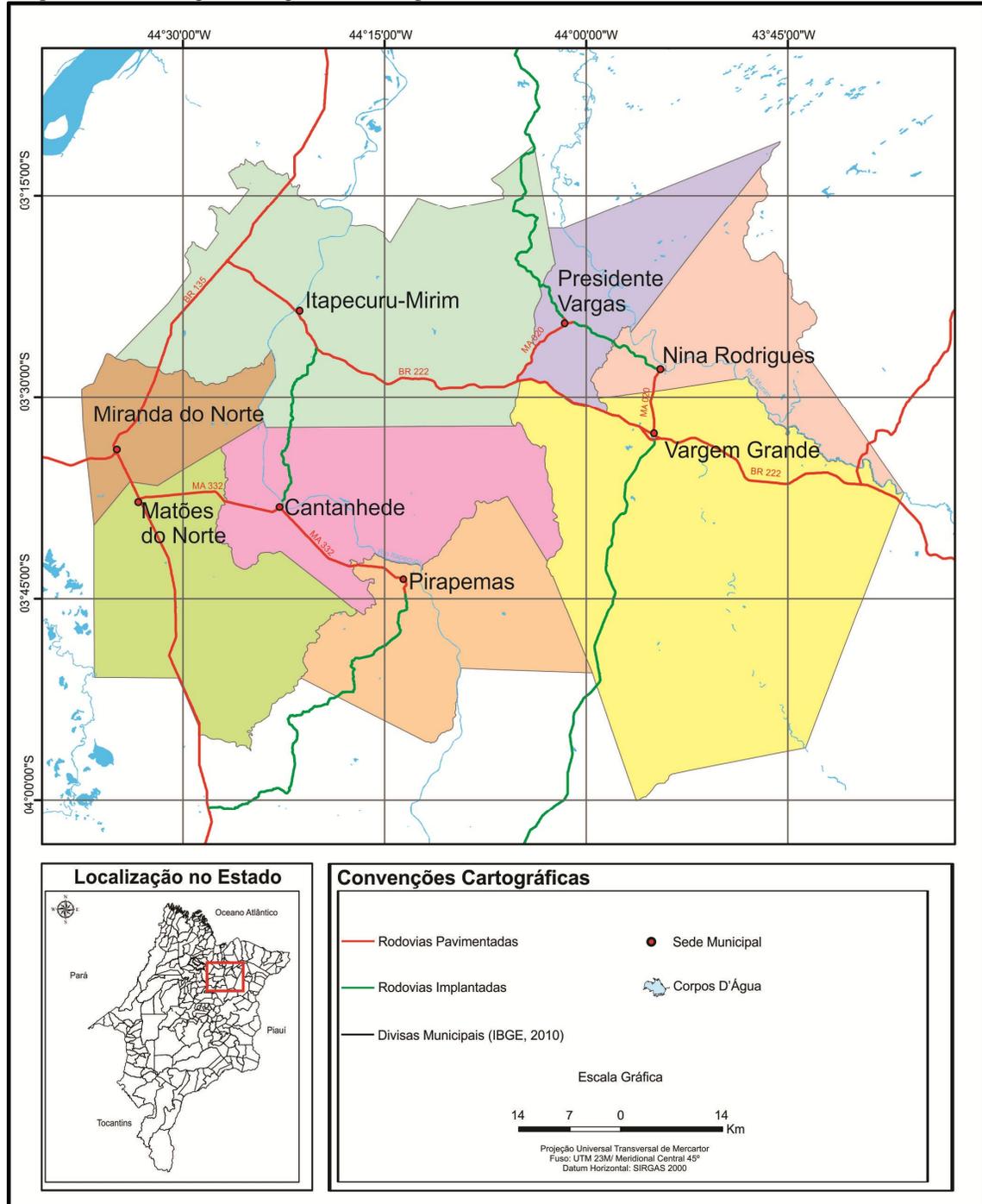
Presidente Vargas e Vargem Grande embora não sejam ribeirinhos, estão no Médio Vale do Rio Munim. Ressalta-se que, os municípios Matões do Norte e Miranda do Norte, municípios novos, surgiram paralelos à BR 135.

Em relação à abrangência regional e econômica, essa microrregião tem como suporte econômico, principalmente, a rizicultura comercial e o cultivo da mandioca. Destaca-se que, o crescimento do beneficiamento de arroz é resultado da implantação de projetos agroindústrias integrados à cadeia produtiva da rizicultura irrigada maranhense. Quanto à pecuária, é relevante a criação do bovino, atividade semiextensiva voltada para o corte, além da criação caprina e ovina.

¹ Além dos municípios acima citados, outros 30 municípios foram desmembrados indiretamente de Itapecuru-Mirim, resultado da dinâmica sucessiva de desmembramentos.

² Considera-se ocupação antiga aqueles que foram criados antes de 1994.

Mapa 1 – Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim – 2014



Fonte: IBGE; IMESC

Outrora, a comunicação com a Microrregião Geográfica de Itapecuru-Mirim era realizada pelo Rio Itapecuru e pela rede ferroviária São Luís/Teresina. Atualmente esse segmento espacial microrregional é servido pelas seguintes rodovias: BRs 135, 222 e pelo MA 332, 338, 227, 020 e 222, rodovias essas que têm favorecido um expressivo adensamento populacional, intensificando os relacionamentos intermunicipais e com a capital do Estado. Sem possuir um centro urbano importante, a vida de relações é estruturada por dois centros de serviços: as cidades de Vargem Grande e Itapecuru-Mirim, respectivamente, sendo a segunda, melhor equipada para exercer a função de localidade central.

Recentemente vem se observando significativo crescimento do setor secundário, resultado principalmente da implantação de estabelecimentos indústrias do setor cerâmico, no município de Itapecuru-Mirim.

Figura 1 – Árvore genealógica da Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim – 2013



*Não faz parte da microrregião

P.R = Provisão Régia

Fonte: IMESC

2.1 Cantanhede

Símbolos Municipais



Brasão

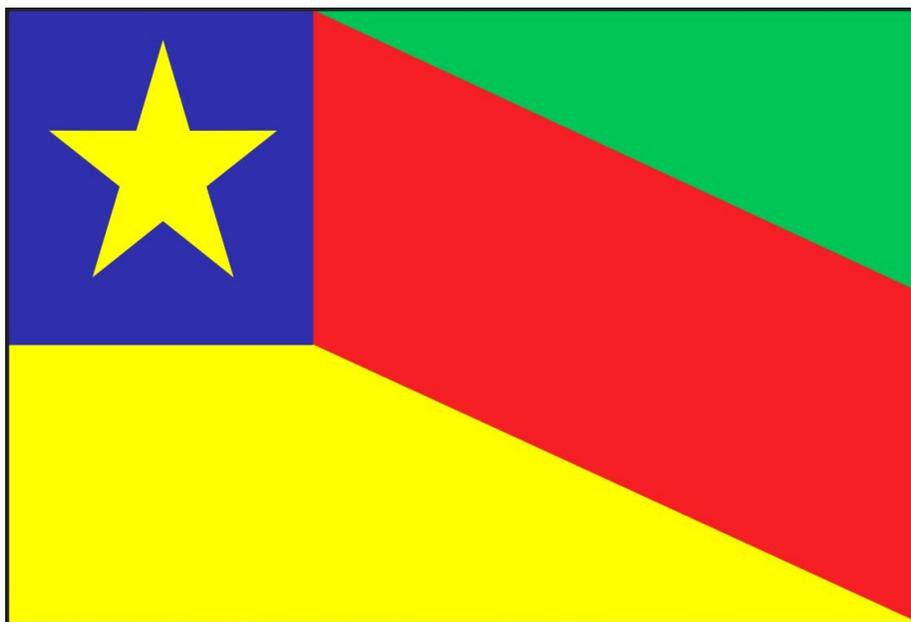
Histórico do brasão – Criação e desenho de Guilherme Mendes Ferreira, em 8 de julho de 1994.

Significado – O Brasão de Cantanhede simboliza a terra natal na sua mais pura essência. Simbolizando os céus maranhenses encontra-se o azul. O amarelo representa nossas riquezas, com destaque para o arroz, principal produto agrícola e base da economia municipal; nas faixas estão inscritas duas datas que enriquecem a história de Cantanhede: a chegada do português Antônio Lopes da Cunha à região e a emancipação de Cantanhede; a estrela lembra que Cantanhede brilha com luz própria na constelação dos municípios maranhenses. No campo inferior direito, a tarja azul contornada de branco, representa o Rio Itapecuru, atravessando os campos verdes do Município.

Em preto, sobre faixa branca, a palavra Cantanhede ascendente da esquerda para direita e divide o brasão em dois campos dominantes.

Destaca-se que, o primeiro Brasão de Cantanhede foi criado na administração do Prefeito Hilton Rocha e aprovado pelo Ofício nº 3/86, em 5/8/1986. Por motivos desconhecidos esse brasão foi extraviado.

O autor da obra: “Cantanhede, sua Gente e sua História” tendo necessidade do brasão mandou confeccionar outro, que teve a marca artística de Guilherme Mendes Ferreira e aprovação da Câmara de Vereadores.



Bandeira

A Bandeira de Cantanhede, idealizada por Nelson Melo Nunes, Agnaldo Nascimento Aguiar e Álvaro do Nascimento Silva, foi aprovada por meio da mensagem n.º 30/85, de 30 de agosto de 1985. As cores encontradas na bandeira do município são: o amarelo que representa as riquezas, o verde as matas, o vermelho que simboliza o índio.

A bandeira é um campo retangular, cuja altura representa 73% da largura. Na altura encontra-se a metade que determina um dos lados de um quadrado perfeito situado no extremo superior esquerdo; nesse quadrado, encontra-se centralizada uma estrela de cinco pontas.

No extremo lateral direito encontra-se a metade da altura e desse ponto prolonga-se uma linha até o vértice superior direito; do vértice inferior do mesmo quadrado prolonga-se uma linha até o vértice inferior direito da bandeira.

Ficam assim determinados quatro campos que tem as cores seguintes: o triângulo do extremo superior é verde bandeira, o campo inclinado subsequente é vermelho, o campo inferior é amarelo e o quadrado perfeito no ângulo superior esquerdo tem fundo azul real e estrela amarela.

Hino

Cantanhede cidade risonha e hospitaleira
 Como uma história brilhante a ilustrar
 O valor cultural de uma força ascendente
 O progresso lançando seu povo pra frente
 A tua juventude
 Soberba a exaltar
 A nobreza que lhe vem do coração
 Trabalho e harmonia
 Com amor a venerar
 Salve a padroeira Nossa Senhora da Conceição
 Cantanhede, tu serás sempre radiante
 Sobre as belezas dos teus campos verdejantes
 Deslumbrada pelo riacho Jundiá
 Recebe com afeto de todos os corações
 Ao banhar-se pelo Rio Itapecuru
 Cantanhede bem servida pelas belas plantações
 Com a semente alimentar dos teus arrozais
 Na imensidão dos teus formosos palmeirais

Letra: José Arnol Pinto
Música: Carlos Salomão Chaib

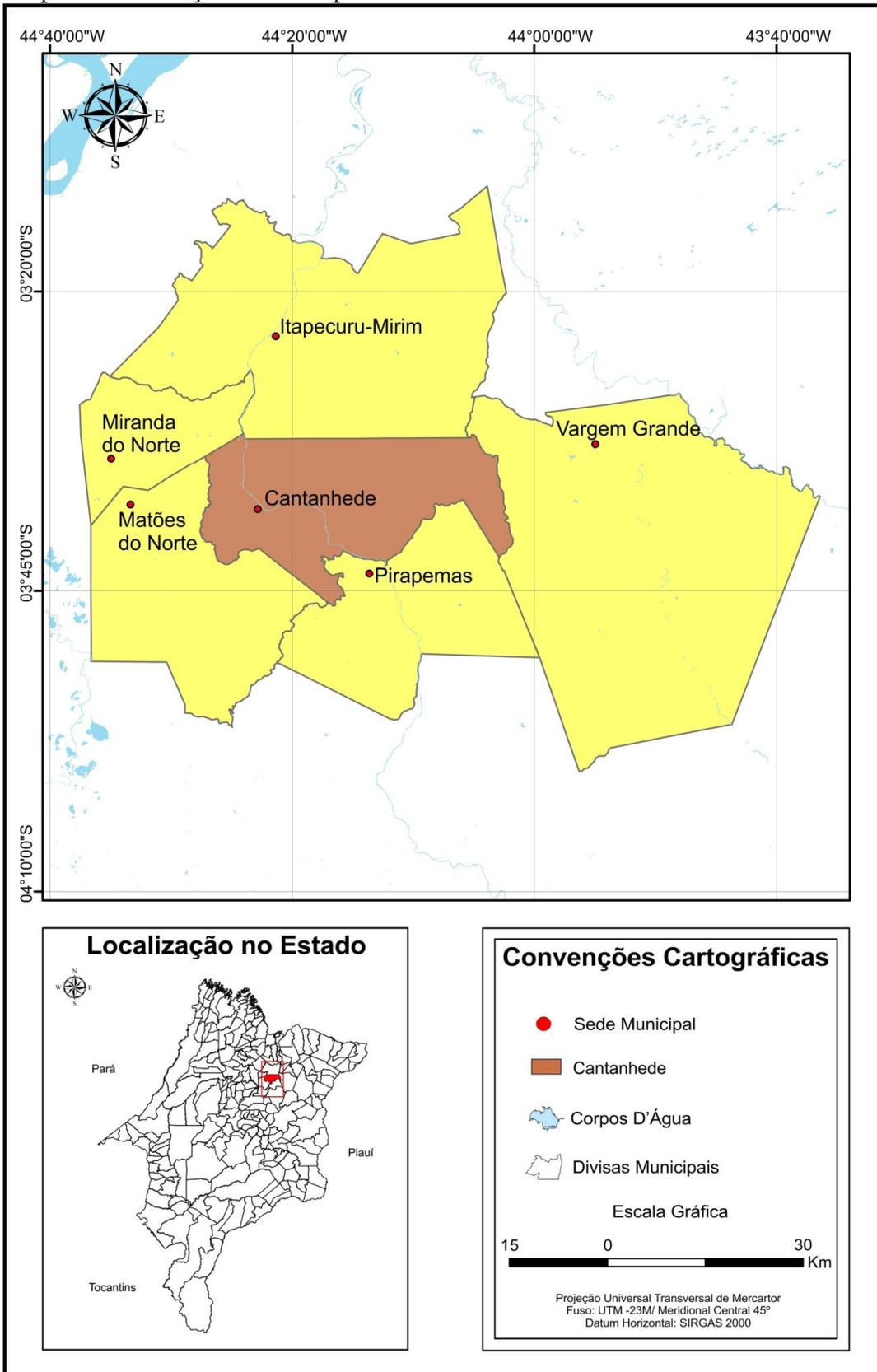
O hino cantanhedense foi realização do Prefeito Erasmo Marcelino Lopes, nos idos de 1975.

Localização

O município Cantanhede está localizado no Médio Vale do Itapecuru, faz parte da Mesorregião Norte Maranhense, inserido na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Itapecuru-Mirim, ao Oeste com Miranda do Norte e Matões do Norte, ao Sul com Matões do Norte e Pirapemas, ao Leste com Pirapemas e Vargem Grande (Mapa 2).

Mapa 2 – Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Seus pontos extremos estão determinados pelas respectivas coordenadas geográficas: Norte -03°31'47" de latitude e -44°23'59" de longitude; Oeste -44°27'35" de longitude e -03°39'51" de latitude; Sul -03°46'12" de latitude e -44°16'30" de longitude; Leste -44°01'43" de longitude e -03°40'41" de latitude.

Extensão

O município tem 773,01 km², classificando-se no 121º lugar em extensão, o que corresponde a 0,23% do território estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa o 25º lugar, com 1,47% da área. Na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim está em 4º lugar, com 10,95% do território microrregional.

Processo de Ocupação

O nome do município e, conseqüentemente, da cidade deriva do latim vulgar *Con-tonietti*, que significa Quinta da Canteira, nome de uma vila de Portugal, utilizado pelos primitivos habitantes portugueses, em homenagem a sua terra natal (IBGE, 1959).

Quanto ao início do povoamento, não se tem informação exata; sabe-se apenas que em 1902 existiam no povoado cerca de vinte habitantes. Em 1914, com o traçado da estrada de ferro São Luís – Teresina passando pelo povoado efetivou-se sua ocupação.

O início da ocupação urbana foi acompanhando a margem do Rio Itapecuru, distribuindo-se de maneira levemente sinuosa. Mais tarde, ao atravessar a cidade embora próxima ao rio, entrando mais ao centro, a ferrovia direcionou a ocupação para as suas margens favorecendo a uma distribuição linear, expandindo-se depois no sentido Oeste.

Quando da sua criação, o município possuía 1.567,661 km² tendo perdido 794,651 km² para a criação do município de Matões do Norte (Lei Nº 6.138 de 10/11/1994).

Ambiente Físico

Geologicamente, o município apresenta todo seu território constituído pela Formação Itapecuru do Cretáceo compreendido entre 145 a 65 milhões de anos, constituído de arenitos finos, arenitos argilosos, siltitos e folhelhos (UEMA, 2002).

Geomorfologicamente, o município está totalmente enquadrado na Superfície Maranhense com Testemunhos, correspondente a uma área aplainada durante o ciclo Velhas, que, devido a menor resistência das rochas favoreceu a maior atuação dos processos de pediplanação, dominado, em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira (UEMA, 2002).

Os solos são representados pelos podzólicos vermelho-amarelo, solos profundos a moderadamente profundos, raramente rasos, com textura variando de média argilosa a argilosa, geralmente bem drenados e porosos, sendo predominantes no município; podzólicos vermelho-amarelo concrecionário e manchas de plintossolos, com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso; plintossolos concrecionários, solos que apresentam petroplintita na forma de nódulos ou concreções em um ou mais horizontes dentro da seção de controle.

O município enquadra-se no clima tropical subúmido com moderada deficiência de água entre os meses de julho a setembro; as chuvas distribuem-se de janeiro a junho e o período de estiagem ocorre de julho a dezembro. A umidade relativa do ar anual está entre 76% a 82%; em relação aos totais pluviométricos, apresenta entre 1.600 e 2.000 mm anuais. A temperatura média anual é superior a 27°C.

O município faz parte da bacia hidrográfica do Rio Itapecuru, tendo como afluentes o Rio Peritoró e o Riacho Cachimbo com seus afluentes os riachos Bacabal, Juçaral e Jundiá.

A vegetação é constituída pela mata dos cocais, representada principalmente pelo babaçual, capoeira mista, capoeirão latifoliado e mata ciliar, que margeia o curso dos rios.

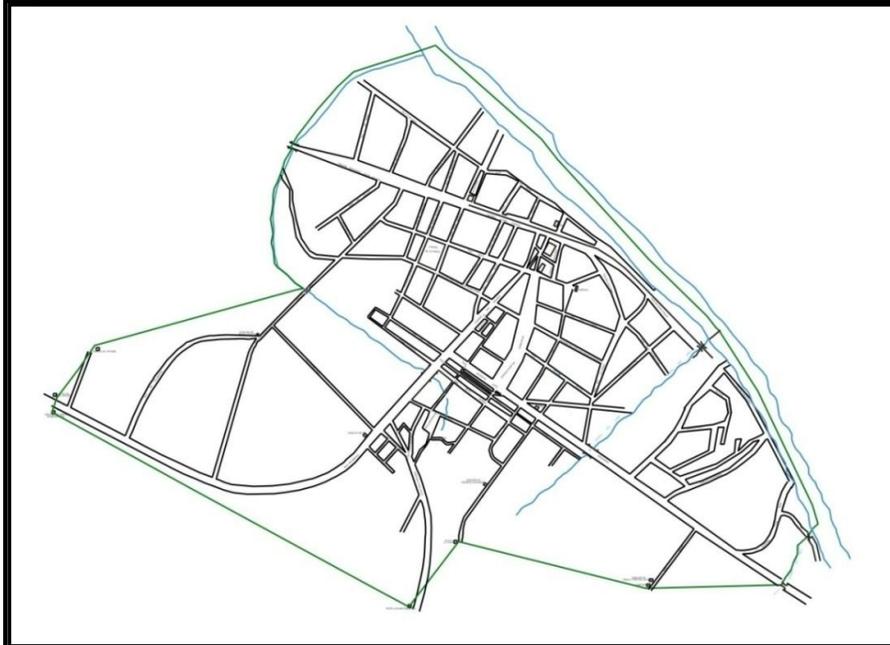
Espaço Urbano

A MA 322, ao atravessar a sede do município Cantanhede no sentido Nordeste/Sudeste, dividiu-a praticamente ao meio (Figura 2), favorecendo assim a expansão nos dois sentidos mencionados possibilitando, no entanto, que na área urbana a rodovia se transformasse na Avenida Rio Branco.

A partir da ferrovia, no sentido Nordeste/Sudeste a cidade se expandiu em quatro longas vias a Leste da Avenida Rio Branco sendo atravessada por seis transversais, onde podem ser observadas arquiteturas de estilo colonial e várias praças arborizadas (Figura 3 e 4). Do lado Oeste da avenida a ocupação é menos intensa, estão ali uma Rua Norte/Sul e cinco

Leste/Oeste. No cruzamento da MA 322 com outra estrada surgem dois núcleos; um a Sudeste e outro a Sudoeste.

Figura 2 – Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 3 – Casa estilo colonial em frente da Estrada de Ferro – 2012



Fonte: IMESC

Figura 4 – Praça Paulo Rodrigues – 2012



Fonte: IMESC

A cidade de Cantanhede tem 9,265247 km² o que corresponde a 1,20% do município.

Incluindo o espaço rural o município tem 2.875 casas de tijolos, 432 de taipa revestida, 1.188 de taipa não revestida, duas de madeiras e quatro de outros materiais (BRASIL, 2013).

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído em comunidades (BRASIL, 2011), classificadas em:

Sítios: Alto Alegre I, Alto da Carnaúba, Alto do Areal, Angical, Bacabeira I, Barranco, Barro Vermelho II, Barrocoão, Bexiga, Bela Vista, Belágua, Bezerra, Boa União I, Boca da Barra, Bocania, Bom Gosto, Bom Sossego, Buenos Ayres, Buriti, Cachimbo, Cachimbo do Ingraço, Cachimbo do Manoel Luz, Cachoeira II, Campestre, Campestre Grande I, Campo do Cesar, Cândidas, Cantinho, Capoeira de Baixo, Centrinho I, Centro do Dico Lopes, Chegada, Chica Magra, Curimatá I, Ferreira, Floresta, Fumaça, Garrafinha II, Glória, Guariba, Guariba do Honorato, Jatobá, Lago Verde I, Lago Verde II, Lavadeira, Macaúba I, Major, Mangueira, Mangueirão, Marajá I, Mata, Mata Pé, Matroal, Mirinzal, Morada Nova, Morro Alto, Morro

Grande, Morros, Mutirão, Nogueira, Novo Belém, Oiteiro Grande, Pai João, Pai José, Paiol do Miranda, Paraíso, Pataqueira, Pedro, Peritoró, Pindoal, Pequizeiro, Pitomba do Aerolino, Pitomba I, Poço d'Água, Porto de Pirapemas, Preguiça, Primavera I, Pubeiro, Quelele, Remédios, Ribeirão, Santa Catarina, Santa Luzia I, Santa Rita I, Santa Rita II, Santa Rita III, Santa Tereza, Santana, São Pedro, São Raimundo I, São Raimundo II, São Roque, São Sebastião, Setubal, Sexta Feira, Sítio Novo, Sopapo, Sororoça I, São Manoel, Tamba, Tomazinho, Trizidela, Vassoura de Botão e Viúva II.

Povoado: Cachimbo.

Programa de Assentamento: Galvão (MA0072000), PCA INGA (MA0331000) e São Patrício (MA0229000).

Quilombo: Bacuri das Pires.

Utilização das Terras

As informações sobre a utilização das terras do espaço rural de Cantanhede (Tabela 1) traz a classificação, primeiramente, em estabelecimentos que não puderam ser analisados quantitativamente, por terem mais de uma atividade rural; entretanto, pode-se observar que referidos estabelecimentos desenvolvem atividades ligadas à agricultura, além de áreas que, mesmo cultivadas, destinam-se a pecuária: áreas plantadas com forrageiras, pastagens naturais, pastagens plantadas degradadas e em boas condições; destaca-se que, há áreas destinadas à preservação como: matas e florestas (para preservação permanente ou reserva legal e exclusive área de preservação permanente), sistemas agroflorestais (formas de uso da terra, nas quais se combinam espécies frutíferas e madeiras com cultivos agrícolas ou criação de animais, que de forma simultânea promovem benefícios econômicos e ecológicos).

Uma parte dos estabelecimentos está ocupada por tanques, lagos, açudes que podem estar voltados tanto para a aquicultura como para o abastecimento do gado.

As terras degradadas, certamente correspondem a áreas descartadas, são usadas para agricultura sem tecnologia moderna ou para a pecuária extensiva carecendo, portanto, de manejo para que voltem a ser produtíveis. Este raciocínio também se aplica a parte das terras inaproveitáveis.

Quanto à área cultivada ressalta-se que, dos 25.574 hectares, 46% fazem referência à agricultura temporária, 19% pastagens naturais, 9% matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais), 7% com sistemas agroflorestais, 6% com pastagens plantadas em boas condições, 5% com matas e/ou florestas (destinadas à

preservação permanente ou reserva legal). Os 8% restantes, correspondem as demais ocupações listadas na tabela e que individualmente alcançaram pequenos percentuais.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	50	341
Agricultura temporária	2.481	11.747
Área plantada com forrageiras	21	446
Pastagens naturais	64	4.821
Pastagens plantadas degradadas	18	532
Pastagens plantadas em boas condições	39	1.450
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	37	1.387
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	26	2.310
Sistemas agroflorestais	41	1.739
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	31	148
Construções, benfeitorias ou caminhos	41	141
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, Salinizadas, etc.)	3	28
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	36	484
Total	-	25.574

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor – dos 2.547 estabelecimentos, 32% são de responsabilidade do ocupante; 17% do proprietário e 11% do assentado sem titulação definitiva. Os que estão sob a responsabilidade de parcerias e arrendatários perfazem juntos 40%; como arrendamentos e parcerias são sempre feitos com proprietários, eleva para 57% os estabelecimentos deste. Na área, dos 25.573 hectares o proprietário possuía em 2006, 74%, o ocupante 9%, o assentado sem titulação definitiva 10%, os arrendatários 4% e 3% de parcerias, refletindo assim que os arrendatários e parceiros juntos elevam a área do proprietário para 81% (Tabela 2), o que indica grande concentração de terras.

Em 2012, o Sindicato de Trabalhadores Rurais tinha 5.000 pessoas registradas, embora se saiba que o total desses trabalhadores é bem maior.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	436	18.872
Assentado sem titulação definitiva	276	2.547
Arrendatário	791	1.131
Parceiro	218	787
Ocupante	826	2.236
Total	2.547	25.573

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Demografia

O município Cantanhede ocupa no Estado o 84º lugar em população com participação de 0,31%. Na Mesorregião Norte abrange 0,87% dos habitantes situando-se em 28º lugar. Ocupa o 4º lugar correspondendo a 9,7% da população na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim e a densidade demográfica é de 26,45 hab/km².

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM³ obteve o valor de 0,565, ocupando a 124ª posição (IPEA, 2013).

A população total do município, entre 2000 e 2010, cresceu em 15%. A população masculina 15% e a feminina 16%, a população urbana 52% e a rural diminuiu 18% (Tabela 3).

A pesquisa constatou que em 2000, houve equilíbrio entre a população masculina e feminina. Os homens e mulheres continuaram com os mesmos percentuais, 50% cada. À época, a população urbana concentrava 48% dos habitantes e a rural 52%.

Foi percebido, também, que houve uma inversão no crescimento populacional em 2010, uma vez que a média de crescimento da população urbana ficou bem acima da população rural, implicando em um aumento de 15 pontos percentuais, ou seja, 63%, enquanto que a zona rural reduziu sua taxa para 37%. Pode-se considerar que nesses dez anos analisados, ainda que a população por gênero tenha se equilibrado, a população urbana aumentou em detrimento da rural.

O crescimento da população urbana pode ser resultado de alguns casos de transferência de habitantes da área rural para a urbana. A justificativa é a busca de melhor assistência

³O IDHM varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 melhor o índice.

à saúde e à educação e/ou por uma questão de idade, pois em alguns casos o idoso, devido à sua fragilidade, prefere morar mais próximo do lugar onde possa ser mais bem assistido.

Tabela 3 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	8.939	10.254
Feminina	8.774	10.194
Urbana	8.526	12.959
Rural	9.187	7.489
Absoluta	17.713	20.448

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Saúde e Assistência Social

Em Cantanhede existe um hospital com 59 leitos, que atende os casos de internação, urgência/emergência, pequenas cirurgias, e um consultório odontológico. Para esses atendimentos, o município dispõe de sete médicos, quatro enfermeiras, 28 técnicos de enfermagem e um auxiliar de enfermagem.

O município mantém o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF) estruturado em oito equipes, cada uma com um médico, um enfermeiro, um técnico em enfermagem, um auxiliar de enfermagem, um dentista que atua no Programa Saúde Bucal. As doenças mais frequentes são: hipertensão, diabetes, viroses e gripe, além de traumas relacionados a acidentes de trânsito, especialmente com moto. Os casos que não são resolvidos no local são encaminhados, em uma ambulância, para São Luís.

Em Cantanhede há dezesseis equipes de vigilância em saúde assim distribuídas: vigilância em epidemiologia e sanitárias; conta também com 59 agentes de saúde, dos quais 39 trabalham na área urbana e vinte na área rural.

A Secretaria de Assistência Social desenvolve os seguintes programas e projetos: Gestando Vidas, Aprender Brincando, Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, Benefício de Prestação Continuada – BPC, Florescendo a Melhor Idade, Auxílio Natalidade, Bolsa Família, além de contar com o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Educação

Em 2010 o município matriculou 7.998 alunos, divididos entre escolas estaduais e municipais.

A rede municipal de ensino mantém 70 escolas, assim distribuídas: 17 escolas na área urbana e 53 na zona rural, nas quais foram matriculados 7.020 alunos, entre creches, pré-escola, ensino fundamental e educação de jovens e adultos – EJA. O corpo docente municipal é formado por 332 professores, dos quais 126 possuem magistério e 206, ensino superior.

A rede estadual mantém na área urbana uma escola, na qual são ofertados o ensino fundamental, ensino médio e EJA. Estão matriculados 978 alunos e o corpo docente é composto por 51 professores, 16 possuem magistério e 35 o ensino superior.

Economia

As principais atividades econômicas do município estão ligadas ao setor primário, destacando-se a agropecuária. Em 2010, o município ocupava a 113ª posição em relação ao Produto Interno Bruto – PIB, correspondendo a R\$ 73,377 milhões ou 0,16% no Estado; o setor de serviços é o mais representativo com uma contribuição de R\$ 46,303 milhões: o setor agropecuário com R\$ 18,337 milhões, o industrial com R\$ 7,109 milhões e R\$ 1,628 milhões de arrecadação de impostos (IMESC, 2012). Cantanhede ocupou em 2010, a 109ª posição em relação ao Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM⁴, correspondendo a 0,329 (IMESC, 2012). A renda per capita naquele aludido ano foi de R\$ 176,61 ocupando o 164º lugar no Maranhão (IPEA, 2013).

Agricultura

O município depende economicamente da agricultura. A produção agrícola está distribuída em agricultura temporária e permanente; a primeira de maior representatividade na economia, os principais produtos são: mandioca, arroz, milho e feijão.

⁴ O IDM varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 melhor o índice.

Agricultura Temporária

De 2006 a 2012, a área colhida aumentou 13%, a quantidade produzida correspondeu a 22% e o valor da produção 67%. No que diz respeito à área colhida, os maiores incrementos advieram da mandioca (+20%), do arroz (+14%), do milho (+12%) e do feijão (+2%). Por outro lado, em quantidade produzida, o arroz registrou recuo de 54%, acompanhado pelo o feijão (-16%) e pelo milho (-16%) e, somente a mandioca (+42%) apresentou aumento na produção. Por conseguinte, houve redução de produtividade nas lavouras de arroz, feijão e milho com uma queda de 54%, 18% e 26%, respectivamente. Em se tratando da mandioca, foram percebidos 18% de acréscimo na sua produção. Em relação ao valor da produção, o arroz e o feijão registraram perdas de 60% e 5%, respectivamente, enquanto que a mandioca (+200%) e o milho (+5%) apresentaram aumentos substanciais.

Dos 6.126 hectares de área colhida em 2006, o arroz com uma produção de 31% foi o principal produto, o feijão com 22%, a mandioca 23% e o milho com 24%. Das 14.022 toneladas, a mandioca produziu 76%, o arroz 16%, o milho 5% e o feijão 3%. Dos R\$ 4,918 milhões do valor da produção, a mandioca fez 44%, o arroz 33%, o feijão 17% e o milho 6% (Tabela 4).

Em 2012, dos 6.903 hectares de área colhida, 31% foram ocupados com arroz, 25% com mandioca, 24% com milho e 20% com feijão. A quantidade produzida, que foi de 17.132 toneladas, assim discriminadas: arroz 6%, feijão 2%, mandioca 89% e milho 3%.

Quanto ao valor da produção de R\$ 8,166 milhões, os resultados foram: arroz 8%, feijão 10%, mandioca 78% e o milho 4% (Tabela 4).

Tabela 4 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	1.905	2.168	2.286	1.060	1.200	489	1.600	636
Feijão	1.341	1.372	414	346	308	252	825	787
Mandioca	1.420	1.711	10.650	15.163	7.500	8.862	2.130	6.391
Milho	1.460	1.652	672	563	460	341	336	352
Total	6.126	6.903	14.022	17.132	-	-	4.891	8.166

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal

Horticultura

Na pesquisa verificou-se que há no município uma variedade significativa de hortaliças. A Tabela 5 descreve uma lista dos produtos considerados de importância econômica para Cantanhede.

Conforme os dados coletados, em 2006, a quantidade de hortaliças produzidas foi de 109 toneladas, assim descritas; maxixe 31%, milho verde 23%, quiabo 15%, pimenta 10%, pepino 9%, tomate 4%, pimentão 3% e alface, cebolinha e coentro 2% cada. Das 51 toneladas vendidas, 21% foram de pimenta, 18% de quiabo, 16% de maxixe, 12% de pepino, 10% de tomate, 6% de pimentão, 6% de milho verde e 4% foram de alface, cebolinha e coentro cada. O valor da produção foi de R\$ 141 mil, cujas contribuições foram: maxixe 41%, quiabo 26%, milho verde e pimenta ambos com 8%, cebolinha e pepino 4% cada, alface 3% e coentro, pimentão e tomate registraram participação de 2%.

Observa-se uma diferença significativa entre a quantidade produzida e a quantidade vendida de milho verde, maxixe, pepino e quiabo pelo fato de que esses produtos são usados na dieta alimentar e, também, pela perecibilidade dos mesmos.

Tabela 5 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006

Produto	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Alface	2	2	4
Cebolinha	2	2	6
Coentro	2	2	3
Maxixe	34	8	58
Milho verde	25	3	11
Pepino	9	6	5
Pimenta	11	11	11
Pimentão	3	3	3
Quiabo	16	9	37
Tomate	5	5	3
Total	109	51	141

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Agricultura Permanente

Embora produza vários frutos, são considerados no município como agricultura permanente apenas a banana e a laranja.

Observa-se que, a referida agricultura está em decadência, pois entre 2006 e 2012 a área cultivada decresceu 55%, acompanhada pelo recuo de 51% na quantidade produzida e 40% no valor da produção.

Nos hectares colhidos a banana registrou recuo de 57%, enquanto que a laranja apresentou expansão de 100%. Nesse sentido, a banana teve crescimento negativo de 54% na quantidade produzida e a laranja registrou incremento 142%. O rendimento médio, por sua vez, elevou-se em 21% na cultura da laranja e de 14% na de banana. No valor da produção, a banana também diminuiu 45%, ao passo que a laranja aumentou 500%.

Dos 152 hectares de área colhida, em 2006, a banana representou 99% e a laranja 1%; em relação à quantidade produzida, das 762 toneladas 98% foram de banana e 2% de laranja. Em relação ao valor da produção, que nesse ano rendeu R\$ 391 mil, a banana participou com 99% e a laranja 1%.

Em 2012, a banana correspondeu a 94% e a laranja 6%, dos 69 hectares de área colhida; das 376 toneladas de quantidade produzida, a banana e a laranja responderam por 92% e 8%, respectivamente. Nesse ano, dos R\$ 235 mil do valor da produção, a banana correspondeu a 92% e a laranja 8%.

Pecuária

A pecuária é outra atividade econômica importante no município, no entanto, de 2006 a 2012 houve diminuição de 2% no número total de cabeças. Essa redução foi ocasionada pelo encolhimento dos rebanhos de aves (-6%), bubalino (-6%), asinino (-4%) e muar (-3%). Por outro lado, houve expansão dos rebanhos de caprino (+21%), ovino (+10%), equino (+7%), ovino (+4%) e suíno (+2%).

Em 2006 das 43.505 cabeças, o maior rebanho foi de aves com 55% seguido por suíno 21%, bovino 19%, caprino 2%, equino, asinino e ovino 1% cada; bubalino e muar menos de 1%.

Em 2012, as aves representaram 53% das 42.700 cabeças, o suíno 21%, bovino 20%, caprino 2%, equino, asinino e ovino 1% cada, bubalino e muar menos de 1% (Tabela 6).

Tabela 6 – Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	8.180	8.496
Bubalino	80	75
Equino	278	298
Asinino	560	538
Muar	135	131
Caprino	873	1.054
Ovino	378	416
Suíno	9.003	9.166
Aves	24.018	22.526
Total	43.505	42.700

Fonte: IBGE – Pesquisa Agropecuária Municipal

A produção de origem animal foi de 303 mil litros de leite no valor de R\$ 513 mil; ovos de galinhas 11 mil dúzias, no valor de R\$ 50 mil, perfazendo o total de R\$ 563 mil (IBGE, 2011).

Extrativismo

Os produtos extrativos vegetais registrados em 2012 foram: carvão vegetal, amêndoa de babaçu e lenha. Os dois primeiros são informados em toneladas e o último em metros cúbicos (IBGE).

Das 706 toneladas coletadas, 90% foram de carvão vegetal e 10% de amêndoa de babaçu. A lenha apresentou 48 metros cúbicos. Quanto ao valor da produção, cujo total foi R\$ 1,217 milhão, 88% veio do carvão, 12% da amêndoa de babaçu e menos 1% de lenha (Tabela 7).

Destaca-se que, tanto o carvão vegetal como a lenha são atividades preocupantes pelo impacto ambiental, principalmente no que se refere ao desmatamento e queimadas responsáveis pela emissão de fumaça na atmosfera e a deposição das cinzas nos leitos dos rios ao serem transportadas pela chuva, causando assoreamento. Isso seria minimizado se as cinzas fossem usadas como complemento com argila, na tapagem e reboco das casas de taipa, ou então como adubo.

Tabela 7 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	74	-	140
Carvão vegetal	632	-	1.075
Lenha	-	48	2
Total	706	48	1.217

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Pesca

A inexistência de dados quantitativos dificulta uma análise acurada sobre a importância da pesca na economia de Cantanhede. Entretanto, pelas informações obtidas quando do trabalho de campo, a pesca certamente contribui significativamente para a economia do município.

Os dados coletados mostraram uma variedade de espécies dentre as quais, as mais pescadas, no município, são: tambaqui (*Colossoma macropomum*), tambacu (*Colossoma macropomum*) e curimatá (*Prochilodus scrofa*). A pesca em Cantanhede ainda é desenvolvida pelos métodos artesanais, e o pescado faz parte da dieta alimentar diária da população. Durante o trabalho de campo obteve-se informação de que no município são criados peixes em açudes e tanques; no entanto, não se teve informações sobre a produção e o valor comercializado.

Indústria

O município conta com cerâmicas, beneficiamento da amêndoa do babaçu, padarias, além de casas de farinha na área rural.

Turismo

Como potencial turístico destaca-se o conjunto arquitetônico antigo (Figura 5), os lagos, o Rio Itapecuru (Figura 6), além das manifestações culturais do município.

Para atendimento turístico Cantanhede conta com um hotel, dez hospedarias, três restaurantes e duas lanchonetes; na culinária, destacam-se os peixes em diversas modalidades, especialmente o surubim (*Pseudoplastystoma fasciatum*).

Figura 5 – Antiga estação ferroviária de Cantanhede – 2012



Fonte: IMESC

Figura 6 – Rio Itapecuru em Cantanhede – 2012



Fonte: IMESC

Comércio

O comércio é varejista e atacadista distribuído em quitandas, supermercados, mercado e feira livre que funciona às quintas-feiras.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, funcionando na cidade um cartório e fórum. Em 2012, possuía 12.288 eleitores e nove vereadores (BRASIL, 2014).

A segurança pública conta uma delegacia de polícia, com um contingente de cinco policiais militares, três civis e oito guardas municipais.

Religião

Predomina o catolicismo, com uma igreja matriz na sede (Figura 7) dedicada a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, além de capelas distribuídas na área rural. Os principais festejos são: Nossa Senhora da Conceição, São Benedito, Coração de Jesus e Divino Espírito Santo.

Há templos evangélicos, distribuídos na área urbana e rural, divididos nas congregações: Batista, Assembleia de Deus, Adventista e outras. Em relação aos terreiros de origem africana ou indígena, localizam-se na área rural.

Figura 7 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 2012



Fonte: IMESC

Em 2010, dos 20.448 habitantes entrevistados, os católicos eram 87%, os evangélicos 11%, umbanda e candomblé 0,1%, outras religiões 0,3%, sem religião 1% e os que não sabem 0,2% (Tabela 8).

Tabela 8 – Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	17.879
Evangélicos	2.187
Umbanda e candomblé	20
Outras religiões	55
Sem religião	269
Não sabem	38
Total	20.448

Fonte: IBGE – Censo demográfico

Infraestrutura

Toda área urbana é abastecida de água pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, sendo a água captada do Rio Itapecuru e poços artesianos. Na área rural, os poços artesianos são de responsabilidade dos moradores, por iniciativa das comunidades.

O município não possui sistema de coleta e tratamento de esgoto, a destinação final dos efluentes domésticos são principalmente as fossas sépticas, totalizando 2.528 (BRASIL, 2013).

O lixo é coletado diariamente em caçambas e carroças da Prefeitura, somente na área urbana e depositado em um lixão a céu aberto, distante 6 km da sede.

Em 2010, a Companhia Energética do Maranhão – CEMAR registrou 54.008 consumidores, cujo maior consumo foi residencial com 91%, depois o comercial 5%, o rural 1% e 2% o poder público; corresponderam a 1%, o industrial, serviço público e iluminação pública.

Segundo a CEMAR, o consumo de energia, em 2010, foi de 7.306.629 MWh com o maior percentual destinado para o residencial 48%, serviço público 24%, iluminação pública 13%, comercial e poder público 6% cada, rural e industrial 1% cada (Tabela 9).

Tabela 9 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010

Usuário	Número de consumidores	Consumo em MWh
Residencial	49.173	3.528.945
Rural	566	87.858
Comercial	2.575	461.614
Industrial	299	76.085
Poder público	1.182	460.843
Serviço público	201	1.753.924
Iluminação pública	12	937.360
Total	54.008	7.306.629

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O sistema bancário está representado por uma agência do Banco do Brasil, uma do Bradesco e uma casa lotérica.

A comunicação postal é de responsabilidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC), enquanto a telefonia fixa e internet são da OI e móvel é feita pela CLARO. O município possuía 33 terminais acessíveis 24 horas (ANATEL, 2009), e uma rádio FM.

Folclore e Lazer

As principais manifestações folclóricas são as festas religiosas com destaque para as de Nossa Senhora da Conceição, São Benedito, São Sebastião e Santa Barbara; além das festas juninas, com apresentações dos seguintes grupos: bumba-meu-boi (sotaques de zabumba e orquestra), tambor de crioula, quadrilhas, danças *country*, dança portuguesa e outras. As datas cívicas comemoradas são a Independência do Brasil com desfile das escolas estaduais e municipais e o aniversário da cidade. Para o esporte e lazer o município oferece quadra poliesportiva, um ginásio com capacidade para 2.000 pessoas, um estádio de futebol com capacidade para 3.000 pessoas, além de vários bares e lanchonetes.

No folclore há também a lenda “do Barra Nova” – consta que, na época da construção da estrada de ferro, Sebastião Barra Nova se apaixonou pela filha do comerciante mais influente da região, conhecido por Cachimbo. Esse, com ciúmes da filha, mandou amarrar Sebastião que foi arrastado do povoado Cachimbo até Peritoró, sendo morto e enterrado no

cemitério de Barbados (localização desconhecida). O Sebastião tem fama de milagroso pela população.

Transporte

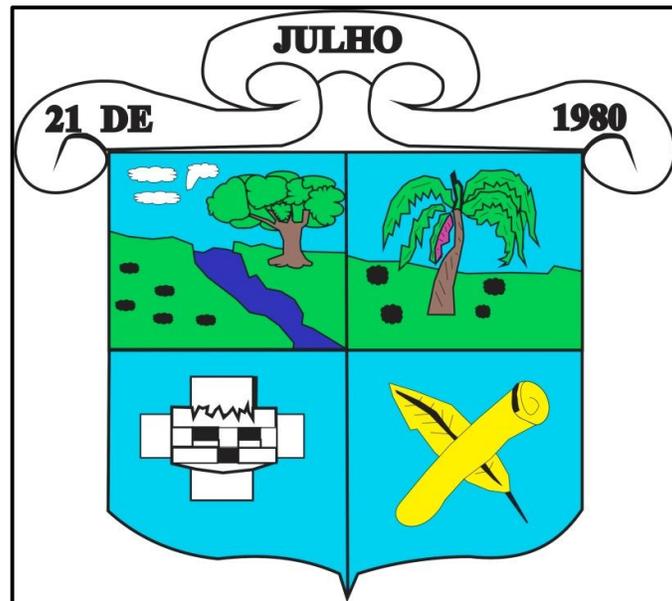
A cidade de Cantanhede fica a 165 km aproximadamente da capital do Maranhão, São Luís. Para chegar a Cantanhede é necessário percorrer a BR 135 até Matões do Norte, a partir de onde encontra a MA 322 até a sede municipal.

Para a ida a esse município conta-se com a empresa Guanabara, que faz viagens diárias para ele e dele para a capital; o transporte para os povoados é feito em motos ou D-20, transporte esse que, improvisa os bancos para acomodar os passageiros usando tábuas nas carrocerias, carros particulares, táxis e transporte de tração animal.

Os transportes mais usados na área urbana são as motos, vans, táxis e embarcações através do Rio Itapecuru.

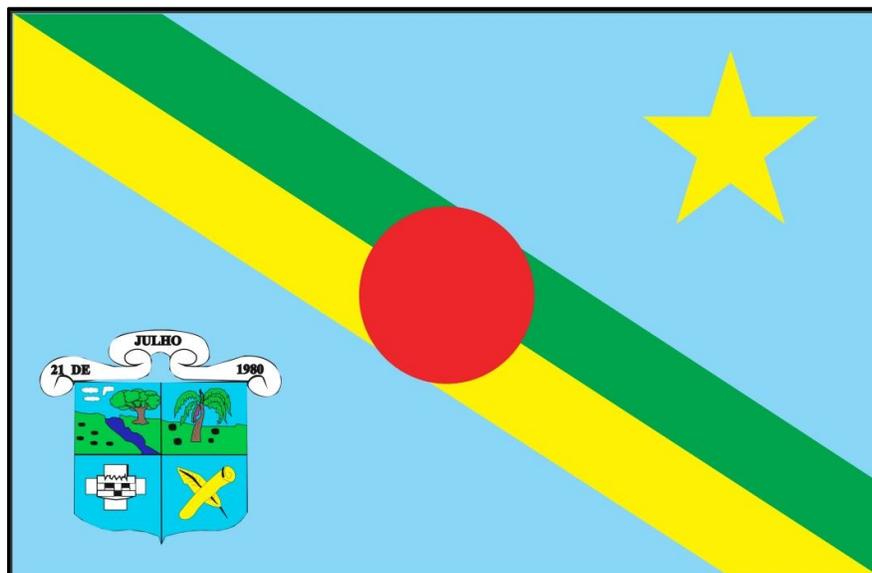
2.2 Itapecuru-Mirim

Símbolos Municipais



Brasão

Desenhado por Lourival Cruz Diniz que à época chefiava a Coletoria



Bandeira

Hino

Salve, salve, ó rincão brasileiro
 Que da Pátria é um trato primaz
 Entre outros és tu pioneiro,
 Bandeirante da glória e da paz.

O teu solo tão belo e fecundo
 Berço augusto de homens viris
 Que te honram com garbo no mundo
 E desejam tornar-te feliz.

Terra de amor,
 Itapecuru.

Se a guerra retumba voraz
 Mostrarás que sabes lutar
 E teus filhos audazes verás
 Tuas glórias em hinos cantar.

Com orgulho varonil
 Pelo Brasil

No azul do teu céu cristalino
 Uma cruz de estrelas a fulgir
 Apontando teu vero destino
 De grandeza em grato porvir.

O teu nome tão puro e brilhante
 É orgulho dos filhos da luz,
 Sem temor marcharão sempre avante
 Em defesa do que ele traduz.

E na estrada esplendente do futuro,
 Fitas o olhar, altiva e sobranceira,
 Dê-te o porvir as glórias do passado
 Seja de glória tua existência inteira

Terra de amor,
 Itapecuru.

Se a guerra retumba voraz
 Mostrarás que sabes lutar
 E teus filhos audazes verás
 Tuas glórias em hinos cantar.

Com orgulho varonil
 Pelo Brasil

Letra: Luiz Gonzaga Bandeira de Melo
Música: Sebastião Pinto
Arranjo: Joaquim Henrique de Araújo

Localização

Localizado no vale do Rio Itapecuru, o município Itapecuru-Mirim está inserido na Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Santa Rita e Presidente Juscelino, ao Oeste com Anajatuba, ao Sul com Miranda do Norte e Cantanhede, ao Leste com Presidente Juscelino, Presidente Vargas e Vargem Grande (Mapa 3).

Seus pontos extremos estão determinados pelas respectivas coordenadas geográficas: ao Norte -03°03'00'' de latitude e -44°33'19'' de longitude, ao Oeste -44°46'46'' de longitude e -03°13'27'' de latitude, ao Sul -03°27'44'' de latitude e -44°31'43'' de longitude e ao Leste -44°23'47'' de longitude e -03°13'52'' de latitude.

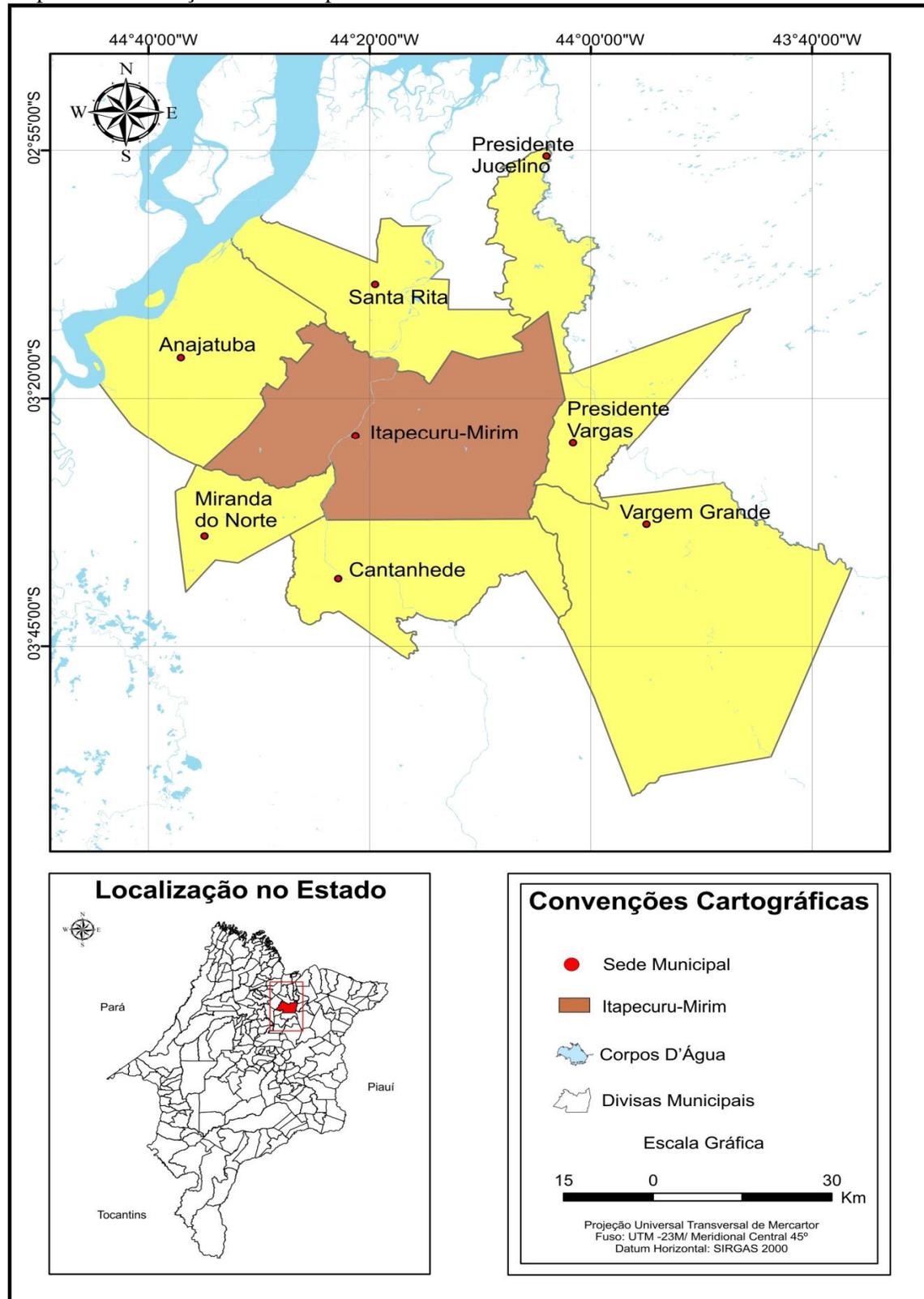
Extensão

O Município possui 471,438 km², correspondendo a 0,44% do território maranhense, classificando-se em 60º lugar do território estadual, na Mesorregião Norte Maranhense ocupa a 11º posição com 2,79% e o 2º lugar com 20,85%, na microrregião da qual faz parte.

Processo de Ocupação

As opiniões sobre a etimologia da palavra Itapecuru são desconhecidas. Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, na sua coleção de etimologias brasileiras, diz que, Itapicuru ou Itapecuru, vem de: *ita* – pedra; *pucuru* – púcaro, e, portanto, quer dizer púcaro de pedra; segundo o Sr. Ignácio José Matta, deriva de *ita* – pedra; *pucu* – larga, longa e *ru* – arma de laços, armar ciladas, significa, portanto, pedra comprida ou larga em que se armam ciladas. Há também a explicação de que ita = pedra, pé = caminho e curu = grande, portanto, caminho da pedra grande.

Mapa 3 – Localização do Município



Fonte: IBGE, 2010; IMESC, 2013

Transcreve-se o que diz IBGE (1959, p. 201):

Em uma das notas à História da Revolução do Maranhão pelo Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, impressa na oficina tipográfica do Sr. Belarmino de Mattos, se diz ser esta palavra escrita por uns Itapycuru, por outros Itapucuru e Itapicuru. Acha o editor que em seu entender são errados todos estes modos de grafar, sendo Itapecuru o etimológico e único exato. Compõe-se de *ita* pedra; *pé* – caminho, via; *cura*, *curaten* – muita, influência, isto é, caminho de muita pedra ou inçado de pedras.

Dados pesquisados informam que, em 25 de agosto de 1768, El-rei D. José informou ao governador do Maranhão que os moradores da ribeira do Itapecuru lhe pediram, em 12 de setembro do ano anterior, alvará de confirmação da vila que ali fundou por ordem régia do desembargador Manoel Sarmento e das terras e privilégios concedidos, na mesma ocasião e, por isso, ordenava que ouvindo o parecer do procurador da fazenda e do ouvidor, lhe enviasse por escrito a ordem sobre tal criação.

Em 6 de agosto do ano seguinte, respondeu o governador Joaquim de Mello e Póvoas que da resposta do ouvidor se vê nunca ter havido ordem de Sua Majestade para se criar aquela vila, mas que era útil essa criação por ser a ribeira mui bem povoada e com homens capazes de ocupar os cargos da república.

Tais reivindicações só foram atendidas pela provisão régia de 27 de novembro de 1817, quando Dom João comunicou ao Ouvidor da comarca do Maranhão, que autorizou José Gonçalves da Silva, fidalgo da casa real, fundar, a sua própria custa, uma vila em terras que possuía nessa capitania. E, “atendendo ao que os moradores do Itapicuru lhe representassem havia por bem, sem embargo de não possuir ele terreno próprio nesse lugar, consentir que aí verificasse a vila que devia fundar, comprando ou aceitando as terras necessárias, que lhe oferecessem os moradores” ordenando que a vila somente fosse fundada quando tivesse 30 casais brancos, prontas as casas da câmara, cadeia e mais oficinas.

Do termo de obrigação assinado por seu procurador Antônio Gonçalves Machado, em 20 de outubro de 1818, vê-se que por si e seus herdeiros se obrigara a cumprir todas as condições a respeito de casas da câmara, cadeia e mais oficinas, assim como a estabelecer os trinta casais de habitantes, determinados por aquela provisão régia.

A respeito da dita criação nada mais é encontrada até o tempo do governador Paulo José da Silva Gama, que em 25 de julho de 1818 comunicou a côrte “que recebeu, em 26 de maio do corrente ano, vinda pelo Piauí, a Provisão do supremo tribunal do desembargo do Paço do Brasil de 27 de novembro do ano próximo passado, em que Sua Majestade lhe participava que por provisão da mesma data tinha ordenado ao ouvidor desta comarca fosse criar uma vila com a denominação de vila do Itapecuru-Mirim, logo que José Gonçalves da Silva tivesse estabelecido habitadores brancos,

ao menos trinta casais, na ribeira do Itapecuru-Mirim, em terras que comprasse, ou os moradores lhe oferecessem, fazendo à sua custa e debaixo da inspeção da mesa do seu desembargo do Paço – cadeia, casa da câmara e mais oficinas e outras despesas de criação (IBGE, 1959, p. 202).

Em 20 de outubro de 1818, quando ali existia uma povoação composta de 138 fogos e 767 habitantes na Praça da Cruz, onde se achava o Dr. Desembargador, o Ouvidor e o Corregedor da Comarca de São Luís do Maranhão, Francisco de Paula Pereira Duarte, e presentes o dito alcaide-mor, por seu procurador Antônio Gonçalves Machado e o clero, a nobreza e o povo, que foram convocados, leu-se em voz alta e inteligível a provisão de 27 de novembro de 1817, expedida pelo decreto de 14 de junho do dito ano, e despacho da mesa do desembargo do Paço de 17 de junho e 24 de novembro do mesmo ano, determinando a criação dessa vila.

Foi levantado o pelourinho, foram dados os vivos do estilo, criaram-se por eleição de pelouros, dois juizes ordinários, um juiz de órfão, vereadores e mais oficiais na forma da lei.

O desembargador ouvidor da comarca Francisco de Paula Pereira Duarte, em 3 de março de 1819, oficiando à câmara da capital, disse que: querendo fixar de novo os limites da nova vila de Itapecuru determinara à câmara da dita vila, por cartas de ordens de 5 de dezembro do ano próximo passado e do mesmo dia 3 de março de 1819, “que o referido termo findasse no Rio Itapecuru abaixo no lugar onde findam as 15 léguas do distrito desta Relação”. Foi isto cumprido em vereação da câmara no dito dia, mês e ano.

Pela Provisão Régia de 20 de março de 1820, D. João à vista da representação do ouvidor com os autos da criação da vila, resolveu aprová-la e dar por especificamente criados, além dos ofícios nos autos declarados, os dois almotacéis, dois tabeliães do público judicial e notas, ficando anexos ao 1.º os ofícios de escrivão da comarca, almotaçaria e sisas, e ao 2.º ofício de escrivão dos órfãos e, finalmente, os ofícios de alcaide e seu escrivão.

Fatos Históricos

Em 14 de junho de 1840, ocasião da revolução do Balaio, por falta de pagamento de soldo, sublevou-se a guarnição militar da vila e prenderam alta noite, com força armada, os seus oficiais. O presidente e comandante das armas, Duque de Caxias, saiu da capital a bordo do vapor Fluminense com destino a essa vila e, apenas soube destas ocorrências no dia 16,

após 16 horas de viagem. Se essa revolta não fosse abafada tão rapidamente, acarretaria bem tristes e funestas consequências.

No dia 2 de abril de 1841, quando a igreja reverenciava as sete dores da Mãe do Redentor, o duque de Caxias lançou a primeira pedra da igreja-matriz com a invocação a Nossa Senhora das Dores. A pedra tinha palmo e meio, bem quadrada e na face superior a data do ano e as iniciais do nome do presidente L.A.L. Infelizmente não tiveram andamento algum as obras da igreja.

Nessa época e graças aos esforços dos cidadãos José Januário Ribeiro, Felipe Thiago Pereira e Raimundo Nonnato de Oliveira, em 27 de julho do corrente ano, foi inaugurado, pela primeira vez, um pequeno e decente teatro, cuja casa foi ofertada pelo Sr. José Odório Madail.

A Freguesia foi criada pela provisão régia de 25 de setembro de 1801.

A igreja, que então servia de matriz, foi reformada pelos esforços e dedicação do Vigário Francisco José Cabral, que promoveu entre os fies uma subscrição para este fim.

Em Itapecuru-Mirim, há também a capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, cuja história é a seguinte:

Agostinho Ferreira, o procurador e mais irmãos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da freguesia do Itapecuru-Mirim, ajudados (diz o requerimento) com algumas esmolas dos devotos, tendo ajuntado com o que pudessem dar princípio a uma capela, em que pretendia colocar a imagem da mesma Senhora, para excitar mais a piedade dos fiéis devotos, pois já tinham terreno para este fim havia mais de três anos, e também, madeiras prontas para darem princípio, pediram licença para edificar a dita capela que lhes foi concedida em 10 de junho de 1816, pelo Vigário Capitular Dr. João de Bastos de Oliveira. Ressalta-se que, essa licença já tinha sido requerida em 12 de junho de 1785, porém à vista da resposta do promotor eclesiástico exigindo as formalidades de direito, ficou paralisada a petição. Em 6 de agosto de 1820 a igreja foi visitada e benta pelo coadjutor Antônio Rebello de Mesquita.

Por provisão régia de 21 de julho de 1870, a vila de Itapecuru-Mirim foi elevada à atual categoria de cidade. E, quando da sua criação o município de Itapecuru-Mirim tinha 23.035,853 km², cujo território se foi reduzindo por meio dos seguintes desmembramentos: Rosário (1833) 3.018,139 km², Vargem Grande (1833) 5.544,790 km²; Cantanhede (1952) 1.170,336 km²; Miranda do Norte (parte do terreno – 1988) 170,554 km² e São Luís Gonzaga do Maranhão (1854) 11.660,596 km²; posteriormente outros municípios saíram de alguns destes.

Ambiente Físico

A base geológica do município está constituída por rochas sedimentares da formação Itapecuru datado do Terciário Inferior e Barreiras pertencentes à Bacia do Parnaíba. Ocorrem os domínios das rochas sedimentares, constituído pela formação Itapecuru, formada de arenitos e folhelhos e pelo Grupo Barreiras constituído de arenitos (ALMEIDA, 2000).

A Formação Itapecuru possui composição abrangendo arenitos de granulação fina e coloração cinza-claro ou avermelhada; ocorrem intercalações de folhelhos, argilitos e siltitos, bem como níveis de arenitos finos com intensa cimentação carbonática, sendo comuns as estratificações cruzadas.

De acordo com Almeida (2000), o Grupo Barreiras datado da Era Cenozóico do Período Terciário é constituído por siltitos amarelados a ocre, macios e homogêneos, areias esbranquiçadas, finas, quartzosas, argilitos avermelhados e amarelados, siltitos e arenitos finos, avermelhados, arenitos finos a médios, avermelhados e amarelados, imaturos, conglomerados desorganizados, com seixos e matações de canga ferruginosa.

A geomorfologia é constituída pela Superfície Maranhense com Testemunhos, caracterizada por área aplainada durante o ciclo Velhas, dominada em parte por testemunhos tabulares e subtabulares da superfície de cimeira.

Os solos predominantes são da classe dos plintossolos, sujeitos a um excesso de umidade durante um período de tempo, devido a diferenças texturais entre horizontes arenosos e argilosos. Há também a presença do plintossolo concrecionário e argissolo vermelho-amarelo concrecionário (UEMA, 2002).

O clima é subúmido com precipitações anuais que variam de 1.400 a 1.600 mm ao longo dos meses de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro. As precipitações anuais são consideradas altas, porém a distribuição é irregular. A temperatura média anual varia de 26° C a 27° C, sendo o período mais quente de outubro a novembro (UEMA, 2002).

A vegetação compreende os ecossistemas de cerrado e mata dos cocais que é uma vegetação de transição entre o cerrado e a amazônia, atualmente ambas estão em processo de degradação pela ação antrópica. Dada as suas características singulares de riqueza natural e beleza cênica, as formações merecem relevante importância.

A rede hidrográfica está ligada à bacia do Itapecuru mais especificamente no curso médio desse rio que atravessa a área no sentido Sul/Norte, apresentando turbidez um pouco escuras, com presença de grandes quantidades de sedimentos. O rio apresenta poluição por

despejos de efluentes, resultado do aumento da população que não dispõe de sistema de tratamento de esgoto, além de lixo produzido que é carreado, em grande parte, para o rio.

O Rio Itapecuru recebe no município como afluentes os riachos: Dom Querer, São José, Forte, Leão, Frecheira, Passarinha, Mocambo, Itapecuruzinho, Picadinha, Vaca Branca, Cova, Riachão, Quebra, Jundiaí, Maniva, Grande, Quebra-Coco, Ipiranga, Mata e Cantagalo.

Espaço Urbano

A cidade tem o centro traçado por ruas e travessas largas e estreitas (Figura 8), com casas de padrão arquitetônico tradicional e prédios em estilo colonial. Conta também com inúmeras ruas e avenidas, das quais se destacam a Avenida Brasil (Figura 9), a Gomes de Sousa (Figura 10), onde está localizado o centro comercial, a Avenida Benedito Mendes - Caminho Grande, Professor Antonio Olívio Rodrigues entre outras. As ruas são pavimentadas com pedra, cimento, bloquetes, asfalto, piçarra e outras de chão batido.

Existem ainda nove praças espaçosas e arborizadas, sendo algumas ajardinadas. As principais são: Praça Gomes de Souza ou da Prefeitura (Figura 11), da Cruz e da Igreja Matriz.

Figura 8 – Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 9 – Avenida Brasil – 2012



Fonte: IMESC

Figura 10 – Avenida Gomes de Souza – 2012



Fonte: IMESC

Figura 11 – Praça Gomes de Souza ou da Prefeitura – 2012



Fonte: IMESC

Em 2013, a área urbana do município era de 11.766,898 km² o que correspondia a 0,11% do município. Incluindo o espaço rural, o município tem (BRASIL, 2013), 9.077 casas de tijolo, 1.709 de taipa revestida, 4.013 de taipa não revestida, 20 de madeira e 83 de outros materiais.

Espaço Rural

O espaço rural do município está classificado em sítios, fazendas, povoados, assentamentos e quilombos (BRASIL, 2011), distribuídos nas seguintes comunidades:

Sítios: Água Azul, Água Preta, Alegre, Alto Alegre, Alto Lindo, Alto São José, Anajá, Azeite, Bacabal I, Bacabal II, Bacabalzinho, Bacuri I, Bacuri II, Baixa da Desordem, Barbado, Barreira I, Barreira II, Barriguda, Barro Preto II, Bebedouro, Bela Vista, Bem Fica, Boa Esperança, Boa União, Boa Vista I, Boa Vista III, Boca do Campo, Bom Fim, Bom Jardim, Bona, Brito, Buragi, Cafundó, Cajazeiras, Cajueiro, Campestre da Viúva, Campestre I, Campestre II, Campo da Cruz, Campo do Azeite, Campo Rio, Canapum, Carmo, Carnaubinha, Cheiroso, Cigana do Pau Nascido, Cigana II, Cinco Linhas, Cipoal, Cocal, Companhia I, Companhia II, Contendas I, Contendas II, Coqueiro, Corrente, Cova, Curitiba, Dois Mil, Dunquerque, Dunquerque dos Martins, Fandango, Faveira, Filomena, Flexeiras I, Floresta, Formiga, Fugido, Gabinete, Goiabal, Guanaré, Guaraci, Igarapé da Moça, Igarapé do Leão, Igarapé Grande, Ipiranga da Luz, Jaborandi, Jacaré I, Jacaré II, Jacuíba, Joanica, Justimiana,

Juçara, Juçaral, Juçatuba do Meio, Kelruzinho, Ladeira, Lago Encantado, Lago Verde, Lagoa, Lagoa Seca, Lapa, Laranjeira, Lavandeira, Mandioca, Mangal, Maria de Fogo, Mata, Mata do Ipiranga, Matinha, Mato Alagado, Mirindiba, Mirinzal I, Mirinzal II, Monte Cristo, Morro da Alemanha, Morro do Burro, Morro Grande, Morros, Moura, Nova Aurora, Oiteiro, Oiteiro dos Pires, Oleiro, Olho d'Água II, Olho d'Água III, Onça, Pacheco, Panela, Passarinha, Patizal, Pau Nascido, Paulo Mina, Paz de Jesus, Pedreiras, Pequi II, Pequizeiro, Piçarreira, Pontes, Poço da Cerca, Prata, Puraquer, Purcina, Quebra Coco, Recanto II, Ribeiro, Rodeador, Rumo, Saco, Saco Dantas, Santa Helena I, Santa Helena II, Santa Izabel, Santa Joana I, Santa Joana II, Santa Maria I, Santa Maria II, Santa Rita I, Santa Rita II, Santa Rita III, Santa Rita IV, Santa Rosa, Santana, Santo Antonio dos Gundes, Santo Antonio I, Santo Antonio II, São Francisco II, Satubinha, Sauval, Segredo, Serra, Serrador, Serão, Simaúma, Sobradinho, Sumaúma, São Bento, São Domingos I, São Domingos II, São Francisco I, São Gregório, São Joaquim, São José II, São José III, São João I, São João II, São Mateus, São Patrício, São Pedro, São Sebastião, Tábua, Tapera, Terra Preta, Tingidor, Tiririca, Tororoma, Trizidela do Jundiá, Três Bocas, Unha de Gato, Vaca Branca de Baixo, Vaca Branca de Cima, Vai Quem Quer, Variante, Versales e Vinagre.

Fazendas: Raio do Sol e São Benedito.

Povoados: Colombo, Entroncamento, Leite, Santa Rosa, São Francisco e Tingidor.

Projetos de Assentamento: Acampamento da E.I.T. (P.A. Bebedouro), Alto da Esperança, América Velha, Barro Preto I, Boa Vista II, Cachoeira, Centrinho, Centro, Cigana I, Curupati, Felipa, Flexeiras II, Franciliza, Ipiranga da Carmina, Jaibarados Nogueiras, Jaibarados Rodrigues, Javi, Kelru, Malvão, Monte Alegre, Moreira, Oiteiro dos Nogueiras, Olho d'Água I, Pedras, Perna, Picos, Pequi I, Recanto I, Santa Maria dos Pretos, Santa Terezinha e São José I.

Quilombos⁵: Pequi, Santa Maria, Santa Maria dos Pretos, Santa Maria dos Pinheiros, Ipiranga da Carmina, Contendas, Filipa, Monge Belo, Moreira, Santa Helena, Santa Rosa dos Pretos, São Pedro, Vista Alegre, Canta Galo, Curitiba, Mirim, Povoado Benfinca, Povoado Mata III, Santana, São Patrício, Povoado Javi, Brasilina, Burangir, Oiteiro dos Nogueiras, Barriguda, Boqueirão, Conceição, Morro Grande, Oiteiro dos Pretos, Abanafogo, Canduru, Dois Mil, Fandango, Flexeira, Juçaral, Leite I, Leite II, Mandioca, Mangal, Mata Frexeira, Santa Helena, Santa Joana, Tingidor, Morros, Mirim, São Sebastião, Santa Rita dos

⁵Aquelas comunidades cujos nomes estão em assentamentos e quilombos são os mesmos lugares.

Goveias, Mata do Ipiranga, Pirinã, Nossa Senhora do Rosário, São João dos Corrêas, Santa Isabel, Ribeiro, Vista Alegre, São João do Caru, Satubinha e Mata de São Benedito.

Utilização das Terras

As informações sobre a utilização das terras do espaço rural de Itapecuru-Mirim (Tabela 10) traz a classificação, primeiramente, em estabelecimentos que não puderam ser analisados quantitativamente, por terem mais de uma atividade rural; contudo, é possível observar que referidos estabelecimentos desenvolvem atividades ligadas à agricultura, além de áreas que mesmo cultivadas destinavam-se a pecuária: áreas plantadas com forrageiras, pastagens naturais e plantadas, assim como áreas de preservação (matas e florestas) e sistemas agroflorestais; a outra parte está ocupada com tanques, lagos e açudes que podem estar tanto voltados para a aquicultura como também para o abastecimento do gado.

As terras degradadas, que correspondem a áreas descartadas, devem ter sido usadas anteriormente para uma agricultura sem tecnologia ou pela pecuária extensiva, carecendo, portanto, de manejo para que voltem a ser produtivas. Esse raciocínio também se aplica a parte das terras inaproveitáveis.

Quanto à área cultivada, do total de 69.977 hectares, 52% foram de agricultura temporária, 12% agricultura permanente, 10% pastagens plantadas em boas condições, 9% pastagens naturais, 5% matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal), 4% matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais), 2% sistemas agroflorestais, 1% para construções, benfeitorias e caminhos, para terras inaproveitáveis e terras degradadas cada. Os 3% restantes correspondem as demais ocupações listadas na tabela 10 e que atingem pequenos percentuais.

Tabela 10 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	310	8.495
Agricultura temporária	2.672	36.707
Área plantada com forrageiras	20	311
Pastagens naturais	129	6.124
Pastagens plantadas degradadas	33	1.359
Pastagens plantadas em boas condições	103	7.345
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	92	3.299
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	79	2.542
Sistemas agroflorestais	153	1.720
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	100	294
Construções, benfeitorias ou caminhos	403	479
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	26	599
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	59	703
Total	-	69.977

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor em 2006, dos 3.497 estabelecimentos, 53% eram de responsabilidade do proprietário, 2% do arrendatário, 23% do ocupante, 7% do assentado sem titulação definitiva, 4% do parceiro e 11% do produtor sem área. Como arrendamentos e parcerias são sempre feitos com proprietários, eleva para 59% os estabelecimentos dos proprietários. Quanto à área, dos 69.988 hectares o proprietário possuía 66%, o arrendatário 9%, o ocupante 18%, o assentado sem titulação definitiva 5% e parceiro 1%; adicionando o percentual do arrendatário e parceiro ao proprietário, este aumentou a área para aproximadamente 10%. Desta forma, o proprietário eleva sua área para 69%, indicando uma grande concentração de terras (Tabela 11).

Tabela 11 – Número de estabelecimentos agropecuários e áreas, segundo a condição do produtor – 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	1.843	46.535
Arrendatário	64	6.405
Ocupante	787	12.842
Assentado sem titulação definitiva	248	3.831
Parceiro	141	375
Produtor sem área	414	-
Total	3.497	69.988

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Demografia

O município ocupa no Estado o 17º lugar em população, correspondendo a 0,94%, com densidade demográfica de 42,21 hab/km². Na Mesorregião Norte Maranhense está em 5º lugar em número de habitantes com 2,38%, enquanto na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim corresponde a 29%, ocupando a 1ª posição. Em 2010, o IDH foi de 0,599 (IPEA, 2013).

Entre 2000 e 2010, a população total do município cresceu 45%, a masculina 46%, a feminina 44%, a urbana 25% e a rural 82%.

Em 2000, os percentuais eram de 50% homens e 50% mulheres e a população urbana correspondia a 65% e a rural 35%. Em 2010, os homens e mulheres continuaram com os mesmos percentuais, enquanto que a população urbana atingiu 56% e a rural 44% (Tabela 12). Pode-se considerar que nesses dez anos analisados, ainda que a população rural tenha crescido, manteve certo equilíbrio.

O percentual do crescimento da população rural, certamente é devido à melhoria das vias de acesso para estas áreas e, também, pela possível migração de habitantes de outras regiões para a zona rural (Tabela 12).

Tabela 12 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	21.214	31.025
Feminina	21.558	31.085
Urbana	27.661	34.668
Rural	15.111	27.442
Absoluta	42.772	62.110

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Saúde

O município Itapecuru-Mirim possui um hospital chamado de Hospital Regional Estadual Adélia Matos Fonseca, com 84 leitos divididos entre internação, urgência/emergência, consultório odontológico, pediatria, clínica médica e cirúrgica, além de pré-parto. São realizados os seguintes exames: laboratoriais (terceirizado pelo SUS), ultrassografia, raios-X, mamografia, entre outros. Para os casos mais graves, o município dispõe de duas ambulâncias para o transporte de pacientes para São Luís.

Para o atendimento à população, o município conta com dezenove médicos cirurgiões, pediatras, clínicos e anestesistas, onze enfermeiros, 74 técnicos de enfermagem, além de 185 agentes de saúde dos quais 114 trabalham na área urbana e 71 na área rural.

O município mantém o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), estruturado em dez equipes, cada uma com um médico, um enfermeiro, um técnico em enfermagem, um auxiliar de enfermagem e o Programa Saúde Bucal no ESF com quatorze equipes, cada uma composta por um dentista e auxiliares. Também funcionam dois NASF, atendendo as seguintes doenças e sintomas: gastroenterocolite aguda, traumas relacionados a acidentes automobilísticos, hipertensão, diabetes, tuberculose e Acidente Vascular Cerebral – AVC. É realizada a distribuição de alguns medicamentos.

Além dos programas supramencionados, outros programas são desenvolvidos pela secretária de saúde em parceria com a secretária de educação, que promovem palestras informativas sobre o combate as DSTs/AIDs (distribuição de preservativos) e combate as drogas.

A pesquisa demonstrou que, na área rural ainda há a presença de parteiras leigas que auxiliam as gestantes no parto, quando as mesmas não podem ser transportadas até a cidade.

Educação

Itapecuru-Mirim, em 2012, matriculou 21.731 alunos, divididos nas escolas estaduais, municipais e particulares. Na rede de ensino municipal foram matriculados 16.525 alunos, entre creches, pré-escola, ensino fundamental e EJA, distribuídos em 133 escolas, sendo 28 na área urbana e 105 na zona rural. O corpo docente municipal está formado por 520 professores dos quais 243 possuem magistério e 277 ensino superior.

A rede estadual mantém na área urbana onze escolas com ensino fundamental, ensino médio e EJA. Estão matriculados 4.228 alunos; o corpo docente é composto por 47 professores, quatro possuem magistério e 43 ensino superior.

A rede de ensino particular possuía 39 professores, sendo 23 com magistério/médio e dezesseis com ensino superior. Foram matriculados 978 alunos, entre creches, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e EJA.

Economia

As principais atividades econômicas do município estão ligadas ao setor primário, destacando-se a agropecuária. Itapecuru-Mirim ocupou, em 2010, a 23ª posição em relação ao PIB, com R\$ 213,359 milhões representando 0,54% do Estado, sendo o setor de serviços o mais representativo com uma contribuição de R\$ 135,757 milhões; o setor agropecuário com R\$ 40,842 milhões, o industrial com R\$ 26,272 milhões e arrecadação de impostos com R\$ 10,488 milhões (IMESC, 2012). Ocupava no ano citado a 38ª posição em relação ao IDM, o que corresponde a 0,396 (IMESC, 2012) e sua renda per capita, em 2010, foi de R\$ 221,87 (IPEA, 2013).

Agricultura

O município se mantém principalmente da agricultura. A produção agrícola está distribuída em agricultura temporária e permanente; a primeira de maior representatividade na economia, cujos produtos por ordem de importância na comercialização são: mandioca, arroz, milho, feijão e cana-de-açúcar.

Agricultura Temporária

Entre 2006 e 2012, a área colhida e a quantidade produzida recuaram em 1% e 12%, respectivamente, ao passo que o valor da produção cresceu 36%. Em relação à área colhida, os impactos negativos advieram das culturas de arroz (-1%) e de mandioca (-10%), enquanto que culturas de feijão (+13%), milho (+9%) e cana-de-açúcar (+4%) registraram expansão de área. Em quantidade produzida, houve queda no arroz (-58%), feijão (-27%) e mandioca (-8%), em contrapartida aumentaram a produção de cana-de-açúcar (+14%) e milho (+10%). Quanto ao rendimento médio, registrou-se recuo na produtividade do arroz (-61%) e do feijão (-35%), ao mesmo tempo em que houve aumento na mandioca (+2%) e milho (+1%). Por último, o crescimento no valor da produção da cana-de-açúcar (+138%), mandioca (+72%), milho (+35%) e feijão (+1%) exerceram peso positivo na expansão global do valor da produção, o arroz (-66%) foi o único a registrar recuo.

Dos 14.257 hectares de área colhida em 2006, a mandioca participou com 37%, o arroz com 33%, o milho com 27%, o feijão com 3% e a cana-de-açúcar com 0,18%. Quanto à quantidade produzida, das 54.507 toneladas, a mandioca colaborou com 87%, o arroz com 9%, o milho com 3%, a cana-de-açúcar com 1% e o feijão com 0,35%. Em se tratando do valor da produção total dos R\$ 13,917 milhões, os resultados foram: mandioca 68%, arroz 23%, milho 6%, cana-de-açúcar 1% e feijão 2% (Tabela 13).

Em 2012, dos 14.076 hectares de área colhida 34% foi de mandioca, 33% de arroz, 30% de milho, 3% de feijão e cana-de-açúcar menos de 1%. Quanto à produção, das 48.183 toneladas, 91% foi mandioca, 4% com arroz, 4% com milho, 1% de cana-de-açúcar e o feijão menos de 1%. O valor da produção de R\$ 18,957 milhões, 85% correspondeu ao valor da produção da mandioca, o arroz e o milho 6% cada um, o feijão 2% e cana-de-açúcar 1% (Tabela 13).

Pela análise anterior, verifica-se que o arroz, produto significativo na economia do Estado, em Itapecuru-Mirim teve todos os índices negativos entre os 6 anos citados, enquanto a mandioca teve crescimento significativo só no valor da produção. Um caso recente, em 2012, foi o aumento do valor da farinha d'água de aproximadamente 300% o preço do quilo-grama, isto porque a baixa produção elevou o valor do tubérculo, aumentando o produto final.

Tabela 13 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	4.648	4.592	4.648	1.970	1.100	429	3.254	1.103
Cana-de-açúcar	27	28	539	615	21.962	21.964	71	169
Feijão	408	459	193	141	473	307	299	301
Mandioca	5.286	4.772	47.574	43.750	9.000	9.168	9.515	16.330
Milho	3.888	4.225	1.553	1.707	399	404	778	1.054
Total	14.257	14.076	54.507	48.183	-	-	13.917	18.957

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal

Horticultura

A produção e comercialização de hortaliças no município são realizadas por pequenos produtores rurais, que veem neste cultivo familiar a possibilidade de equilibrar as dimensões econômicas dentro da produção de alimentos em unidades de pequeno porte. Em Itapecuru-Mirim foi possível observar o cultivo de algumas hortaliças e leguminosas (Tabela 14).

Em 2006, a quantidade produzida na horticultura foi de 145 toneladas, das quais o milho verde representou 55% do total, seguido do quiabo com 27%, pepino 7%, maxixe e vagem (feijão em vagem) 5% cada, abobrinha e pimentão 1%. Em relação à quantidade vendida, ressalta-se que do total de 78 toneladas o milho verde representou 65%, seguido do quiabo com 13%, 9% do pepino e vagem (feijão em vagem) cada, 3% do maxixe, e 1% para o pimentão. Quanto ao valor da produção dos 107 mil reais obtidos, o milho verde representou 41%, seguido pelos 36% do quiabo, 9% do pepino, 7% de maxixe e vagem (feijão em vagem) cada (Tabela 14).

Verifica-se que, exceto o feijão (vagem), cuja produção correspondeu a quantidade vendida, as demais hortaliças apresentaram uma diferença a menos entre a produção e a comercialização; isso se justifica porque parte da produção é consumida pelo próprio produtor ou, então, pela elevada perecibilidade do produto, que se intensifica em virtude da deficiência na conservação. Um exemplo típico é o milho verde, que é consumido cozido e assado ou então transformado em canjica, pamonha, mingau e outros pratos que nem sempre são comercializados.

Tabela 14 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006

Produtos	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Abobrinha	1	0	0
Maxixe	7	2	7
Milho verde	80	51	44
Pepino	10	7	10
Pimentão	1	1	0
Quiabo	39	10	39
Vagem (feijão)	7	7	7
Total	145	78	107

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Agricultura Permanente

Quanto à agricultura permanente, os produtos economicamente considerados são: banana, coco-da-baía, laranja e limão, embora haja uma diversidade significativa de outros frutos produzidos como atividades domésticas nos quintais.

Analisando o período 2006/2012, a agricultura permanente teve em área colhida o crescimento de 50%. Quanto à produção, excluindo o coco-da-baía que é contado em 1.000 (mil) frutos, os demais produtos (Tabela 15) foram informados em toneladas e houve aumento de 86% na quantidade produzida, em relação ao valor da produção o aumento foi de 131%.

Em 2006, dos 221 hectares colhidos, 68% foram ocupados pela banana, 27% com coco-da-baía, laranja 2% e limão 3%. Da quantidade produzida de 502 toneladas, 92% foram de banana, 6% de laranja e o 2% de limão, o coco-da-baía não foi agregado devido ser informado em mil frutos. Do valor da produção, foram arrecadados R\$ 379 milhões dos quais 49% foi de banana, 47% do coco-da-baía, 3% da laranja e 1% do limão.

Em 2012, a área colhida foi de 242 hectares dos quais 69% foram ocupadas com banana, 28% coco-da-baía, 4% laranja e o limão não foi informado no referido ano. Em relação à quantidade produzida do total de 932 toneladas (exceto coco-da-baía que é informado em mil frutos), 94% foram de banana, 6% de laranja. Quanto ao valor da produção de R\$ 875 mil, a banana influiu com 47%, coco-da-baía 50%, e a laranja 3% (Tabela 15).

Em que pese à potencialidade do município para outros tipos de agricultura permanente, a banana e o coco-da-baía têm maior influência econômica.

Tabela 15 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Banana	150	166	462	872	3.080	5.253	185	414
Coco-da-baía*	60	67	720	878	12.000	13.104	180	439
Laranja	05	09	33	60	6.600	6.667	10	22
Limão	06	0	07	0	1.166	0	04	00
Total	221	242	502	932	-	-	379	875

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal

*Mil frutos

Pecuária

A pecuária é outra atividade econômica importante do município Itapecuru-Mirim. Nesse município, os rebanhos mais importantes são as aves e o bovino, os demais em 2006, dificilmente alcançaram 1% e, em 2012, somente o bovino e o suíno atingiram mais de 10%, no período as aves continuaram liderando. Os principais rebanhos, por números de cabeças, podem ser consultados na tabela 16.

Entre 2006 e 2012, houve recuo de 80% no rebanho do município refletido pela queda de 85% das aves e de 16% do caprino. Por outro lado, houve expansão nos seguintes rebanhos: suíno (+217%), muar (+74%), equino (+49%), bovino (+44%) e asinino (+6%). Nessa análise, o bubalino e ovino não participaram, uma vez que não havia informações sobre os rebanhos, o primeiro em 2006 e o segundo em 2012 (Tabela 16).

Em 2006, das 819.132 cabeças, as aves representaram 97%, o bovino 2%, o suíno 1%, o equino, asinino, muar, caprino e o ovino menos de 1% cada um. O bubalino não foi informado nesse ano.

Em 2012, das 163.851 cabeças existentes as aves perfizeram 72%, o bovino participou com 15%, o suíno 11%, o bubalino e o muar juntos atingiram 1%, o caprino, asinino e o equino 1% e o ovino não foi informado. Determinados rebanhos como: o equino, o asinino e o muar perderam a importância econômica, pois a sua utilidade como meio de transporte está sendo substituída pelos veículos motorizados, enquanto o caprino vem gradativamente se equilibrando como alimentação (Tabela 16).

Como produtos de origem animal destacam-se o leite, com 1.438 mil litros com o valor de R\$ 2,588 milhões e ovos de galinha com 59 mil dúzias, cujo valor foi de R\$ 295 mil.

Tabela 16 – Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	16.677	23.970
Equino	594	887
Bubalino	0	818
Asinino	807	854
Muar	121	210
Suíno	5.554	17.622
Caprino	1.455	1.218
Ovino	826	0
Aves	793.098	118.272
Total	819.132	163.851

Fonte: IBGE – Pesquisa Agropecuária Municipal

Extrativismo

Os principais produtos extrativos vegetais – carvão, juçara e amêndoa de babaçu, em 2012, totalizaram 1.538 toneladas e 109 metros cúbicos de lenha e madeira em toras, os quais renderam R\$ 2,607 milhões. Do total de 1.538 toneladas, o carvão vegetal representou 62%, a juçara 2%, a amêndoa de babaçu 36%; dos 109 metros cúbicos, a lenha rendeu 69% e madeira em tora 31%. Do valor da produção de R\$ 2,607 milhões o carvão vegetal colaborou com 55%, a juçara 3%, a madeira em tora 0,03%, a lenha 0,07% e a amêndoa de babaçu 42% (Tabela 17).

Tabela 17 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Carvão vegetal	952	-	1.428
Juçara	33	-	70
Lenha	-	75	2
Madeira em tora	-	34	1
Amêndoa de babaçu	553	-	1.106
Total	1.538	109	2.607

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

As atividades extrativas na área rural têm grande importância na complementação da renda das famílias; no município, a coleta do coco babaçu é feita por várias gerações po-

dendo ser observada, principalmente, em áreas quilombolas; tal atividade é praticada pelas donas de casa que levam, também, as crianças para auxiliarem-nas na coleta. Após a coleta, o coco é levado para beneficiamento momento em que é extraída a amêndoa. O mesocarpo é transformado em fubá e o endocarpo queimado transforma-se em carvão (Figura 12).

Figura 12 – Coco babaçu coletado para beneficiamento – 2006



Fonte: FUNDAÇÃO VALE

Acompanhando a evolução do mundo e atendendo o atual momento histórico, as mulheres quebradeiras de coco se organizaram e criaram a Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu, podendo assim obter um rendimento com a coleta e o beneficiamento da matéria prima (Figura 13).

Além dos produtos de origem vegetal, o extrativismo de minerais é representativo no município: a argila popularmente conhecida como barro para as cerâmicas, a areia tirada do leito dos rios, além de rochas conhecidas popularmente de pedra bruta ou de fogo para a construção civil, representando uma parte das atividades econômicas.

Figura 13 – Quebradeiras de Coco – 2006



Fonte: FUNDAÇÃO VALE

Pesca

Com área bem drenada devido o grande número de riachos e a presença em seu território de um dos principais rios do Estado, o Itapecuru, e por ser a principal fonte de pescados da região, tem sofrido impactos ambientais, no decorrer das décadas, em todo o seu curso, do tipo: despejo do esgoto *in natura*, desmatamento da mata ciliar, além de atividades de extração de areia em seu leito tudo isso acarretando na diminuição da piscosidade. Embora não existam informações sobre a produção, há 2.000 pessoas inscritas como profissionais na colônia de pescadores (Figura 14).

A pesca na região é voltada para a subsistência. As espécies mais comuns são: surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), curimatá (*Prochilodus ssp*), piaú (*Leporinus obtusideuns*), pescada (*Cynoscion*), mandubé pemba ou mandubé boca de sapo (*Ageneiosus brevifilis*).

Figura 14 – Pescadora de Itapecuru-Mirim – 2006



Fonte: FUNDAÇÃO VALE

Comércio

O comércio de Itapecuru-Mirim é varejista e atacadista, destacando-se no setor de alimentícios. Possuem quitandas, supermercados, feiras e mercados, sendo o abastecimento realizado por transportadoras de São Luís e outros Estados.

Indústria

Como indústrias destacam-se as cerâmicas, que estão voltadas para a construção civil e que atendem o mercado regional e de outros Estados, além da indústria de alimentos e beneficiamento de grãos (arroz e milho). Outras atividades são desenvolvidas no município como: o artesanato, principalmente, na área rural, a produção de queijo, de manteiga, de farinha nas casas de farinha e o beneficiamento dos derivados do babaçu (sabão, sabonete, loções e óleos); tais atividades são desenvolvidas nos projetos de assentamentos e áreas de origens quilombolas. Na área urbana são encontradas as padarias e serralherias.

Turismo

O município possui como potencial turístico o carnaval, período em que a cidade fica tomada por foliões de municípios próximos e também da capital. Durante o carnaval, ocorre a maior concentração dos foliões, dos blocos e a apresentação dos shows, na Avenida Professor Antonio Oliveira Rodrigues.

Na área rural situam-se várias terras remanescentes de quilombos, os mais conhecidos são: Filipa, Santa Rosa e Santa Maria dos Pretos. Nos quilombos, os visitantes podem conhecer algumas atividades desenvolvidas pelos moradores; nessas localidades percebe-se a existência de um traço cultural bem marcante que vem passando de pais para filhos.

A culinária tem como base os peixes da água doce e as espécies mais apreciadas são a peixada de surubim com o vinho do coco babaçu e pescada frita. O bolo de milho na região recebe um nome de “gostoso” e, também, podem ser encontrados alimentos derivados da amêndoa de coco babaçu, como: sorvete, chocolate, pão e biscoitos que possuem alto teor nutritivo. Outros pratos que compõem a mesa são arroz de toucinho, galinha caipira, bode, arroz mariaisabel, entre outros.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, funcionando nele três cartórios; existe um Quartel do Comando da 8ª Companhia Independente da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Segundo Brasil, em 2014, estavam inscritos 41.310 eleitores e treze vereadores.

Religião

Em Itapecuru-Mirim predomina o catolicismo. Para suas reuniões religiosas, os moradores contam na sede do município com uma igreja matriz dedicada à padroeira Nossa Senhora das Dores (Figura 15), e com várias capelas distribuídas pelo espaço rural. Há também templos ligados a outras religiões. Os evangélicos dispõem de vários templos: Batista, Assembleia de Deus e Adventista, distribuídos pela sede além da zona rural.

Dos 61.857 habitantes entrevistados pelo IBGE 86% são católicos, 12% evangélicos e 2% sem religião, candomblé, outras religiões e não sabem juntos (Tabela 18). Existem alguns terreiros de umbanda na sede municipal e na zona rural.

Figura 15 – Igreja Matriz dedicada a Nossa Senhora das Dores – 2012



Fonte: Casa Paroquial de Itapecuru-Mirim

Tabela 18 – Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de Adeptos
Católica	53.163
Evangélica	7.234
Candomblé	22
Outras religiões	22
Sem religião	1.354
Não sabem	62
Total	61.857

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água na área urbana é de responsabilidade do município, por meio de captação de água em poço artesiano e do Rio Itapecuru. Na área rural, embora seja também abastecido via poço artesiano, são os moradores que o fazem, individualmente ou por iniciativa das comunidades. No município foram registradas 9.445 ligações (BRASIL, 2013).

O município Itapecuru-Mirim não tem esgoto. O esgotamento sanitário é feito através de fossas sépticas, por iniciativa de cada morador. Registrou-se a existência de 10.463 instalações de fossas (BRASIL, 2013).

O lixo é coletado só na área urbana, em dias alternados, em uma caçamba e um compactador da Prefeitura e depositado em um lixão a céu aberto.

O número de consumidores de energia elétrica em todo município, em 2010, foi de 203.974, com 90% de ligações residenciais, 5% de ligações comerciais, poder público e rural com 2% cada, o restante somados obtiveram 1%. O consumo foi de 38.025.007 MWh, destes 39% eram residencial, 9% comercial, 11% iluminação pública, 4% serviço público, 5% poder público, 28% indústria, 4% rural e 0,03% de consumo próprio (Tabela 19).

Tabela 19 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010

Usuário	Número de consumidores	Consumo em MWh
Residencial	183.495	14.705.234
Comercial	10.417	3.559.569
Poder público	4.342	2.034.080
Industrial	1.211	10.734.420
Serviço público	169	1.651.702
Rural	4.311	1.420.645
Iluminação pública	12	3.909.241
Consumo próprio	17	10.116
Total	203.974	38.025.007

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O sistema bancário está representado por uma agência do Banco do Brasil, uma do Bradesco e duas casas lotéricas.

A comunicação postal é de responsabilidade da ETC, enquanto a telefonia fixa e internet são de responsabilidade da OI. No caso da móvel, as prestadoras são OI, CLARO, VIVO e TIM. O município possui 192 terminais acessíveis 24 horas (ANATEL, 2009). Como instrumento de comunicação dispõe de um jornal impresso “Jornal Itapecuru”, duas emissoras de rádio 90 FM e Alvorada FM, e duas afiliadas de emissora de televisão.

Folclore e Lazer

Para o lazer da população, a sede municipal dispõe de nove quadras poliesportivas, um ginásio, inúmeros campos de futebol na periferia e o Estádio Municipal João Rodolfo Gonçalves conhecido popularmente como “Rodolfão”, com capacidade para 2.000 mil pessoas. Existem vários bares e lanchonetes em toda a cidade e outros localizados à margem do Rio Itapecuru e vários clubes, como: AABB, Grêmio Recreativo, Social Clube e quatro voltados ao reggae.

No período do aniversário da cidade são promovidos eventos tais como: torneios de futsal, vôlei, basquete, corrida rústica e futebol de campo. Durante o ano, são realizados alguns eventos esportivos promovidos pelo município como: jogos estudantis itapecuruenses, campeonato de futebol amador, campeonato de futsal rural, Copa João Batista de Futsal e Copa SESI de Futebol.

Em Itapecuru-Mirim quatro festas religiosas despertam as atenções. Em maio, a festa do Divino Espírito Santo, setembro a festa da padroeira Nossa Senhora das Dores (Figura 16), em outubro celebrava-se com pompa a festa da Santa Cruz e em dezembro, a de São Benedito, a mais animada e a mais popular.

As caixeiros da festa do Divino são recrutadas na própria cidade e nos povoados de Santa Rosa, Outeiro e Felipa, habitat dos quilombolas. O festejo, pelo seu brilhantismo e fervor popular, estende-se por 13 dias durante os quais a “corte imperial” cumpre um roteiro recheado de cerimônias, algumas sagradas, outras profanas, com destaque para missas, ladainhas, novenas e cortejos.

No período junino é comemorado o São João com arraiais e brincadeiras: quadrilhas, cacuriá, tambor de crioula e os grupos de bumbas-meu-boi Mocidade Alegre, Juventude Cidadão e Boi Apaixonado.

Nas datas cívicas e no aniversário da cidade são feitas diversas festas com atrações culturais com artistas locais, lançamentos de livros, desfile de escolas.

Em um prédio de arquitetura colonial está localizada a Casa de Cultura Municipal, onde são abrigadas atividades lúdicas para os adolescentes itapecuruenses, além da banda marcial de música (Figura 17).

Figura 16 – Festejo de Nossa Senhora das Dores – 2012



Fonte: Casa Paroquial de Itapecuru-Mirim

Figura 17 – Casa de Cultura – 2012



Fonte: IMESC

Transporte

A cidade de Itapecuru-Mirim fica a 118 quilômetros aproximadamente da capital São Luís. Para chegar a esse município, percorre-se a BR 135 até o local denominado Entroncamento, seguindo 12 quilômetros da BR 222 até a cidade.

Por ser uma cidade às margens de uma rodovia, em Itapecuru-Mirim não existe linha específica, mas os viajantes possuem uma grande opção de linhas de ônibus intermunicipais e interestaduais, para o deslocamento até a sede do município. Além dos ônibus, outros transportes são bastante utilizados como micro-ônibus e vans.

O transporte para os povoados é feito por motos ou D-20 improvisadas com tábuas nas carrocerias em lugar de bancos, os famosos paus-de-arara e táxi. Na área urbana são os mototáxis e bicicletas que servem para o deslocamento da população.

2.3 Matões do Norte

Símbolos Municipais



Brasão

Idealizado pela professora Vilma Rodrigues Pereira Sampaio e aprovado pelo decreto nº 0014/097, em 10 de novembro de 1997, traz em sua forma todo significado da luta do povo de Matões do Norte por sua emancipação. Estruturado em forma de um círculo cor azul real traz em seu redor 12 estrelas vazadas em branco, distribuídas simetricamente. Dois ramos de louro que ladeiam o circulam representam a vitória do povo de Matões do Norte em suas aspirações. No centro há um círculo dividido em duas partes, horizontalmente. A superior é dividida verticalmente em duas partes, tendo à esquerda a Bandeira do Maranhão e à direita a Bandeira de Matões do Norte. Na parte inferior do círculo tem dois pés de babaçu em cor verde ladeando um pé de pau d'arco em flor, ou seja, tronco marrom e flores amarelas, representando a flora do município. Na base do círculo tem uma flâmula com a inscrição do nome do município Matões do Norte e a data de sua criação – 10 de novembro de 1994.



Bandeira

A bandeira foi idealizada pelo primeiro prefeito de Matões do Norte, Dr. Antonio Sampaio Rodrigues da Costa, sendo aprovada pela câmara dos vereadores pelo decreto n° 107/097, em 10 de novembro de 1997.

A Bandeira de Matões do Norte caracteriza-se por duas cores divididas diagonalmente por uma faixa branca. O verde representa a bandeira nacional e a mata do município, a cor vermelha representa a força e determinação do povo norte matoense. No centro da bandeira encontra-se um círculo raiado, dois pés de coco babaçu e entre eles um pé de pau d'arco em flor. A bandeira preserva as seguintes proporções: 18 módulos de altura por 27 módulos de comprimento, sendo que a faixa diagonal branca tem um módulo de largura e círculo raiados, 10 módulos de diâmetro.

Hino

I

Meu rincão brasileiro
Meu pedaço de chão
Onde nascem guerreiros
Grandes aventureiros
Luzes do Maranhão

II

Seus guerreiros são luzes
De fulgor muito forte
O teu brilho fulgura
Levando-te as alturas
Salve Matões do Norte

III

Salve, salve essa terra
Que nasceu pra crescer
E floresce audaz
Com o triunfo da paz
Livre para vencer

IV

Quem te deu liberdade
Com certeza erguerá
O mais rico laurel
O mais lindo troféu
Para o povo cantar

V

Cante povo querido
Cante com emoção
Cante lindo e forte
Salve Matões do Norte
Terras do Maranhão

Localização

Localizado nos Médios Vales do Mearim e Itapecuru, o município de Matões do Norte faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim.

Limita-se com os seguintes municípios: Norte com Miranda do Norte; Oeste com Miranda do Norte e Arari; Sul com São Mateus do Maranhão e Leste com São Mateus do Maranhão, Pirapemas e Cantanhede.

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: ao Norte -03°33'41" de latitude e -44°27'07" de longitude, ao Oeste -44°36'36" de longitude e -03°39'31" de latitude, ao Sul -03°56'18" de latitude e -44°24'56" de longitude e ao Leste -44°17'02" de longitude e -03°46'00" de latitude (Mapa 4).

Extensão

O município tem 794,651 km² de extensão, sendo o 118º do Estado em extensão e representa 0,24% do território do Maranhão. Na Mesorregião Norte Maranhense, ocupa 23ª posição em território, representando 1,51% e na Microrregião do Itapecuru-Mirim ocupa a 3ª posição, representando 11,26% do território microrregional.

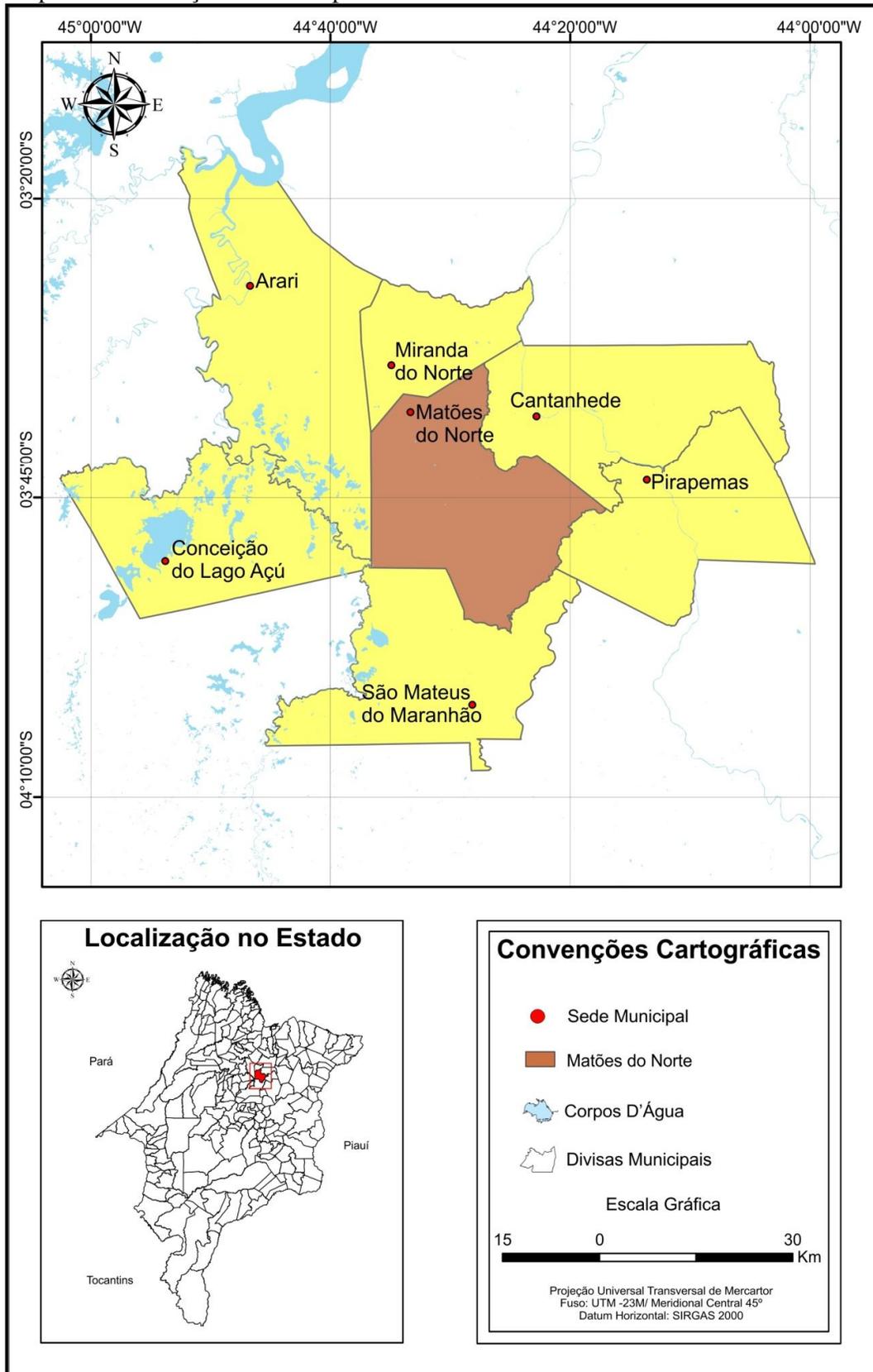
Processo de Ocupação⁶

O município Matões do Norte teve seu início, graça a fertilidade do solo, e teve como seu primeiro morador e fundador o Sr. Raimundo Brandão que chegou vindo de Coroa-tá, em 12 de julho de 1903. Na época a chamou de Matão.

Conta à história que, deslumbrado com a exuberante mata onde vicejavam inúmeros animais silvestres, como antas, onças, macacos, caititu, paca, tatu e cotia etc., o Sr. Raimundo Brandão exclamou: “vou fazer minha roça naquele matão”, abrindo uma clareira na mata onde fez sua roça e construiu um rancho. Após décadas morando no povoado Matãozinho, Raimundo Brandão resolveu mudar-se definitivamente para o lugar que passou a se chamar Matão, que à época, assim como Matãozinho era parte do território de Cantanhede.

⁶AMARAL, Joseli, 2010.

Mapa 4 – Localização do Município



Fonte: IBGE; IMESC, 2013

O povoado Matão passou a ser a entrada para a sede de Cantanhede, e a construção da BR 135, que passou exatamente no povoado acelerou o seu desenvolvimento, transformando-se no mais desenvolvido daquele município, despertando nos moradores locais o desejo de pleitear a sua emancipação.

A primeira iniciativa nesse sentido foi do então prefeito de Cantanhede, Raimundo Cidinho Matos Amaral, amigo do então Presidente da Assembleia Legislativa Nagib Haichel que prometeu atender à solicitação do amigo e, portanto, incluir na lista dos municípios a serem criados. Esse evento, entretanto, só veio a realizar-se quando assumiu a presidência da Assembleia, o deputado Manoel Nunes Ribeiro Filho, substituindo Nagib Haichel que faleceu sem poder cumprir sua promessa. Para a emancipação, muito se interessou o vereador de Cantanhede, Ademar de Sousa Paiva que residia em Matão. Em 10 de novembro de 1994, pela Lei N° 6.138 foi criado o município, cujo território foi cedido pelos municípios de Cantanhede e Arari, com a denominação de Matões do Norte.

Ambiente Físico

Geologicamente, Matões do Norte apresenta seu território constituído pela Formação Itapecuru do Cretáceo Inferior, compreendido entre 145 a 65 milhões de anos, constituído de arenitos finos, arenitos argilosos, siltitos e folhelhos.

A geomorfologia do município está enquadrada na Superfície Maranhense com Testemunhos, correspondente a uma área aplainada durante o ciclo Velhas, devido a resistência das rochas, favorecendo a maior atuação dos processos de pediplanação, dominada, em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira. Cerca de 5% de seu território faz parte do Golfão Maranhense, caracterizado por uma área resultante do intenso trabalho fluvial do Quaternário antigo, posteriormente, colmatada e parte pela planície fluvial dos baixos vales do Mearim e Itapecuru.

Os solos são formados pelos plintossolos com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso; plintossolos concrecionários, solos que apresentam petroplintita na forma de nódulos ou concreções em um ou mais horizontes dentro da seção de controle dominante no município e uma pequena área de argissolo vermelho amarelo concrecionário.

Seu clima é tropical subúmido, as chuvas se distribuem de janeiro a junho e o período de estiagem de julho a dezembro. A umidade relativa do ar anual está entre 79% e 82%.

Figura 19 – Rua asfaltada – 2012



Fonte: IMESC

Figura 20 – Praça a margem da BR 135 – 2012



Fonte: IMESC

Entre a área urbana e a área rural foram registradas 717 casas construídas com tijolo, 224 de taipa revestida, 687 de taipa não revestida, quatro de madeira e 52 de outros materiais (BRASIL, 2013).

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído em duas partes, definidas a partir da BR 135: oriental, de maior extensão, alcança os limites com Pirapemas e São Mateus do Maranhão e compreende 53 povoados; a ocidental começa a partir da BR 135 até os limites com Arari.

Os povoados orientais são: Aldeias, Alto Bonito, Avelino, Bainha, Bandeira, Bariguda, Barro Branco, Berrador, Boa Esperança I, Boa Vista dos Remédios, Boca do Cercado, Cachoeira do Tote Alves, Camorim, Campestre da Carnaúba, Carnaubal, Cascudo, Centro do Altino, Centro do Jorge, Cruz, Jacarezinho, Lagoa, Limão, Maçaranduba, Macaúba, Mangueira, Maria, Mariana, Morada Nova, Olaria, Pacheco, Palmeiral I, Paraíso, Pedras, Pimenta, Porenquanto, Primavera, Samangula, Santa Amália, Santa Luzia, Santa Maria, Santa Rita do Erandir, Santa Rita do Senhorzinho, São Carlos, São Francisco, São João, São Manoel, Sapucaia, Sapucaial, Serra, Sítio Novo, Sozinho e Tábua.

Os povoados ocidentais são: Agroalegre I, Agroalegre II, Alto da Cruz, Axixá ou Dona Raimunda, Boa Esperança II, Boa Vista dos Marques, Bom que Dói, Campestre I, Campestre II, Caxirimbal, Coivaras, Curva do Didi, Curva do Florentino, Escorrega ou Ferreirinha, Falta Melhor, Gomes, Igarapé Grande, Ilha da Onça, Ilha da Onça da Oscarina, Lago do Coco, Lamedor, Marajá, Marajá do Raimundo Mano, Morada Nova do Raimundo Chapéu, Morro Grande, Pacas, Palmeiral II, Pindoal, Ponta da Ilha, Ponto Certo, Santo Antonio, Santa Rosa, São Raimundo e Tico-Tico.

Utilização das Terras

A área rural do município esta distribuída em inúmeros estabelecimentos que desenvolvem mais de uma atividade rural, isto é, paralela à agricultura têm pastagens, matas e construções rurais e outras, o que impossibilita uma análise quantitativa, relativa aos estabelecimentos, entretanto, foi possível avaliá-los qualitativamente. Por esta ótica, observou-se que além da agricultura, há prioridade para atividades voltadas para a pecuária, haja vista que, além da pastagem natural, há outras atividades dessa categoria como pastagem plantada, pastagem plantada em boas condições e forrageiras.

Verificou-se, também, que há certa preocupação com a preservação ambiental, haja vista os itens matas e florestas, assim como espaços dedicados ao abastecimento de água

para o gado ou para a piscicultura, no caso dos tanques, açudes, lagos e outros. Há ainda as terras degradadas e aquelas consideradas inaproveitáveis para a agricultura e pecuária.

A área ocupada pelos estabelecimentos era em 2006 de 39.602 hectares, dos quais 48% estavam com pastagens naturais, plantada degradada e em boas condições; as matas e/ou florestas voltadas para a preservação permanente, reserva legal e sistemas agroflorestais correspondiam a 37%, 6% estavam ocupados com agricultura temporária, 2% com agricultura permanente, terras inaproveitáveis para agricultura e pecuária 4%. Os 2% restantes diz respeito às áreas de forrageiras, tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura, construções, benfeitorias ou caminhos (Tabela 20).

Tabela 20 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	67	648
Agricultura temporária	1.124	2.552
Áreas plantadas com forragens	11	66
Pastagens naturais	65	7.794
Pastagens plantadas, degradadas	29	2.940
Pastagens plantadas em boas condições	86	8.284
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente – reserva legal)	49	4.763
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente – e as em sistema agroflorestais)	44	8.133
Sistemas agroflorestais	34	1.865
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	26	551
Construções, benfeitorias ou caminhos	21	382
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.)	20	1.624
Total	-	39.602

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Quanto ao tipo do produtor (Tabela 21), em 2006 havia 1.199 estabelecimentos, ocupando uma área total de 39.605 hectares, principalmente pelo proprietário que, apesar de ter 98% da área possuía apenas 16% dos estabelecimentos, ficando depois do ocupante, assentado e parceiro que possuíam, respectivamente, 34%, 24% e 20% dos estabelecimentos, estes

com uma área de 1% cada. O arrendatário com 6% dos estabelecimentos e menos de 1% da área e o produtor sem área com menos de 1% dos estabelecimentos. Vale ressaltar que, os arrendamentos e parcerias são feitos com o proprietário e, já que este é o dono da terra, aumentam os estabelecimentos e áreas deste o que eleva para 42% dos estabelecimentos e 99% da área.

Pelos percentuais observados, principalmente da área, deduz-se que o arrendatário, o assentado sem titulação definitiva e o parceiro, têm produção insignificante (Tabela 21)

Tabela 21 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor –2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	195	38.710
Assentado sem titulação definitiva	284	267
Arrendatário	70	84
Parceiro	238	213
Ocupante	409	331
Produtor sem área	3	-
Total	1.199	39.605

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Demografia

Matões do Norte classificou-seno 45º lugar na Mesorregião Norte Maranhense, em 2010, o que corresponde a 0,53% da população da referida mesorregião. Na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim estava no 6º lugar com 6,55%. No Estado, ocupa a 139º lugar em habitantes, o que representa 0,21%. Sua densidade demográfica é de 17,36 hab/km². O IDHM naquele aludido ano ocupou o valor de 0,533 sendo o 185º em relação ao Maranhão (IPEA, 2013).

Entre 2000 e 2010 a população de Matões do Norte aumentou 85,52%. Nesse mesmo período a população urbana cresceu 115%, a rural 73%, a masculina 89% e a feminina 82%.

Em 2000, a população urbana era de 29% e a rural 71%. No mesmo período a população masculina representou 52% e a feminina 48%. Em 2010 os percentuais foram: população urbana 34% e rural 66%, a masculina 52% e feminina 48% (Tabela 22).

Tabela 22 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	3.831	7.241
Feminina	3.604	6.553
Urbana	2.174	4.679
Rural	5.261	9.115
Absoluta	7.435	13.794

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Saúde

O município não tem hospital público, conta apenas com o Centro de Saúde José Araújo (Figura 21) com duas enfermarias, cinco leitos e seis berçários, serviços ambulatoriais e realiza atendimentos em urgência/emergência, consultas e pequenas cirurgias. Os principais exames realizados são ultrassonografia e exames laboratoriais.

No município há a distribuição de medicamentos e nos casos de transferência de pacientes mais graves, esses são transportados de ambulância custodiada pela prefeitura para Cantanhede, Miranda do Norte ou São Luís. As doenças mais frequentes são parasitoses e dermatites.

O município dispõe para o atendimento à população, de quatro médicos distribuídos entre as especialidades de cardiologia, clínica médica e psiquiatria, com atendimentos diários. Conta também com outros profissionais da saúde como: terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, dois dentistas, cinco enfermeiros e aproximadamente quinze técnicos de enfermagem.

Matões do Norte mantém o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), estruturado em três equipes cobrindo 80% do município e três equipes de saúde bucal, além de fazer a distribuição de medicamentos. O programa dispõe de três médicos, três enfermeiros, três dentistas, três técnicos de enfermagem e 24 agentes comunitários de saúde, dos quais, aproximadamente, dez trabalham na área urbana e quatorze na área rural. O NASF, quando do trabalho de campo, ainda estava em fase de implantação.

A vigilância epidemiológica (Núcleo de Epidemiologia) conta com cinco agentes de endemias, e um coordenador.

O programa do leite foi implantado no município e está voltado para o atendimento às gestantes e crianças desnutridas até oito anos e idosos.

Figura 21 – Centro de Saúde José Araújo – 2012



Fonte: IMESC

Educação

A rede de ensino municipal possui 60 escolas, sendo oito na área urbana e 52 na zona rural com um total de 6.434 alunos matriculados entre as creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA) e funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O corpo docente dispunha de 248 professores, sendo 166 com magistério e 82 com ensino superior.

No ensino estadual há três escolas do ensino médio com 354 alunos e 24 professores (MARANHÃO, 2012).

O município possui biblioteca pública, transporte escolar, laboratório de informática, distribuição de fardamento e material escolar.

Economia

Em relação ao PIB em 2010, Matões do Norte ocupou a 155ª posição contribuindo com R\$ 45,816 milhões ou 0,10% do Estado, sendo o setor de serviços o mais representativo com a contribuição de R\$ 26,227 milhões; o setor agropecuário com R\$ 14,866 milhões, o industrial com R\$ 3,845 milhões e R\$ 878 mil de arrecadação de impostos (IMESC, 2012). Ocupava no aludido ano a 176ª posição em relação ao IDM (IMESC, 2012), correspondendo a 0,281. A renda per capita em 2010 foi de 133,33 reais, a 206ª do Estado (IPEA, 2013).

A economia do município é resultado principalmente das atividades primárias, principalmente a agropecuária.

Agricultura

A agricultura no município é itinerante, voltada para a subsistência e se divide em agricultura temporária, permanente e horticultura.

Agricultura Temporária

A agricultura temporária é a mais importante destacando-se os seguintes produtos: o arroz, a mandioca, o milho e o feijão.

Analisando a agricultura temporária entre 2006 e 2012, registrou-se a expansão de 20% na área colhida, 31% na quantidade produzida e de 42% no valor da produção. No que diz respeito à área colhida, houve incrementos em todas as áreas dos principais produtos cultivados: feijão (+55%), mandioca (+53%), milho (+21%) e arroz (+9%). Já em quantidade produzida, o arroz (-54%) foi o único a registrar queda, enquanto que a mandioca (+195%), o feijão (+103%) e o milho (+5%) apresentaram crescimento expressivo. No rendimento médio, registrou-se recuo na produtividade do arroz (-58%) e do milho (-13%), ao mesmo tempo em que o feijão (+30%), mandioca (+93%) apresentaram acentuados ganhos de produtividade. No valor da produção, o bom resultado do crescimento agregado foi dado pelas culturas de mandioca (+451%), feijão (+122%) e milho (+45%), ao passo que a queda na cultura de arroz (-47%), mesmo este sendo o segundo mais importante produto da lavoura temporária, não conseguiu modificar a tendência do resultado geral (Tabela 23).

Em 2006, dos 4.540 hectares colhidos, o arroz obteve a maior participação com 55%, milho com 29%, a mandioca 10% e o feijão 6%. A quantidade produzida total foi de

6.918 toneladas, das quais 59% advieram do arroz, 32% de mandioca, 8% de milho e 1% de feijão. Do valor de produção, cujo total foi de R\$ 2,755 milhões, 71% foi de arroz, 16% de mandioca, 8% de milho e 5% de feijão.

Em 2012, dos 5.435 hectares de área colhida, o arroz continuou sendo o produto mais expressivo com 50% de participação, seguido pelo milho 29%, pela mandioca 14% e feijão 7%. No entanto, em relação à quantidade produzida, passou a ser liderado pela mandioca que fez 72% do total de 9.090 toneladas produzidas, seguida pelo arroz 21%, milho 6% e feijão 1%. Do valor da produção cujo resultado foi de R\$ 4,069 milhões, a mandioca rendeu 60%, o arroz 26%, o feijão 7% e o milho 7% (Tabela 23).

Tabela 23 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	2.488	2.714	4.098	1.875	1.647	691	1.967	1.041
Feijão	260	402	67	136	258	338	127	282
Mandioca	482	737	2.203	6.500	4.571	8.820	441	2.428
Milho	1.310	1.582	550	579	420	366	220	318
Total	4.540	5.435	6.918	9.090	-	-	2.755	4.069

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal

Horticultura

Dados do IBGE 2006 apontam uma variedade significativa de hortaliças consideradas de importância econômica significativa para o município (Tabela 24).

Em 2006, a quantidade produzida foi de 69 toneladas, das quais 6% foram de maxixe, 90% de milho verde, 3% de pepino e 1% de quiabo. Verifica-se na referida tabela que há uma diferença entre o colhido e o comercializado, isso se deve a dois fatores principais: a perecibilidade do produto pela inexistência de embalagem adequada e o consumo doméstico, como por exemplo: do milho verde colhido, somente 69% é comercializado. Na prática sabe-se que, grande parte desse grão é transformada em pamonha, canjica e outros produtos, além de ser consumido também cozido ou assado. É muito comum verificar-se ao longo das rodovias pessoas vendendo-os (Tabela 24).

O pepino e o quiabo não foram comercializados (Tabela 24), deve ter sido colhido só para o abastecimento familiar ou, como são alimentos perecíveis, podem ter sido estragados, em que pese o valor da produção.

Das 44 toneladas vendidas, 2% foram de maxixe e 98% de milho verde; quanto aos 16 mil reais, resultado do valor da produção 19% couberam ao maxixe e pepino cada, 56% ao milho verde e 6% ao quiabo.

Tabela 24 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006

Produção	Quantidade produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Maxixe	4	1	3
Milho verde	62	43	9
Pepino	2	0	3
Quiabo	1	0	1
Total	69	44	16

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Agricultura Permanente

A agricultura permanente, no intervalo dos seis anos analisados, diminuiu consideravelmente tanto na diversidade dos produtos cultivados como na produção.

Como pode ser observado na tabela 25, em 2006 eram quatro produtos: banana, laranja, limão e manga e destes, só os dois primeiros foram informados em 2012, logo foram analisados apenas banana e laranja.

Entre 2006 e 2012, foi registrado o recuo de 6% na área colhida, enquanto a quantidade produzida apresentou expansão de 182% e o valor da produção, de 156% (Tabela 25). A redução da área colhida tem ligação direta com a não quantificação dos itens limão e manga no último ano; no período, tanto a laranja (+150) quanto a banana (100%) dobraram a área de cultivo. Em quantidade produzida, a laranja registrou crescimento de 417% e a banana 182%. Tal resultado reflete tanto o incremento de área quanto o aumento da produtividade dessas lavouras: laranja (+107) e banana (+41%). No que diz respeito ao valor da produção, a expansão foi da ordem 767 % para a laranja e de 217% para a banana.

Em 2006, dos 18 hectares colhidos, 33% foram com banana, 11% com laranja, 28% com limão e manga cada; das 44 toneladas produzidas, 50% foram de banana, 28% de laranja e 11% de limão e manga cada; o rendimento médio pode ser observado na tabela 25;

no valor da produção dos R\$ 25 mil comercializados, 48% foram de banana, 12% de laranja e limão cada e 28% de manga (Tabela 25).

Em 2012, apenas dois produtos tiveram importância econômica – a banana e a laranja; dos 17 hectares colhidos, 71% corresponderam à colheita de banana e 29% de laranja; das 124 toneladas produzidas, 50% de banana e laranja cada; o rendimento médio pode ser observado na tabela 25; dos R\$ 64 mil do valor total da produção, 59% correspondem a banana e 41% a laranja (Tabela 25).

Tabela 25 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Banana	6	12	22	62	3.667	5.167	12	38
Laranja	2	5	12	62	6.000	6.400	3	26
Limão	5	-	5	-	1.000	-	3	-
Manga	5	-	5	-	1.000	-	7	-
Total	18	17	44	124	-	-	25	64

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal

Pecuária

Quatro atividades criatórias destacam-se na economia rural do município: o bovino, o suíno, o caprino e as aves.

Entre 2006 e 2012, o rebanho total registrou o crescimento de 10,5%, puxado pela expansão de 18% dos caprinos, 11% dos bovinos, 9% dos asininos, 6% dos suínos, 5% das aves e 2% dos muars. Por outro lado, os rebanhos de ovinos e de equinos registraram queda de 25% e 4%, respectivamente. O bubalino não participou desse estudo, porque seu rebanho foi informado só em 2012.

Quanto à participação de cada espécie, pelo total dos rebanhos, em 2006 os resultados foram: das 54.628 cabeças existentes, 41% eram bovinos, 1% equino, asininos e ovinos cada, 7% suínos, 3% caprinos e 45% aves, o muar correspondeu menos de 0,5% (Tabela 26).

Em 2012, o rebanho total foi 60.355 cabeças das quais 42% eram bovinos, 1% equinos e ovinos cada, 3% bubalinos, 7% suínos, 3% caprinos e 43% aves; muar e asinino juntos atingiram menos de 1% (Tabela 26).

Os rebanhos menos representativos são principalmente aqueles que, em outra situação econômica, foram úteis como transporte da produção e de pessoas que, com o advento do veículo motorizado, vem perdendo gradativamente a sua utilidade é o caso do muar, equino e asinino; o ovino nunca teve utilidade econômica definida, enquanto que o caprino, antes rejeitado como alimento, vem lentamente adquirindo importância no mercado de carne.

Tabela 26 – Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	22.522	25.050
Equino	468	447
Bubalino	-	1.513
Asinino	275	299
Muar	250	255
Suíno	3.948	4.172
Caprino	1.703	2.011
Ovino	650	487
Aves	24.812	26.121
Total	54.628	60.355

Fonte: IBGE – Pesquisa Agropecuária Municipal

Em 2011, foram produzidos no município 514 mil litros de leite que renderam R\$ 823 mil, além de 9 mil dúzias de ovos de galinha que renderam R\$ 37 mil, esses dois produtos obtiveram um valor de produção de R\$ 860 mil.

Extrativismo

A economia extrativista no município restringe-se a três produtos: amêndoa do babaçu, carvão vegetal, ambos quantificados em toneladas e lenha quantificada em metros cúbicos. Das 742 toneladas produzidas em 2012, o carvão vegetal participou com 90% e a amêndoa de babaçu com 10%, a lenha representou 100% da quantidade produzida em metros cúbicos (Tabela 27).

Esses produtos renderam R\$ 1,210 milhão, sendo o carvão vegetal o mais importante com participação de 89%, a amêndoa de babaçu 11% e a lenha 0,08% (Tabela 27).

Tabela 27 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Carvão vegetal	670	-	1.072
Amêndoa de babaçu	72	-	137
Lenha	-	20	1
Total	742	20	1.210

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e Silvicultura

Pesca

A pesca é eminentemente artesanal, voltada para o autoconsumo e realizada em ambiente fluvial no Rio Itapecuru e nos igarapés, lagos, riachos e açudes em que acontece a piscicultura. Na época da desova, os pescadores recebem o defeso.

As principais espécies são: branquinha (*Psectrogaster amazônico*), curimatá (*Prochilodus ssp*), piaba (*Astyanax bimaculatus*), jandiá (*Rhamdia quelen*), piau (*Leporinus friderici*), surubim (*Pseudoplastystoma fasciatum*), jeju (*Hoplerythrinus unitaeniatus*), tambaqui (*Colossomama cropomum*), tambacu (*Colossomama cropomum* + *Piaractus masopotamicus*/cruzamento entre o tambaqui e o pacu), mandubé (*Ageneiosus inermis*) e outros.

Indústria

As indústrias que se destacam são de cerâmica para fabricação de tijolos, sete casas de farinha, sete mini usinas de beneficiamento de arroz, uma fábrica de gelo, uma metalúrgica e três padarias.

Turismo

O turismo é pouco desenvolvido, mas o município possui diversos rios, riachos, açudes, brejos e igarapés que são notoriamente grandes potenciais naturais e, com um bom planejamento, poderia ser explorado de uma forma sustentável, a fim de aumentar através dos serviços turísticos a economia do município.

Sítios e chácaras, para um turismo rural, são outras opções para ser explorado; juçara (*Euterpe edulis*), buriti (*Mauritia flexuosa*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e outros frutos podem ser encontrados em povoados como Santa Rita, São Francisco, Bom que Dói, Pedras, dentre outros.

A culinária norte-matoense, também pode ser usada a favor do turismo, uma vez que visitantes normalmente se interessam pelos pratos regionais, onde se destaca uma variedade de peixes que podem ser feitos de varias formas: frito, escabeche, no leite de coco babaçu, cheio, assado na grelha e moqueado.

Comércio

O comércio, em grande parte, é varejista. Matões do Norte tem uma localização privilegiada, devido a BR 135 que atravessa a sede municipal. Esse município possui aproximadamente 35 pequenas mercearias, doze bares, sete lojas de roupas e variedades, sete sacolões, cinco lojas de móveis e eletrodomésticos, cinco restaurantes, quatro lanchonetes, quatro salões de beleza, três padarias, três frigoríficos, duas lojas de sapatos, dois postos de combustíveis, uma *lan house*, uma farmácia e um mercado público municipal (Figura 22).

Figura 22 – Mercado Público Municipal – 2012



Fonte: IMESC

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Cantanhede e faz parte da 84ª zona eleitoral. Em 2014, o número de eleitores foi de 6.984 o que equivale a 0,154% do eleitorado do Estado, distribuídos em 29 seções. O poder legislativo conta com nove vereadores (BRASIL, 2014).

Religião

A religião predominante é o catolicismo com uma igreja matriz na sede (Figura 23), dedicada a São José, padroeiro do município e 21 capelas distribuídas na área rural. Os principais festejos são de São José, Santo Antonio e Nossa Senhora da Conceição.

Figura 23 – Igreja Matriz de São José – 2012



Fonte: IMESC

Há catorze templos evangélicos distribuídos sete na área urbana e sete na rural, divididos nas congregações: Batista, Assembleia de Deus, Adventista do Sétimo Dia, Madureira e Fonte de Vida. Em relação aos terreiros de origem africana, estão localizados um na zona urbana e alguns na área rural.

Pelos dados do IBGE (2010), dos 13.794 habitantes, os católicos eram a maioria com 82%, os evangélicos 8%, outras religiões 10% e sem religião menos de 1% (Tabela 28).

Tabela 28 – Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	11.263
Evangélicos	1.089
Outras religiões	1.419
Sem Religião	23
Total	13.794

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade da CAEMA, tanto na sede quanto em uma pequena parte da zona rural. A captação é feita principalmente através do Rio Itapecuru, atendendo 90% do abastecimento residencial e 100% do público e empresarial. Foram registradas 740 ligações no município (BRASIL, 2013).

O município não conta com sistema de coleta, tratamento e destinação final do esgoto doméstico. As fossas sépticas são mais utilizadas na área urbana, enquanto que na rural são mais rudimentares, registrando 743 fossas no município (BRASIL, 2013).

A coleta de lixo é feita somente na sede, por caçambas, três vezes na semana, sendo depositado em um lixão a céu aberto, distante 2,5 km da sede municipal.

A energia elétrica é fornecida pela CEMAR. Do total de consumidores que em 2010 somou 18.996 usuários, o maior consumo foi de uso residencial com 90%, o rural, o poder público e o comercial 3% ambos e o industrial 1%, a iluminação e o serviço públicos juntos não atingiram nem 0,5%. No mesmo ano, foram consumidos 2.707.344 MWh dos quais, 45% residencial, 21% iluminação pública, 11% serviço público, 8% poder público, 7% rural, 6% comercial, e 3% industrial (Tabela 29).

Tabela 29 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010

Usuário	Número de consumidores	Consumo em MWh
Residencial	17.039	1.221.193
Rural	630	179.450
Comercial	539	167.778
Industrial	129	78.064
Poder público	568	205.445
Serviço público	79	295.623
Iluminação pública	12	559.791
Total	18.996	2.707.344

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma Rádio Comunitária e da Rádio Cultura FM. Além dessas a população faz sintonia com as rádios: Mirante AM e FM, Educadora, Maracu de Viana, Cidade de Vitória do Mearim e FMs de Cantanhede, de Miranda do Norte, de Itapecuru-Mirim, de São Mateus do Maranhão e Pirapemas, além da Transmundial de São Paulo, Rádio HCJB de Curitiba e Rádio Nacional de Brasília. Tem comunicação com a TV Globo e com antena parabólica alcançam a TV Record, SBT, Band, Rede TV dentre outras.

Possui, dois postos de atendimento bancário, um do Bradesco e outro do Banco do Brasil, uma casa lotérica, uma Agência dos Correios e telefonia fixa da Oi e móvel com cobertura da VIVO e CLARO; a internet é através de rádio e pela primeira empresa mencionada. Possui 19 terminais telefônicos acessíveis 24 horas e 23 telefones (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

Como principais atrações folclóricas e culturais destacam-se o carnaval, as festas juninas e as festas religiosas, principalmente a de Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e São José, padroeiro do município. Os festejos juninos acontecem durante oito dias de festas com as seguintes brincadeiras: bumba-meu-boi (bozinho bonito de orquestra), tambor de crioula, quadrilha, dança do coco e dança portuguesa.

Na cultura, destacam-se a eleição da garota Matões do Norte, concurso de beleza, realizado em setembro, vaquejada do João Irenio no povoado São Francisco e na fazenda do Zé Maria, povoado Carnaubal e o festival do peixe no Boqueirão.

Para o lazer oferece duas quadras poliesportivas, dois campos de futebol (Figura 24) e um estádio com capacidade para até 1.000 pessoas (Figuras 25 e 26).

Figura 24 – Campo de futebol – 2012



Fonte: IMESC

Figura 25 – Estádio Municipal Sampaião – 2012



Fonte: IMESC

Figura 26 – Fachada do Estádio Sampaião – 2012



Fonte: IMESC

Lendas

Em Matões do Norte existem algumas simpatias feitas pela população, principalmente com as crianças; algumas delas são para evitar gripe (amarrar no braço do bebê um cordão onde é colocado um dente de alho); para acabar com soluço (coloca-se um algodão molhado na testa) e para evitar o mal olhado (coloca-se uma figa vermelha no braço).

Outra simpatia relatada e que serve para adultos é para a cura de azia: pega-se uma colher segurando sua ponta, coloca-se dentro de uma lata de pó de café e, em seguida, coloca-se a colher na boca, engolindo o pó. Esse procedimento deve ser repetido três vezes ao dia.

Destacam-se, ainda outras superstições, do tipo: quando **o galo canta** fora de hora é moça que está para fugir, **a orelha esquentando** é alguém falando de você e a solução é dizer os nomes dos suspeitos até a orelha parar de arder, deixar **o guarda chuva** aberto dentro de casa, traz problemas de saúde aos familiares.

Outras lendas ainda são contadas: **a do buraco** que misteriosamente aparece em uma ponte na BR 135, mais precisamente no Igarapé da Barbatana. Contam que os motoristas ao desviarem dele batem na cabeceira e caem da ponte; os moradores relatam que já aconteceram diversos acidentes. **A lenda da luz** que segundo alguns moradores, há muitos anos apare-

cia uma luz misteriosa bem na ponte do sítio Santo Antonio e, quem saía à noite e se dirigia no sentido da referida ponte logo avistava a luz misteriosa, mas ao chegar perto da mesma ela desaparecia. Nunca se soube realmente o significado dessa luz que nunca mais foi vista.

Transportes

A cidade de Matões do Norte está a 132 quilômetros de São Luís, às margens da BR-135 (Figura 27). O percurso para alcançar o município é feito todo pela BR 135 e, por conta disso, o município é de fácil acesso devido a inúmeros ônibus e vans que seguem da capital para o interior do Estado e outros para outros lugares.

O meio de transporte mais utilizado é o rodoviário e o deslocamento intermunicipal e rural é feito por ônibus, micro-ônibus, vans, táxis, mototáxis e motos.

O deslocamento urbano/rural e dentro do espaço urbano é realizado por meio de táxis, mototáxis e motos.

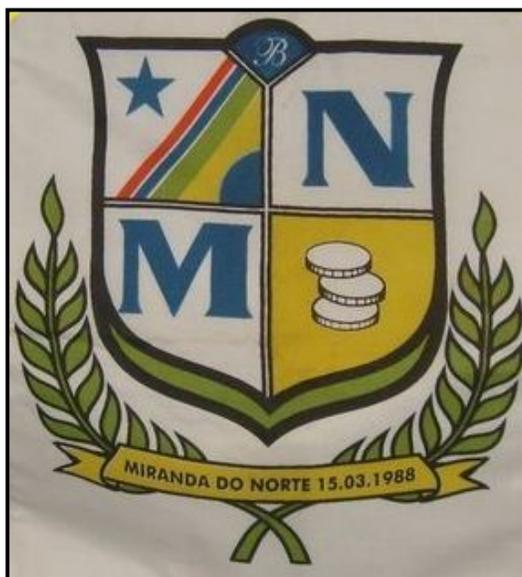
Figura 27 – Trecho da BR 135, cortando a sede municipal – 2012



Fonte: IMESC

2.4 Miranda do Norte

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

I

Faço parte dessa história
De vida, lutas e conquistas
De gente forte que traz
Em si, uma força inaudita.

II

Dos primórdios tempos idos
Do longínquo Jundiá
Passando por Olho d'Água
Muitos lutaram por ti.

És parte de todos nós
Na vida ou na própria morte
Nossa terra tão querida
És tu Miranda do Norte (2x)

III

D'além mar vem o teu nome
De Deus a tua unção
Dos teus filhos toda a honra
Juntos num só coração.

IV

Tens mostrado tua força
Vences porque tu és forte
Exaltemos nossa terra
Cantemos Miranda do Norte

*Letra: Nicodemos Bezerra
Música: Ciro Jorge S. Oliveira*

Localização

O município Miranda do Norte faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim. Na classificação geográfica, insere-se na Planície Fluvial – Médios Vales do Mearim e Itapecuru.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Itapecuru-Mirim e Anajatuba, ao Oeste com Arari, ao Sul com Matões do Norte e ao Leste com Matões do Norte, Cantanhede e Itapecuru-Mirim (Mapa 5).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: ao Norte -03°26'28" de latitude e -44°23'24" de longitude, ao Oeste -44°37'31" de longitude e -03°29'23" de latitude, ao Sul -03°39'31" de latitude e -44°36'36" de longitude e ao Leste -44°23'04" de longitude e -03°28'12" de latitude.

Extensão

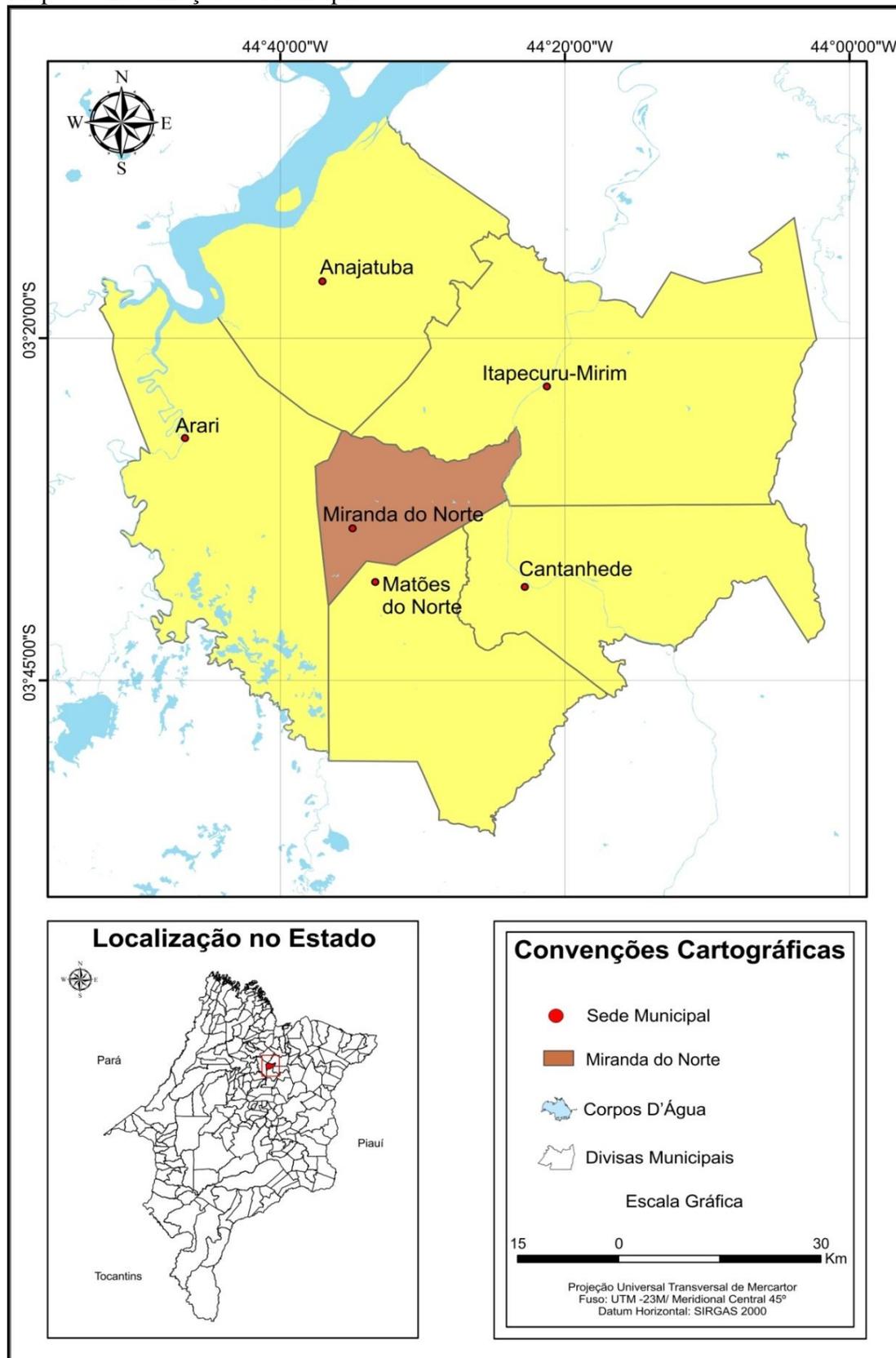
O município tem 341,107 km², sendo o 197º do Estado em extensão, representando 0,10% do território estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa a 52ª posição, representando 0,65% e na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim ocupa a última posição, correspondendo a 4,83% da área microrregional.

Processo de Ocupação

Em meados do século XVII, fixou residência às margens do Rio Jundiaí um português, conhecido por Jundiaí. Alguns anos depois, esse senhor resolveu vender suas terras a Patrício Manoel de Miranda.

Patrício Manoel passou a fixar residência no lugar atualmente conhecido como Rua Velha e, juntamente com sua família, passou a cultivar cana-de-açúcar, algodão, mandioca e outros vegetais; no entanto, pouco tempo depois o patriarca faleceu e a viúva dona Sabina Maria Barboza de Miranda resolveu vender as terras e ir morar com um filho no Rio de Janeiro.

Mapa 5 – Localização do Município



Fonte: IBGE; IMESC, 2013

O comprador e novo proprietário, José Clementino Bezerra, senhor de escravo, que residia na localidade do Boqueirão, pertencente à Vargem Grande, passou a desenvolver a pecuária em suas novas terras.

A equipe do IMESC, em 2012, realizando um trabalho de campo adquiriu por meio da prefeitura municipal, um material escrito que dá outra versão. Segundo o professor Nicodemos Bezerra, pesquisador local, o nome do primeiro proprietário não era Patrício e sim Manoel, chamado Patrício por ser português e, assim, o considerarem patrício por ser da mesma terra, Portugal.

O documento relata também que o senhor Patrício nunca morou no lugar com sua família e que, após a morte dele, sua esposa Sabina não se interessou em ir morar naquela localidade. Sabina vendeu as terras para José Clementino Bezerra que para ali se mudou com sua esposa e os filhos Raimundo Abraão Bezerra e Francisco Alexandrino Bezerra, que deram início a atual Miranda do Norte.

Boa parte da comunidade atual é descendente direta de Raimundo Abraão e de Francisco Alexandrino. Esses dois foram os responsáveis pela criação da primeira escola que, apesar da rusticidade da construção, contrasta com a organização e uso do uniforme escolar (Figura 28) e, dos primeiros sinais de desenvolvimento como um pequeno núcleo familiar que mais tarde se tornaria um povoado (Figura 29 e 30).

Com o passar do tempo essa localidade cresceu e foi incorporada ao município de Itapecuru-Mirim e, assim permaneceu por muitos anos. O destino do lugar começou a mudar no dia 13 de maio de 1982, com a tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão do projeto de nº 36, que tratou da emancipação política do povoado de Miranda, uma antiga luta das lideranças políticas locais.

No dia 31 de janeiro de 1988, foi realizado um plebiscito para a escolha do novo nome da cidade, o povo teve que escolher entre: Miranda do Norte, Miranda dos Bezerras ou Olhos d'Água de Miranda, tendo sido escolhido por meio do voto direto o nome atual da cidade: Miranda do Norte. A terminologia Norte foi acrescida para diferenciar de outro município do mesmo nome, no Estado de Mato Grosso do Sul.

No dia 15 de março do mesmo ano foi promulgada pela Assembleia Legislativa a Lei Nº 4.866, transformando o povoado em município desmembrando de Itapecuru-Mirim e Arari. A ata de instalação, ou seja, a certidão de nascimento do novo município foi lavrada na sede da Igreja Batista local, no dia 29 de maio daquele ano.

Localizada a 129 km de São Luís e à margem da BR 135, a sede municipal tornou-se parada obrigatória de veículos de carga e passageiros, o que foi de fundamental impor-

tância para o desenvolvimento dos setores de comércio e de serviços, principalmente restaurantes, pousadas e postos de abastecimento de combustíveis.

Figura 28 – Primeira Escola Mirandense, situada à Rua Velha



Fonte: BEZERRA, 2011

Figura 29 – Povoado Miranda e BR-135 em construção em 1957



Fonte: JABLONSKY, 1957

Figura 30 – Miranda em 1957



Fonte: JABLONSKY, 1957

Após a emancipação do município o governador do Estado Epitácio Cafeteira, nomeou o senhor Walter Bezerra Barros como interventor, que permaneceu no poder até a realização da primeira eleição em 1988. O primeiro prefeito eleito foi o Sr. Luís Albuquerque Bonfim (1989-1992) e depois Graciliano Epifânio Mendonça (1993-1996), novamente Luís Albuquerque Bonfim (1997- 2000), César Rodrigues Viana (2001- 2004), Áurea Maria Pereira Bonfim (2005- 2008) e Junior Lourenço (2009-2012), reeleito em 2013.

Ambiente Físico

Geologicamente Miranda do Norte apresenta embasamento constituído pela Formação Itapecuru, do Cretáceo Inferior, compreendido entre 145 a 65 milhões de anos, constituído de arenitos finos, arenitos argilosos, siltitos e folhelhos (UEMA, 2002).

A geomorfologia do município está totalmente enquadrada na Superfície Maranhense com Testemunhos, correspondente a uma área aplainada durante o ciclo Velhas devido a menor resistência das rochas, favorecendo a maior atuação dos processos de pediplanação, dominada em parte por testemunhos tabulares da superfície de cimeira (UEMA, 2002).

Os solos são formados pelos plintossolos com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso; plintossolos concrecionários, solos que apresentam petroplintita na forma de nódulos ou

concreções em um ou mais horizontes dentro da seção de controle, dominantes no município e uma pequena área de podzólico vermelho amarelo concrecionário.

O clima é tropical subúmido e as chuvas se distribuem de janeiro a junho com o período de estiagem de julho a dezembro. A umidade relativa do ar anual está entre 79% e 82%; em relação aos totais pluviométricos, apresentam entre 1.200 a 2.000 mm e a temperatura média anual é superior a 27°C.

O município faz parte da bacia hidrográfica do Rio Itapecuru, destacando os riachos Canta Galo, Jundiá e do Leão.

A vegetação é constituída pela mata de cocais, representada principalmente pelo babaçual, capoeira mista, capoeirão latifoliado e mata ciliar.

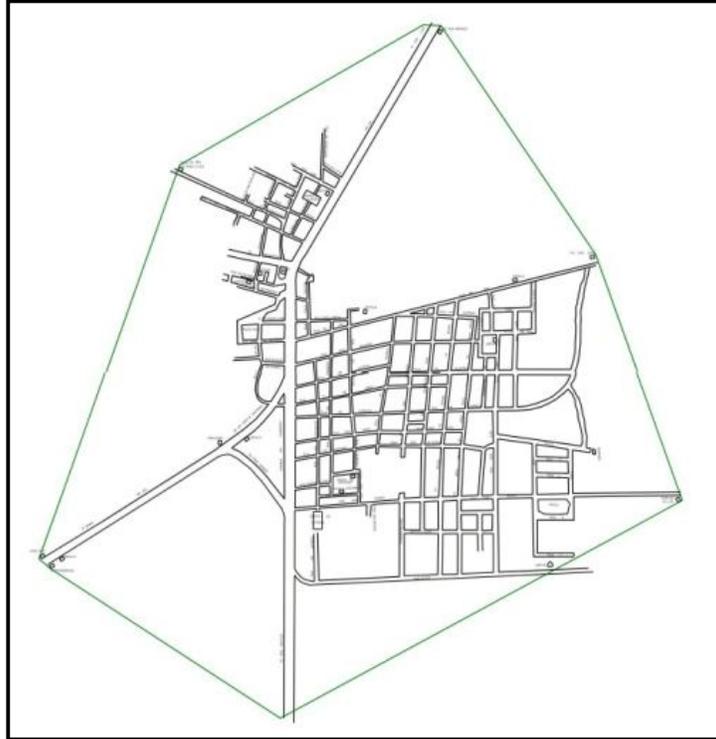
Espaço Urbano

A área urbana se desenvolve principalmente ao longo da BR 135 (Figura 31 e 32), apresenta uma topografia de planície plana, sendo dotada de infraestrutura de bom padrão construtivo e espaços consolidados (Figura 33). As mesmas características estão na Rua Velha, núcleo original de Miranda do Norte. A cidade cresce ao longo da margem da BR 135 absorvendo as áreas das fazendas adjacentes dando lugar a loteamentos.

A sede do município se estrutura em 22 ruas e 21 travessas pavimentadas com asfalto (Figura 34), paralelepípedo, piçarra, bloquetes e seis avenidas: São Luís, Gonçalves Dias, Rio Branco e do Comércio. Dessas, apenas uma é arborizada. Possui três praças, destacando-se as praças da Conceição (Figura 35) e do Comércio, não arborizadas e ajardinadas. Os principais bairros são: Guarani, Santa Cruz, Bairro Novo I e II.

Em 2013, a cidade de Miranda do Norte tinha 6 km² de extensão, ocupando 2% do território municipal. O município registrou (BRASIL, 2013) 2.983 casas construídas com tijolo, 363 de taipa revestida, 884 de taipa não revestida, nove de madeira e 35 de outros materiais.

Figura 31 – Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 32 – Vista parcial da BR-135 – 2012



Fonte: IMESC

Figura 33 – Padrão construtivo das residências – 2012



Fonte: IMESC

Figura 34 – Rua do Sol – 2012



Fonte: IMESC

Figura 35 – Praça Nossa Senhora da Conceição – 2012



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído em 28 comunidades, classificadas em: sítios, fazendas e povoados.

Sítios: Água Preta, Avenida Cariongo, Barbatana, Campestre dos Nogueiras, Campo da Prata, Capotal, Carionguinho, Carro Quebrado, Cassangue, Centrinho, Conceição, Jundiaí, Leão, Mendes, Monte, Monte Lindo, Olho d'Água, Picos, Roncador, Santa Filomena, São Francisco, São José, São João e Sapucáia.

Fazendas: Água Fria e Dois Irmãos.

Povoados: Joaquim Maria e Pindoal.

Utilização das Terras

No espaço rural, há uma variedade de atividades que caracterizam o uso e ocupação dos solos. As diversas utilizações da terra em estabelecimentos refletem características com planejamento da área propícia para cada atividade. Por conseguinte, há múltiplas utilizações da terra nos estabelecimentos, ou seja, um único estabelecimento pode possuir várias utilizações como áreas plantadas com forrageiras, lavouras temporárias e outras. Em decorrência disso, a análise quantitativa se torna complexa, embora seja necessária uma análise

qualitativa dos estabelecimentos. Em 2006, os estabelecimentos estavam ocupados principalmente com agricultura temporária e permanente, seguido pelas pastagens em suas mais diversas variáveis. As matas e florestas acredita-se que são áreas de preservação ambiental ou permanente, portanto não sendo utilizadas economicamente, assim como outras atividades descritas na tabela 30.

Quando se trata da área rural do município, em 2006 (último ano informado pelo IBGE), dos 24.177 hectares, as pastagens, em suas mais variadas utilizações, foram as mais importantes; as pastagens plantadas em boas condições representaram 44%, as pastagens naturais 16% e as pastagens plantadas degradadas 3%, totalizando, portanto 63%. A agricultura temporária representou 5%, as áreas plantadas com forrageiras 10%, matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente – reserva legal) 1%, matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente – e as em sistema agroflorestais) 3%, os sistemas agroflorestais 4%; tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura e construções, benfeitorias ou caminhos totalizaram 1% cada; terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.) 12%, os demais usos somaram meio por cento (Tabela 30).

Tabela 30 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	35	68
Agricultura temporária	290	1.261
Áreas plantadas com forrageiras	32	2.340
Pastagens naturais	74	3.791
Pastagens plantadas, degradadas	14	796
Pastagens plantadas em boas condições	53	10.519
Matas e/ou florestas (destinada à preservação permanente – reserva legal)	22	351
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente – e as em sistema agroflorestais)	23	692
Sistemas agroflorestais	13	988
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	55	210
Construções, benfeitorias ou caminhos	45	243
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, Salinizadas, etc.)	3	41
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.)	23	2.877
Total	-	24.177

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Quanto ao tipo do produtor (Tabela 31), segundo dados levantados, em 2006 havia 361 estabelecimentos ocupando uma área de 24.211 hectares, nos quais se destacava o proprietário com 54% dos estabelecimentos e 93% da área, o arrendatário e o parceiro ocupavam, respectivamente, 0,55% e 3% em estabelecimentos, e apenas o parceiro possuía área representando 0,03%. Os arrendamentos e parcerias são feitas com o proprietário, já que este é o dono da terra, o que aumenta os valores de estabelecimentos e área do proprietário; como pode ser observado, os arrendatários e os parceiros pouco contribuíram em 2006.

O assentado detinha 8% dos estabelecimentos e 5% da área, o ocupante possuía 34% dos estabelecimentos e 2% da área e o produtor sem área possuía apenas 1% dos estabelecimentos. Pode-se constatar com isso que, tanto os estabelecimentos como a área estão em poder dos proprietários, os quais administram grandes latifúndios, geralmente dedicando-se a plantação de pastagens e criação de gado (Tabela 31).

Tabela 31 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	194	22.477
Assentado sem titulação definitiva	32	1.215
Arrendatário	2	0
Parceiro	10	9
Ocupante	121	510
Produtor sem área	2	0
Total	361	24.211

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Demografia

Em população, Miranda do Norte classifica-se no 23º lugar na Mesorregião Norte Maranhense o que corresponde a 0,94% da população da referida área. Na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim está no 3º lugar com 12%. No Estado, ocupava a 68º lugar em número de habitantes, o que representa 0,37%. Sua densidade demográfica é de 71,61 hab/km². O IDHM, em 2010, obteve o valor de 0,610, sendo o 40º do Maranhão (IPEA, 2013).

A população absoluta entre os dois últimos censos cresceu 52%. De 2000 a 2010 a população masculina cresceu 47%, a feminina 55%, a urbana 43% e a rural 95%. Em relação ao gênero (Tabela 32), em 2000, os homens e mulheres representavam 50% cada, já em 2010, os homens representavam 48% e as mulheres 52%.

Em 2000, a população urbana representava 84% e a rural 16%; em 2010 a urbana representava 80% e a rural 20%, tais dados mostram que no decorrer de dez anos, a populações urbana e rural aumentaram (Tabela 32), o que deve ter acontecido em razão de assistência a saúde, infraestrutura e auxílios sociais direcionados para o combate da mortalidade infantil e aumento na perspectiva de vida, principalmente na área rural.

Tabela 32 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	8.010	11.809
Feminina	8.113	12.618
Urbana	13.611	19.519
Rural	2.512	4.908
Absoluta	16.123	24.427

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Saúde e Assistência Social

O município Miranda do Norte possui desde 2012, um hospital público onde realiza consultas e pequenas cirurgias. Esse hospital está equipado com 44 leitos, divididos entre emergência/urgência e que são estrategicamente divididos, no setor de internação, assim: doze leitos para casos cirúrgicos, dez casos de obstetrícia, sete pediátricos, treze para enfermarias e quinze para outros casos. Os principais exames realizados são ultrassonografia, exames laboratoriais, raios-X e outros. Há distribuição de medicamentos e em casos de transferência de pacientes mais graves, são transportados em uma das três ambulâncias até Santa Inês ou para São Luís. As doenças mais frequentes são viroses e hipertensão.

Para o atendimento dispõe de dez médicos, com especialização em clínica geral, cirurgia, gastroenterologia, ortopedia, dermatologia, pediatria, oftalmologia e cardiologia. O município conta ainda com cinco enfermeiros, sete técnicos de enfermagem, vinte e um auxiliares de enfermagem e 45 agentes comunitários de saúde, dos quais 36 trabalham na área urbana e nove na área rural, ainda há doze parteiras. No povoado Prata funciona um posto de saúde.

Miranda do Norte mantém o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), estruturado com oito equipes, cobrindo 100% do município. O programa dispõe de oito médicos, oito enfermeiros, oito dentistas e oito técnicos e auxiliares de enfermagem. Conta ainda com, oito equipes de saúde bucal e um NASF, realizando também a distribuição de medicamentos. As doenças mais comuns são hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares.

A Secretaria de Assistência Social desenvolve os seguintes programas: Bolsa Família, PETI (com serviço de convivência de 7 a 18 anos), assistência a mulher, idosos e casos de abuso sexual e exploração infantil, em parceria com o Conselho Tutelar realizando conscientização e mobilização.

Em parceria com a ELETROBRÁS e ELETRONORTE o município desenvolve projetos com a área quilombola Joaquim Maria, denominado de Projeto “Mandal”, cujo objetivo é incentivar a realização da agricultura familiar, e com o assentamento Santa Catarina beneficiando as comunidades Ciganas, Morro Grande e Santa Bárbara.

Também funciona o CRAS, realizando programas de proteção básica, atendendo 500 pessoas dando proteção especial, o PAIF (Programa de Atenção Integral à Família), PROJovem Adolescente e os serviços de convivência de 0 a 6 e 15 a 17 anos, idoso, BPC e Núcleo de medidas socioeducativas e liberdade assistida. Oferece também cursos de eletricitista e contador via programas itinerantes voltados para as comunidades da área rural e em determinadas áreas da cidade.

Educação

A rede de ensino do município possuía em 2012 vinte e oito escolas, das quais dezoito são encontradas na área urbana e dez na zona rural. Nelas estavam matriculados 7.147 alunos, da creche, pré-escola, ensino fundamental e EJA, nos três turnos.

O corpo docente municipal era constituído por 414 professores, sendo que 2% possuíam magistério e 98% o curso superior.

O município possui biblioteca pública, além das existentes nas escolas, transporte escolar com dois ônibus, sete laboratórios de informática e distribuição de fardamento para as crianças carentes e trabalha com palestras antidroga e gravidez na adolescência. Há pouca evasão escolar.

Em relação à educação estadual possuía apenas uma escola. Em se tratando de ensino particular, há a escola São José com os seguintes cursos: ensino médio, magistério, técnico em laboratório, segurança do trabalho e enfermagem.

No município, o ensino superior é ofertado por três instituições particulares: IESB (Instituto de Educação Superior do Brasil), FACAM (Faculdade Cândido Mendes) e o IESF (Instituto de Ensino Superior Franciscano), mantendo os cursos de Pedagogia, Educação Física e Assistência Social.

Economia

Em relação ao PIB 2010, Miranda do Norte ocupava a 90ª posição, contribuindo com R\$ 85,737 milhões representando 0,19% do Estado, sendo o setor de serviços o mais representativo com uma contribuição de R\$ 58,291 milhões, o industrial com R\$ 9,052 milhões, o setor agropecuário com R\$ 5,854 milhões e R\$ 12,540 milhões de arrecadação de impostos (IMESC, 2012). Ocupava no ano mencionado o 100º lugar em relação ao IDM (IMESC, 2012), correspondendo a 0,333. A renda per capita, em 2010, foi de R\$ 245,25 classificando-se na 69ª posição (IPEA, 2013).

A economia do município é resultado das atividades primárias principalmente a agropecuária.

Agricultura

A agricultura é itinerante, voltada principalmente para subsistência, sendo a comercialização realizada no próprio município.

Agricultura Temporária

A agricultura temporária é a mais significativa no município. Os cultivares mais importantes são: arroz, feijão, mandioca e milho.

Comparando o perfil da agricultura temporária entre 2006 e 2012, verifica-se que houve crescimento em todos os requisitos analisados; a área colhida 23%, quantidade produzida 44% e valor da produção 83%. Particularizando a relação entre os itens analisados e o produto, em área colhida o arroz cresceu 17%, o feijão 45%, a mandioca 12% e o milho 23%;

em quantidade produzida o arroz diminuiu 15% e o milho 6%, o feijão aumentou 84% e a mandioca 77%; no rendimento médio o arroz diminuiu 28% e o milho 24%, o feijão cresceu 27% e a mandioca 58%; no valor da produção o arroz aumentou 6%, o feijão 101%, a mandioca 178% e o milho 17%.

Observa-se que, embora em área colhida e quantidade produzida o feijão apresente percentual maior que a mandioca, este tubérculo, pela sua importância econômica foi o mais significativo tanto no rendimento médio como no valor da produção.

Em 2006, dos 1.149 hectares colhidos, o arroz ocupou 44%, o feijão 21%, a mandioca 15% e o milho 20%. Em quantidade produzida, das 1.673 toneladas, o arroz colaborou com 30%, o feijão com 4%, a mandioca com 59% e o milho com 7%, o rendimento médio pode ser observado na tabela 33, no valor da produção de R\$ 626 mil, coube ao arroz 38%, ao feijão 23%, a mandioca 31% e o milho 8%.

Em 2012, dos 1.417 hectares colhidos, o arroz participou com 41%, portanto, menos do que em 2006, o feijão 25%, a mandioca 14% e o milho 20%. Em quantidade produzida, das 2.410 toneladas, o arroz representou 18%, o feijão 6%, a mandioca 72% e o milho 4%. O rendimento médio pode ser observado na tabela 33. Em se tratando do valor da produção, dos R\$ 1,144 milhões resultado da comercialização, o arroz participou com 22%, o feijão 25%, a mandioca 48% e o milho 5% (Tabela 33).

Observa-se que aqueles cultivares que tiveram a produção diminuída em 2012, são os mesmos que apresentaram menor valor na comercialização.

Tabela 33 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	500	585	500	424	1.000	725	240	254
Feijão	239	346	75	138	314	399	143	288
Mandioca	175	196	984	1.741	5.623	8.883	197	548
Milho	235	290	114	107	485	369	46	54
Total	1.149	1.417	1.673	2.410	-	-	626	1.144

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Horticultura

Não foram encontradas informações quantitativas de horticultura no município. Foi constatado, entretanto, em trabalho de campo que, em menor quantidade cultivam pimenta, cheiro verde, vinagreira e outros.

Agricultura Permanente

Dois únicos produtos são informados pelo órgão competente (IBGE), no que diz respeito à agricultura permanente: banana e laranja. Entre 2000 a 2012, a área colhida aumentou 34%, a produção 136% e a comercialização 113%.

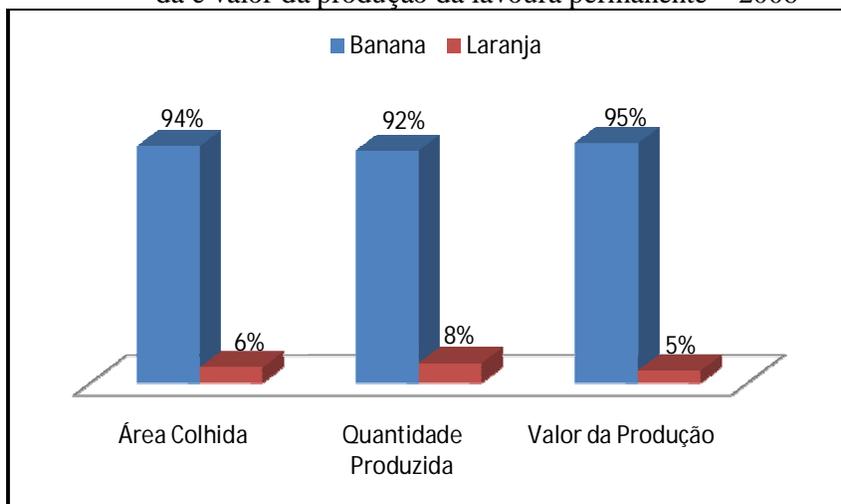
Nesse período houve crescimento na participação dos frutos no que se refere à área colhida: banana 27% e laranja 150%, em produção a banana correspondeu a 128% e laranja 220%, em relação ao rendimento médio, a banana 80% e laranja 28% e no valor da comercialização a banana 102% e laranja 333%.

Em 2006, a área colhida de 32 hectares teve a seguinte distribuição: banana 94% e laranja 6%; em quantidade produzida, das 126 toneladas, 92% foram de banana e 8% de laranja; o rendimento médio da banana foi de 3.866 kg/ha e da laranja 5.000 kg/ha. Dos R\$ 61 mil, resultados do valor da produção, 95% veio da banana e 5% da laranja (Figura 36).

Em 2012, dos 43 hectares colhidos, 88% foram com banana e 12% com laranja; das 297 toneladas produzidas 89% foi de banana e 11% de laranja; o rendimento médio da banana foi de 6.974 kg/ha e da laranja 6.400 kg/ha. Dos R\$ 130 mil, resultado do valor total da produção, 90% correspondeu à banana e 10% a laranja (Figura 37).

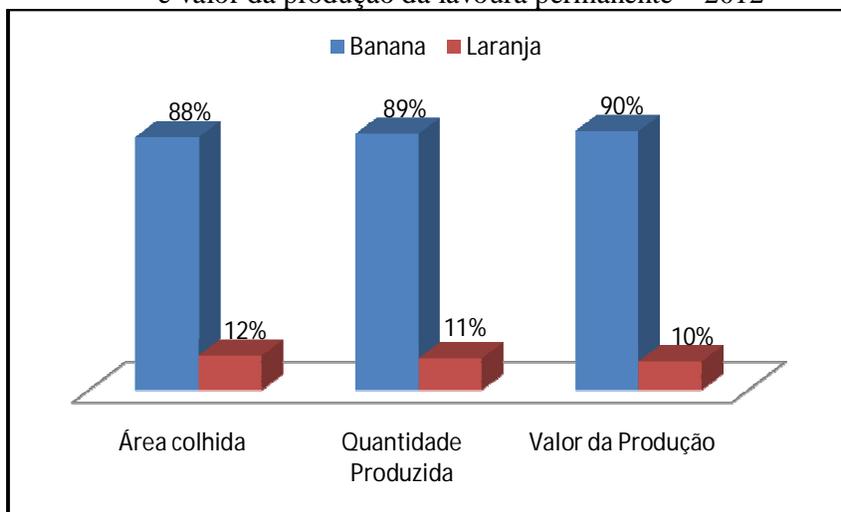
O sindicato de trabalhadores rurais em 2012 tinha 3.163 associados, contudo, houve uma informação de que o total de agricultores é bem maior, uma vez que apenas 70% são sindicalizados.

Figura 36 – Gráfico percentual da área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006



Fonte: IBGE; IMESC

Figura 37 – Gráfico percentual da área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2012



Fonte: IBGE; IMESC

Pecuária

A pecuária é praticada por métodos intensivos, utilizando pastos naturais e plantados. Os três principais rebanhos são bovinos, aves e suínos. Entre 2006 e 2012, a variação total do rebanho foi 4%. Por rebanhos as variáveis foram: bovino 9%, equino 2%, bubalino 4%, asinino 14%, muar 28%, suíno 7%, caprino 35%, ovino 47% e aves tiveram crescimento negativo de 2% (Tabela 34), portanto, o único rebanho que diminuiu no intervalo de seis anos analisados, embora em números absolutos sejam o maior rebanho.

Em 2006 das 33.315 cabeças existentes, 39% eram bovino, 1% de equino e caprino cada, 8% de suíno, 50 % de aves, bubalino, asinino, muar e ovino juntos totalizaram 1%.

Em 2012, existiam 34.499 cabeças, dessas, 42% eram bovino, 1% equino e caprino cada, 9% suíno e 46% aves, bubalino, asinino, muar e ovino totalizaram juntos 1% (Tabela 34).

A explicação mais relevante para o rebanho bovino ser um dos mais significativos, resulta do fato de que grande parte dos proprietários utiliza tecnologia na formação da pastagem e melhoramento genético, uma vez que esse rebanho é voltado, principalmente, para o corte e produção leiteira.

As aves possuíam nos anos citados um rebanho significativo, isto se explica pelos investimentos nos depósitos de frangos e pela qualidade das aves vindas do Ceará e de São Luís, principalmente a criação da galinha caipirão e melhoria genética. A galinha caipirão é alimentada intensamente e ganha peso muito rápido, estando pronta para venda e abate em poucos meses.

Tabela 34 – Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	13.118	14.356
Equino	204	208
Bubalino	80	83
Asinino	134	153
Muar	65	83
Suíno	2.854	3.046
Caprino	207	280
Ovino	105	154
Aves	16.548	16.136
Total	33.315	34.499

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

Em 2011, segundo o IBGE, foram produzidos no município 1.051.000 litros de leite que renderam R\$ 1,576 milhões, além de 6.000 dúzias de ovos de galinha que geraram o valor de R\$ 28 mil, estes dois produtos obtiveram um valor de produção de R\$ 1,604 milhão.

Extrativismo

A economia extrativa vegetal no município restringe-se a três produtos: amêndoa do babaçu, carvão vegetal, ambos quantificados em toneladas, e lenha quantificada em metros cúbicos. Das 208 toneladas produzidas no ano de 2012, o carvão vegetal participou com 85%, e a amêndoa de babaçu com 15%, a lenha representou 100% da quantidade produzida em metros cúbicos (Tabela 35).

Esses produtos renderam R\$ 364 mil no ano de 2012, sendo o carvão vegetal o mais importante com 82%, a amêndoa de babaçu 17% e a lenha menos de 1%.

A lenha é utilizada principalmente nas padarias e nas cerâmicas, sendo este um elemento poluidor, uma vez que as cinzas se dispersam no ar ou são arrastadas pela correnteza pluvial assoreando os rios; como o carvão é derivado da lenha ou da madeira queimada, este também provoca poluição.

A amêndoa de babaçu é um produto muito importante, pois seu uso não prejudica a natureza. A amêndoa, por sua vez, produz óleo utilizado na fabricação de vários produtos, especialmente óleo usado na culinária local. O mesocarpo é usado como alimento nutritivo enquanto que do endocarpo pode-se obter o carvão.

Tabela 35 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metros cúbicos	
Carvão vegetal	176	-	300
Amêndoa de babaçu	32	-	63
Lenha	-	23	1
Total	208	23	364

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Pesca e Piscicultura

A pesca é eminentemente artesanal, voltada principalmente ao autoconsumo e realizada em ambiente fluvial, no Rio Itapecuru. Na época da desova dos peixes, os pescadores recebem o defeso. As principais espécies encontradas são: branquinha (*Psectrogaster amazônico*), curimatá (*Prochilodus spp*), traíra (*Hoplias malabaricus*) e Piaba (*Axtianax spp*).

A piscicultura também é realizada no município, sendo as principais espécies: tambaqui (*Colossoma macropomum*), pacu (*Piaractus masopotamicus*), tambacú (*Colossoma macropomum* + *Piaractus masopotamicus*/ cruzamento entre o tambaqui e o pacu).

Embora não exista estatística de pesca, pode-se inferir sua importância na economia do município, verificando que ali existe a Colônia de Pescadores com 617 associados, o que corresponde a 40% dos pescadores locais.

Indústria

As indústrias que se destacam são as de cerâmica com fabricação de tijolo, pequenas usinas de beneficiamento de arroz, padarias, casas de farinha na área rural e a termelétrica Gera Maranhão (UTE Gera, Figuras 38 e 39) em operação desde março de 2010, instalada em uma área de 88 hectares, dos quais 35 de reserva ambiental.

Na construção da usina, os quatro sócios do empreendimento – Servitec, Ligna, Equatorial Energia e Fipe Brasil Energia – investiram R\$ 560 milhões. Todo o complexo termelétrico foi construído pela empresa finlandesa Wartsila Oy em um prazo de dois anos, sendo esta a maior usina a óleo pesado, construída pela Wartsila, no mundo.

Em operação para acionar os grupos geradores, a usina necessita de 1.700 toneladas/dia de óleo combustível. As plantas Geramar I e Geramar II com tancagem de 11.400 toneladas de óleo pesado (B1) que, de acordo com a UTE, é de baixo teor de enxofre, podem gerar 330 MW de energia possuindo dezenove grupos geradores cada, o suficiente para suprir toda a Ilha do Maranhão. O óleo combustível, principal insumo da usina para a obtenção de energia, é adquirido de várias refinarias do país e chega ao Maranhão pelo Porto do Itaqui, seguindo de caminhão até seu destino final.

Figura 38 – Termelétrica Gera Maranhão – 2012



Fonte: IMESC

Figura 39 – Vista Parcial da Termelétrica Gera Maranhão – 2012



Fonte: IMESC

Turismo

O turismo é pouco desenvolvido e restringi-se à cultura e religião, com destaque para os festejos de Nossa Senhora Aparecida e São Francisco o mais antigo do município, além das festas juninas, as vaquejadas e o festival da Piaba. Para isto conta com o apoio de dez hotéis, duas pousadas e doze hospedarias.

Comércio

O comércio é essencialmente varejista, possuindo quitandas (Figura 40), supermercado, mercado e feiras, as quais apresentam inúmeros produtos, principalmente vindos da agricultura familiar e de uma variedade de produtos que abastecem o comércio, vindos de Imperatriz, Teresina (PI) e Fortaleza (CE). A constante parada para ônibus e caminhões estimula o comércio e a abertura de restaurantes, pousadas e postos de serviços, ao longo da BR 135 que atravessa o município.

Figura 40 – Quitanda – 2012



Fonte: IMESC

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da Comarca de Itapecuru-Mirim. Tem um cartório e faz parte da 16ª zona eleitoral, possuindo 43 seções com 14.150 eleitores e um total de onze vereadores (BRASIL, 2014).

Religião

Predomina no município o catolicismo e o protestantismo. Os católicos possuem cinco igrejas na área urbana e uma capela em cada povoado, sendo uma matriz dedicada à Santa Padroeira do Município Nossa Senhora Aparecida (Figura 41). Os principais festejos são o da padroeira, São Miguel, São Lázaro, São José e Nossa Senhora da Conceição.

Os templos evangélicos são quinze na área urbana e seis na área rural, divididos nas congregações: Batista, Assembleia de Deus, Adventista, Testemunha de Jeová, Universal do Reino de Deus, Deus é Amor e Mundial.

Os terreiros de origem africana ou indígena são dez, com festas variadas, principalmente para Santa Maria, Santa Bárbara e São Cosme e Damião.

Figura 41 – Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida – 2012



Fonte: IMESC

No ano de 2010 foram entrevistados 24.427 habitantes, desses 73% são católicos, 18% evangélicos, 1% pertence a outras religiões e 8% não tem religião (Tabela 36).

Tabela 36 – Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	17.786
Evangélicos	4.327
Outras religiões	237
Sem religião	2.077
Total	24.427

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água está sob a responsabilidade da CAEMA. A captação é feita principalmente do Rio Itapecuru e de uma barragem que fica a 10 km de distância da sede municipal, atendendo 100% do abastecimento residencial, público e empresarial urbano. De acordo com o BRASIL (2013) foram registradas 3.337 ligações no município.

O município não possui rede coletora de esgoto, tendo como destino dos efluentes domésticos as fossas que totalizaram 2.418 (BRASIL, 2013).

A coleta de lixo é realizada duas vezes na semana apenas na sede, sendo o lixo depositado em um lixão a céu aberto, distante 3 km da sede, transportado em caçambas e caminhão compactador (Figura 42).

Figura 42 – Caminhão Compactador – 2012



Fonte: IMESC

A energia é fornecida pela CEMAR e pela termoelétrica Gera Maranhão (UTE Gera). Dos 58.961 usuários, o maior consumo é residencial com 91%, o comercial representou 6%, o rural e o poder público representaram cada um 1%, os demais usos corresponderam a 1% (Tabela 37).

Em 2010 foram consumidos 10.931.279 MWh dos quais, 43% foi consumo residencial, 30% industrial, 10% comercial, 2% rural, 5% poder público, 8% iluminação pública e 2% serviço público e o consumo próprio correspondeu a menos de 1% (Tabela 37).

Tabela 37 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010

Usuário	Número de consumidores	Consumo em MWh
Residencial	53.918	4.655.360
Rural	696	222.798
Comercial	3.349	1.065.464
Industrial	283	3.233.958
Poder público	577	549.584
Serviço público	109	315.568
Iluminação pública	12	880.242
Consumo próprio	17	8.305
Total	58.961	10.931.279

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma emissora de rádio, a Nativa FM, dois postos de atendimento, um do Bradesco e outro do Banco do Brasil, uma casa lotérica e uma agência dos correios, telefonia fixa da OI e móvel, com cobertura da OI, TIM, VIVO, CLARO e internet da OI.

Possui 87 terminais telefônicos acessíveis 24 horas e 89 telefones públicos (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

As principais atrações culturais e folclóricas são as festas religiosas, principalmente as de Nossa Senhora Aparecida e São Francisco a mais antiga do município, que ocorre em Pindoval; o carnaval tradicional de rua e os festejos juninos, caracterizado pelo bumba-meu-boi de orquestra; os mais famosos são o Prenda de Valor e o Boi da Juventude, quadrilhas e tambor-de-crioula, além do festival da piaba.

O município conta com uma quadra poliesportiva, um ginásio esportivo com capacidade para 1.000 pessoas (Figura 43), quatro campos de futebol, um estádio com capacidade para 1.000 pessoas, oito clubes, dez restaurantes, sem contar os inúmeros pequenos pontos de alimentação ao longo da BR-135, seis bares, três boates, três casas de show e doze lanchonetes.

Figura 43 – Ginásio Municipal – 2012



Fonte: IMESC

Transportes

A cidade de Miranda do Norte está a 141 km de São Luís, distribuindo-se às margens da BR-135 e BR 222 que servem como principais vias de acesso. As cidades mais próximas são Itapecuru-Mirim a 42,3 km, Arari 29 km e Matões do Norte a 7,6 km.

Pela posição privilegiada, sua rodoviária é ponto de partida e chegada de ônibus que percorrem do Norte ao Nordeste do Brasil.

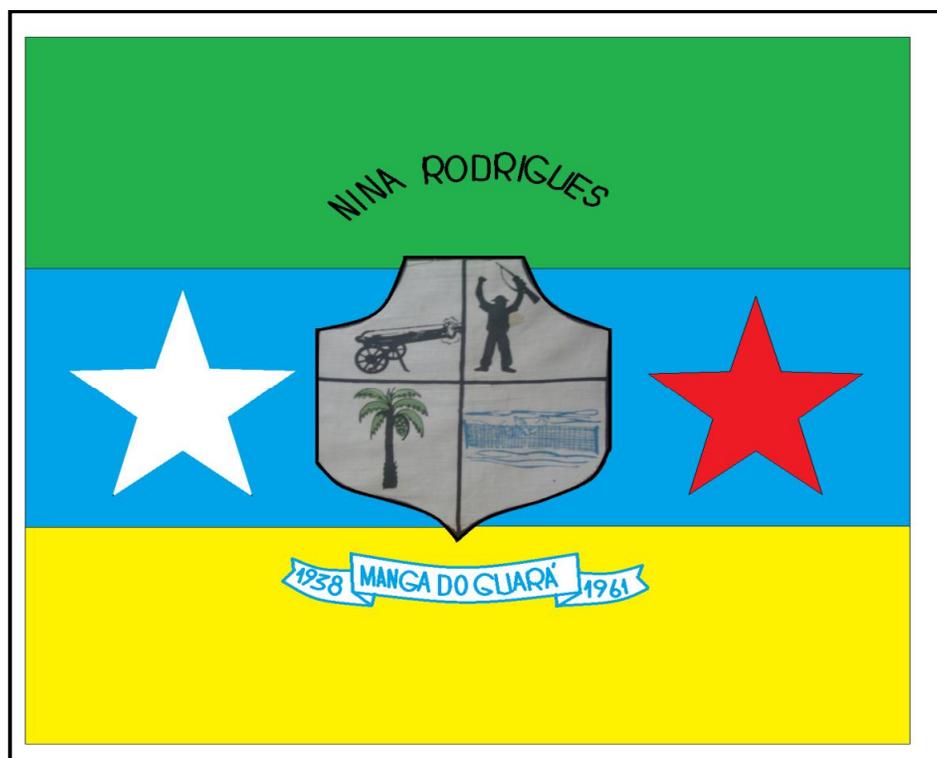
O meio de transporte utilizado é o rodoviário, o deslocamento intermunicipal e urbano/rural é feito por ônibus, micro-ônibus, vans, táxis, mototáxis e motos.

2.5 Nina Rodrigues

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino⁷

I

Liberdade liberdade
Neste momento de paz
Liberdade liberdade
Que o amor de Deus nos traz.

II

A nossa esperança
Em sonho revido...
Das grandes venturas
De um braço florido.

III

Nina Rodrigues
Em canto sutil
Cidade risonha
Deste céu azul anil.

Letra e música: Raimundo C. Castro

Localização

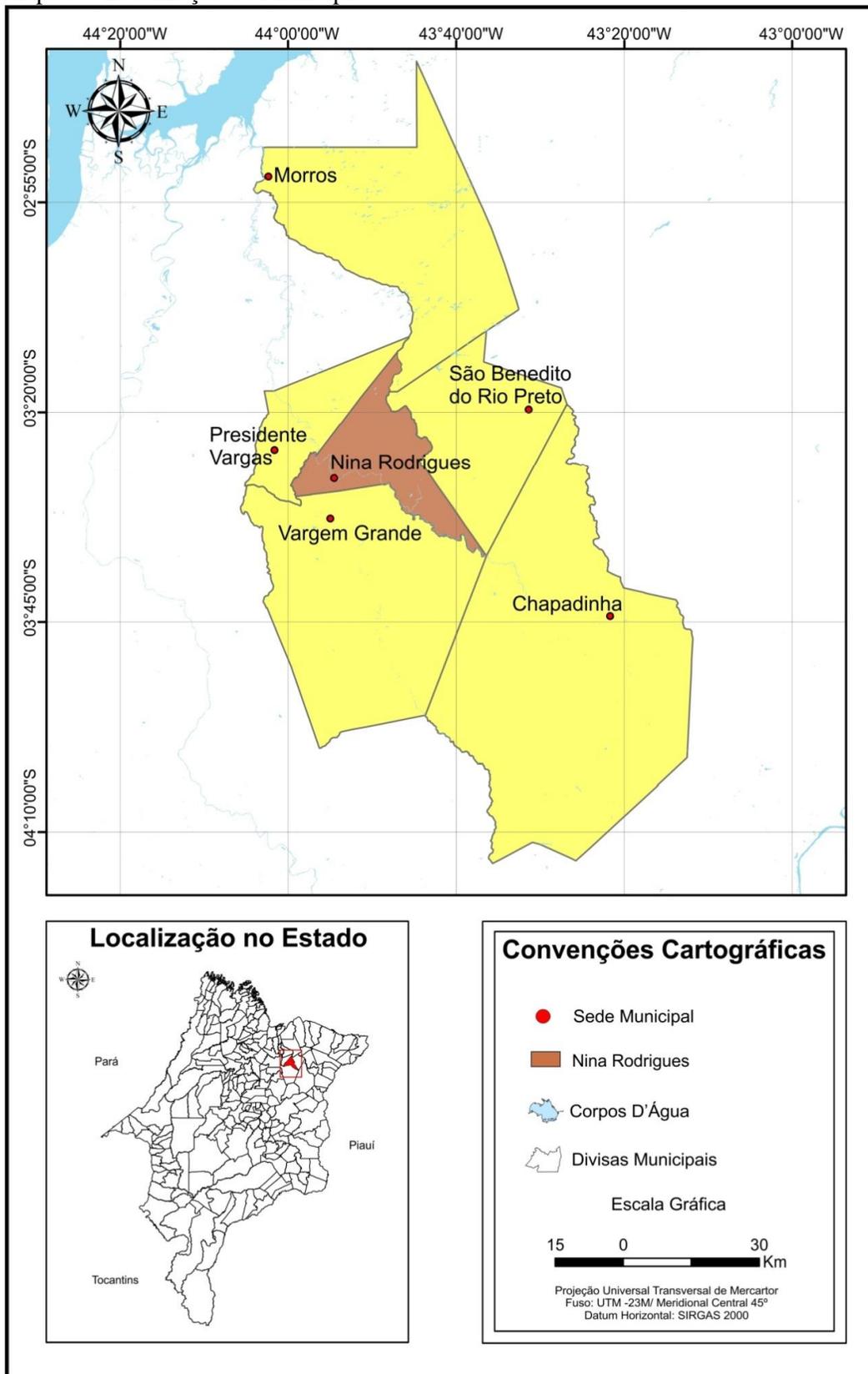
O município Nina Rodrigues faz parte da Mesorregião Norte Maranhense, Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim. Na classificação geográfica, insere-se na Planície Fluvial do Médio Munim.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Presidente Vargas e Morros; ao Oeste com Presidente Vargas; ao Sul com Vargem Grande e ao Leste com Morros e São Benedito do Rio Preto (Mapa 6).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 03°12'47" de latitude e -43°46'59" de longitude; Oeste -43°59'40" de longitude e -03°28'41" de latitude; Sul -03°37'12" de latitude e -43°36'46" de longitude ; Leste -43°36'22" de longitude e -03°37'05" de latitude.

⁷Projeto de Coordenação e Assistência Técnica e Financeira ao Ensino Municipal – PROMUNICÍPIO, 1982.

Mapa 6 – Localização do Município



Fonte: IBGE; IMESC, 2013

Extensão

O município tem 572,507 km², sendo o 160º do Estado em extensão e representa 0,17 % do território maranhense. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa a 41ª posição em território, representando 1,09% e na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim ocupa a 6ª posição, correspondendo a 8,11% do território microrregional.

Processo de Ocupação⁸

O processo de ocupação de Nina Rodrigues ocorreu antes da Guerra da Balaiada, quando ainda era chamado Fortaleza e ali viviam poucas famílias. Em 1838, como povoado ainda vinculado a Vargem Grande, passou a denominar-se Manga e era administrado por um subprefeito. À época, a guarnição do povoado era composta de 22 praças e um Alferes e tinha dois quartéis na beira do Rio Iguará, onde se vê ainda hoje, restos de alicerces.

O padre da cidade de Arari era inimigo político do subprefeito do povoado de Manga e, naquela época para chegar a Morros e Icatu o viajante tinha que passar por Manga. Daí aconteceu o seguinte: vinha de Arari uma manada de gado do padre, conduzido por Raimundo Gomes (cabeça da futura revolução Balaiada); chegando em Manga, o subprefeito soube que a manada era do padre, então, resolveu prendê-la e também os tangerinos (vaqueiros que tanger o gado). Com a chegada de Raimundo Gomes que vinha atrás, vendo o gado solto e sabendo que os tangerinos estavam presos, previu que sozinho não poderia soltar seus companheiros; então, quando todos almoçavam ele invadiu o quartel onde se achavam presos, não só os tangerinos mais também outros detentos. Apossou-se da arma de um soldado que estava de plantão e soltou todos os presos e iniciou uma resistência armada contra o Governo da Província, chefiado por Vicente Camargo, partidário dos Cabanos. Aí iniciou o conflito que, mais tarde, com a chegada em Manga de um de seus maiores revolucionários Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, que teve sua casa invadida pelas tropas enviadas pelo governo que violentaram barbaramente suas filhas.

Revoltado com a desonra, o Balaio conseguiu levantar em massa os moradores daqueles sertões, tornando-se junto com o negro Cosme, um dos maiores líderes da revolução. As batalhas se estenderam para os municípios Brejo, Chapadinha e Caxias. Ressalta-se que as causas mais profundas da revolta popular conhecida como “Balaiada” (1838 a 1841) foram às

⁸ Projeto de Coordenação e Assistência Técnica e Financeira ao Ensino Municipal – PROMUNICÍPIO, 1982.

rivalidades políticas e econômicas entre brasileiros natos, conhecidos como “Bentivis”. Nesta época o governador era o Sr. Vicente Pires de Camargo.

A revolta foi dominada em Caxias, pelo General Luis Alves de Lima, o Duque de Caxias, que foi enviado ao Maranhão para pacificar os revoltosos. Em 1841, os balaios foram vencidos e foi restabelecida a ordem e a paz em todo o Maranhão.

Em 1865, chegou à localidade Manga o Sr. Názaro vindo da Guerra do Paraguai e aí resolveu fixar moradia. Fez sua casa em cima de um morro que tinha sido palco da Balaia-da. Viveu muito tempo, fazendo grandes buracos para se abrigar com sua mulher com medo das guerras: por isso este morro é conhecido como Morro do Názaro.

De 1841 a 1842, chegaram nesta vila várias famílias, dentre elas as de José Feliciano, Leotério da Silva, Aureliano Manoel Cantanhede, Filomena Pequi, Agnel dos Santos, Alexandrina Carvalho, a primeira comerciante da vila e proprietária da fábrica de descaroçar algodão. Mais tarde, chegaram Pedro Brabo, português velho e rico, o Sampaio, Raimundo Anselmo, Raimundo dos Santos português que foi residir no povoado Racimo distante 3 km, feitor das fazendas do comendador Vasconcelos.

O nome Manga foi dado ao povoado antes da guerra, não se sabendo a razão do mesmo. Supõe-se que talvez se deva ao fato de haver no lugar muitas mangueiras; outros garantem que Manga não diz respeito à fruta, mas a uma estreita passagem para gado, uma espécie de corredor com paredes de varas que conduz a um rio e que serve para guiar bois.

Antes da guerra, existiam dois quartéis, um convento de freiras, um prédio da subprefeitura, a igreja e uma paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

Em 1900 chegou, na localidade, a família Pereira e Sousa, que mais tarde se estabeleceu como comerciante. O Sr. Horácio Pereira e Sousa, chamado de Major Horácio, devido a patente comprada de Major da Guarda Nacional foi o maior comerciante do lugar e o primeiro a mandar quebrar o babaçu e exportar sua amêndoa para São Luís. Diziam que, até então, ninguém conhecia o produto que só mais tarde, foi aceito no mercado.

Depois do Major Horácio chegaram vários outros comerciantes que se instalaram em Manga: Miguel Arcângelo Pereira, Ramiro Acréscio Corrêa, Vitor Lopes de Sousa, João de Araújo Braga e Manoel Lopes da Fonseca. Mesmo com a chegada de outros comerciantes, o Major Horácio continuou sendo o principal comerciante da região. Era um homem bom, porém um tanto rude, dominava quase toda a vila e os povoados que dela faziam parte, dos quais era dono absoluto. Ele muito contribuiu para o progresso da Vila da Manga. Devendo-se a ele grande parte do seu engrandecimento e desenvolvimento daquela região. Era o patrono dos pobres. Abriu estradas para que os seus agregados trouxessem os produtos de suas lavou-

ras até a vila. Introduziu o conhecimento e uso do rádio, instalou luz elétrica particular, construiu o primeiro prédio de alvenaria e mosaico. Major Horácio morreu em julho de 1959 deixando uma enorme fortuna para a esposa e seus filhos.

Com a morte do Major Horácio assumiu a liderança política o Sr. José Rodrigues de Mesquita, comerciante vindo do município de São Benedito do Rio Preto que ficou na direção do partido político majoritário da época, PSD (Partido Social Democrático). Como responsável pelos destinos da terra, fez forte resistência às perseguições, massacres e muitas outras perversões dos poderosos de Vargem Grande que só queriam o voto e a produção da terra.

O povoado Manga era porto de embarque, para o abastecimento desse povoado e cidades vizinha. Recebia todo tipo de cargas: arroz, milho, farinha de mandioca, algodão, baçaú, peixe que eram escoados por seu porto.

Fatos Históricos

Em 1920, Manga passou a ser de fato Vila da Manga, constituindo-se o 2º distrito de Vargem Grande. Em função do próprio princípio nativista, o povo nascido na Vila da Manga desejava ardentemente a sua liberdade para realizar sua emancipação, conforme os seguintes fatos:

a) Em 25 de dezembro de 1961 surgiu a ideia do desmembramento da vila, do município Vargem Grande para a liberdade de julgar e agir de seu povo. Essa ideia, segundo o Sr. José Rodrigues de Mesquita, foi incentivada por Francisco Mascarenhas (vulgo Cabeleira) e Raimundo Nonato (vulgo Nona) que fizeram o pedido de emancipação ao Estado, para que a vila passasse à categoria de município;

b) Realização de reuniões em Vargem Grande, na Câmara dos Vereadores, para acerto da área limite do novo município. Causa ganha, a Assembleia Legislativa tratou de arranjar o nome do novo município;

c) Escolha do nome do novo município: Manga do Iguará ou Nina Rodrigues, tendo sido escolhido o último em homenagem a Raimundo Nina Rodrigues (que nasceu em Vargem Grande em 4 de dezembro de 1862 e faleceu em Paris em 17 de julho de 1906). Nina Rodrigues foi um médico legista, psiquiatra, professor e antropólogo. Seu pai, coronel Francisco Solano Rodrigues, era dono do Engenho São Roque, que passou às mãos de seus escravos devido ao desinteresse de seus sete filhos. Sua mãe, Luiza Rosa Nina Rodrigues era descendente de uma família que veio para o Brasil, fugindo das perseguições aos judeus na Península Ibérica.

O povoado foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Nina Rodrigues, pela Lei Estadual Nº 2183, de 30-12-1961, desmembrado de Vargem Grande e instalado em 24-02-1962. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município ficou constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

A evolução política de Nina Rodrigues se iniciou em 24 de fevereiro de 1962, quando foi nomeado pelo governador o interventor Rui Fernandes Costa. No ano seguinte 1963, por meio de eleição, foi eleito o Sr. Raimundo de Oliveira Corrêa que administrou durante seis anos (1963-1968). Foi sucedido por Almir Carvalho de Mesquita, que administrou o município de 1969 a março de 1971, saindo da função pelas irregularidades que vinha cometendo no município. Para substituí-lo foi nomeado o interventor Tenente Carlos Augusto Siqueira que administrou durante 10 meses, do ano de 1972.

Em seguida, a administração passou ao Sr. Valdecir de Jesus Corrêa, cujo mandato durou de 1973 a 1976. Depois deste vieram às administrações de Benedito Araújo Braga (1977-1982), Ariston Carvalho Mesquita (1983-1988), Maria Madalena P. Fortes Braga (1989-1992), Ivaldo Rodrigues Cruz (1993-1996), João F. Jones Fortes Braga (1997-2000), Iara Quaresma do Vale Rodrigues (2004-2008) e José Ribamar da Cruz Ribeiro (2012-2016).

Ambiente Físico

Geologicamente Nina Rodrigues apresenta as formações Sambaíba, Mesozóico – Triássico, compreendido entre 248 a 208 milhões de anos, identificado principalmente ao longo do Rio Munim, compondo-se de arenitos róseos e avermelhados, finos e médios, bem selecionados e arredondados com estratificação cruzada, pouco argilosa, com finas intercalações de sílex e Formação Itapecuru, Cretáceo, compreendido entre 145 a 65 milhões de anos, constituído de arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, geralmente com estratificação horizontal, Aluviões Marinhos recentes, Cenozóico – Quaternário – Holoceno, depósitos constituídos por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas.

Geomorfologicamente, o município está totalmente enquadrado na Superfície Maranhense com Testemunhos, correspondente a uma área aplainada durante o ciclo Velhas, que devido a menor resistência das rochas favoreceu a maior atuação dos processos de pediplanação, dominada, em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira (UEMA, 2002).

Os solos são constituídos pelos plintossolos, dominantes no município, com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a enchar-

camento durante o período chuvoso; os plintossolos concrecionários; os latossolos amarelos, solos profundos, bem drenados, de textura argilosa, porosos, friáveis, cores variando do vermelho até amarelo ou bruno forte e argissolos vermelho amarelo concrecionário.

O município enquadra-se no clima tropical subúmido; com chuvas distribuídas de janeiro a junho e o período de estiagem de julho a dezembro. A umidade relativa do ar anual está entre 76% a 82%; em relação aos totais pluviométricos, apresenta entre 2.000 a 2.400 mm anuais, a temperatura média anual é superior a 27°C.

O município faz parte da bacia hidrográfica do Rio Munim (Figura 44), sendo seu território cortado pelo mesmo, tendo como afluentes no município os riachos da Faveira, Santa Rosa, Palmeiras, Tuica, Estiva e os rios Riachão, Iguará, Preto e seu afluente, o Riacho da Carnaubinha.

Figura 44 – Vista Parcial do Rio Munim – 2012



Fonte: IMESC

A vegetação é formada principalmente pela mata dos cocais, representada pelo babaçual, capoeira mista, capoeirão latifoliado, campos cerrados e mata ciliar.

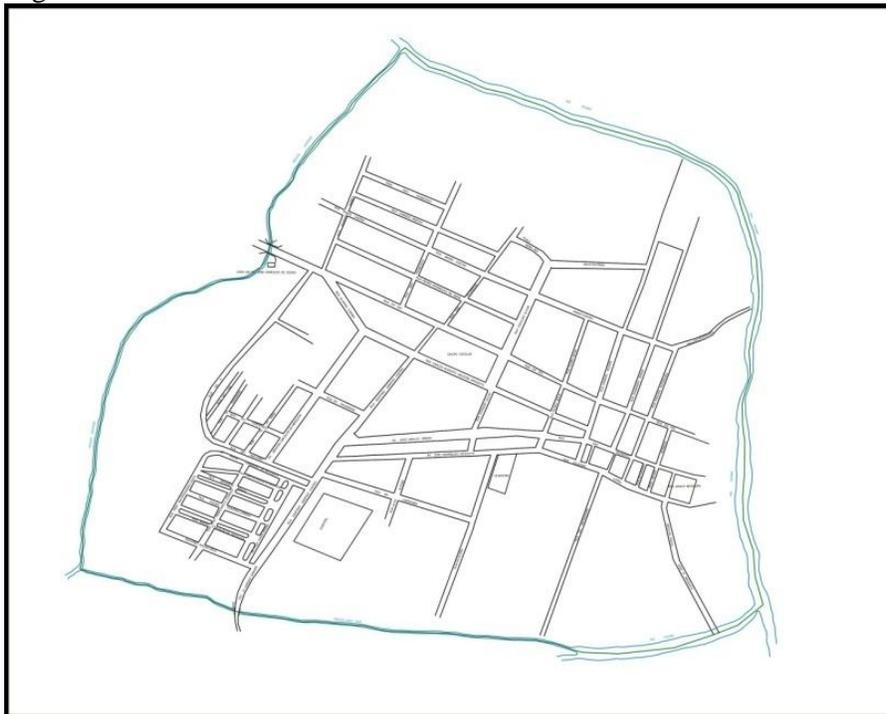
Espaço Urbano

O espaço urbano de Nina Rodrigues se formou a partir das margens do Rio Munim, próximo à confluência desse com o Rio Preto, crescendo em direção Leste e Sul, já que em direção Norte e Oeste há um delimitador natural que são os rios supramencionados (Figura 45).

O município possui aproximadamente onze ruas e dez travessas bem estruturadas, sendo 60% asfaltadas (Figura 46) e piçarradas e 40% de chão batido. Nina Rodrigues tem ainda quatro avenidas (Figura 47), e seis praças, todas arborizadas (Figura 48).

Em 2013, a cidade de Nina Rodrigues tinha 4,38 km² de extensão, ocupando 1,73% do território do Municipal.

Figura 45 – Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 46 – Rua Raimundo Cosme Oliveira – 2012



Fonte: IMESC

Figura 47 – Av. Balto Cruz – 2012



Fonte: IMESC

Figura 48 – Praça Viva Balaiada – 2012



Fonte: IMESC

O local onde começou a ocupação é hoje conhecido como Vila da Manga, atualmente um bairro pacato (Figura 49), onde residem pessoas de hábitos simples.

Figura 49 – Bairro Vila da Manga – 2012



Fonte: IMESC

Entre a área urbana e a área rural no município registraram-se 1.493 casas construídas com tijolo, 183 de taipa revestida, 519 de taipa não revestida, 35 de madeira e 36 de outros materiais (BRASIL, 2013).

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído em comunidades, sendo as seguintes:

Sítios: Albino, Alto Bonito, Amapá I, Amapá II, Areal II, Bacabal, Bacuri, Bacuriapara, Barra, Barra do Munim, Barra do Riachão, Barriguda, Beira Campo, Boa Esperança, Boca do Campo, Bom Gosto, Buriti, Cachoeirinha, Caju, Cajueiro, Campestre, Campinho, Cercado, Chão Duro, Convento, Estiva, Faveira, Forquilha do Rio, Gato, Ilha, Lagoinha, Macacos I, Macacos II, Mãe Rosa, Mangabeira, Matinha, Morada Nova, Morro do Chatinho, Morros, Nova Olinda, Papagaio, Passa Bem, Pedra Grande, Pedrinhas, Pindoval, Pequizeiro I, Pequizeiro II, Piranhenga, Pirina I, Pirina II, Poção, Porteira, Porto de Paus, Retiro, Riachão, Riachão do Abel, Santa Rosa II, Santana, Santiago, Santo Antonio I, Santo Antonio II, Santo Antonio III, Santo Inácio, São Jerônimo, São Joaquim, São José dos Pretos, São Josezinho, Serra Limpa, Tamanduá, Tronco, Unha de Gato, Vila Santa Helena e Volta do Mundo.

Fazenda: Monte Alegre.

Vila: São Domingos.

Povoados: Boa Vista e São Domingos.

Assentamentos: Associação Velho Lázaro P. Cazulo, Estica-Assentamento São Benedito P. Cazulo, Mangueira, Santa Rita e Santa Isabel.

Quilombos: Amapá dos Catarinos, Amapá dos Lucindos, Iguará e Ilha.

Utilização das Terras

As atividades rurais são caracterizadas por possuírem um variado número de utilidades da terra em um único estabelecimento, podendo eventualmente ser classificado pelo uso do solo. Essa característica impossibilita a análise percentual de seus valores, sendo necessário que haja uma análise dos dados de forma qualitativa.

Observa-se, portanto, que a atividade econômica mais importante é a agricultura temporária e permanente; entretanto, esses mesmos estabelecimentos podem ter pastagens: naturais, plantadas degradadas, plantadas em boas condições, além de outras atividades. Em

relação às matas e florestas no município devem ser áreas de preservação ambiental ou permanente, não sendo utilizadas economicamente, assim como outras atividades descritas na tabela 38.

Dos 9.420 hectares em 2006, a agricultura temporária ocupou grande parte, representando 40%, a agricultura permanente, as áreas plantadas com forrageiras e os sistemas agroflorestais ocupavam 4% cada, as pastagens naturais 11%, as pastagens plantadas em boas condições; construções, benfeitorias ou caminhos e terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras), 1% cada, as matas e/ou florestas (destinada à preservação permanente – reserva legal) 19%, e as matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente – e as em sistema agroflorestais) 15%.

Tabela 38 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de Atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	165	366
Agricultura temporária	669	3.806
Áreas plantadas com foragem	12	421
Pastagens naturais	18	1.019
Pastagens plantadas em boas condições	3	139
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente – reserva legal)	5	1.761
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente – e as em sistema agroflorestais)	9	1.353
Sistemas agroflorestais	3	397
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	4	1
Construções, benfeitorias ou caminhos	10	100
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.)	7	57
Total	-	9.420

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Quanto ao tipo de produtor (Tabela 39), em 2006 dos 736 estabelecimentos, o proprietário possuía 10%, o assentado sem titulação definitiva 48%, o arrendatário 1%, o parceiro 13%, o ocupante 24% e o produtor sem área 4%; nesse mesmo ano, dos 9.420 hectares, o proprietário representou 56%, o assentado sem titulação definitiva 11%, o arrendatário 2%,

o parceiro 1% e o ocupante 30%. Como parcerias e arrendamentos são feitas com o proprietário das terras, ele eleva seu percentual tanto nos estabelecimentos quanto na área em 15% e 3%, respectivamente.

Pode-se constatar que os estabelecimentos estão, em sua maioria, em poder dos assentados sem a titulação definitiva da terra; em relação à área, além do proprietário, as terras estão em poder dos ocupantes, os quais não têm título da terra, ocupando áreas devolutas.

Tabela 39 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	74	5.302
Assentado sem titulação definitiva	355	1.049
Arrendatário	6	214
Parceiro	99	3
Ocupante	173	2.852
Produtor sem área	29	0
Total	736	9.420

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Demografia

O município ocupava a 146ª posição em número de habitantes no Maranhão, o que representa 0,19% do Estado. Na Mesorregião Norte Maranhense classificou-se na 48ª posição, correspondendo a 0,48%; na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim, estava na 7ª posição, com 5,91%. Sua densidade demográfica era 21,77 hab/km². O IDHM, em 2010, foi de 0,585, sendo o 82º em relação ao Maranhão (IPEA, 2013).

De 2000 a 2010, houve um crescimento de 50% na população total de Nina Rodrigues; nesse intervalo, a população masculina cresceu 51%, a feminina 49%, a urbana 32% e a rural 63%.

Em 2000 a população urbana, representava 41% e a rural 59%; em 2010, a urbana era 36% e a rural 64%, tais dados mostram que no decênio, a população urbana cresceu pouco, enquanto a rural duplicou. A população ninense, continua principalmente rural, com aumento tímido da população urbana. Tanto em 2000 como em 2010, os homens representavam 51% e as mulheres 49% havendo, portanto, um equilíbrio entre masculino e feminino (Tabela 40).

Tabela 40 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	4.190	6.336
Feminina	4.099	6.128
Urbana	3.363	4.439
Rural	4.926	8.025
Absoluta	8.289	12.464

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Saúde e Assistência Social

Nina Rodrigues, tem um hospital público (Figura 50), onde são realizados atendimentos de urgência/emergência e consultas, com um leito para emergência/urgência, vinte no setor de internação e duas enfermarias, uma masculina e outra feminina. Os principais exames realizados são ultrassonografia e exames laboratoriais. Há distribuição de medicamentos e em casos de transferência de pacientes mais graves, são transportados em uma das três ambulâncias até Vargem Grande, Chapadinha ou para São Luís. As doenças mais frequentes são: infecção respiratória aguda, AVC, gastroenterocolite aguda e alguns casos de hanseníase e tuberculose.

Figura 50 – Hospital Municipal Madalena Fortes Braga – 2012



Fonte: IMESC

Para o atendimento à população de Nina Rodrigues, o município dispõe de três médicos plantonistas e uma pediatra, dois enfermeiros com especialização em saúde da família e, aproximadamente, doze técnicos de enfermagem e 35 agentes comunitários de saúde dos quais, dezoito trabalham na área urbana e dezessete na área rural, e, aproximadamente, dez agentes de vigilância epidemiológica e um agente de vigilância sanitária.

Mantém o ESF em cinco equipes, cobrindo 100% do município. O Programa dispõe de cinco médicos, cinco enfermeiros, três dentistas e cinco técnicos e auxiliares de enfermagem; há também, três equipes de saúde bucal. Realizam distribuição de medicamentos e as doenças mais comuns são as mesmas registradas no hospital público. Ainda há casos de partos realizados pelas parteiras leigas.

A Secretaria de Assistência Social desenvolve os seguintes programas: Bolsa Família, o PETI com 320 crianças e cinco núcleos (quatro na zona rural e um na área urbana) realizando atividades lúdicas, esportes como o caratê, vôlei e jogos com a família. O PROJovem com 97 jovens cadastrados, realizando trabalhos de convivência na escola entre 15 a 17 anos, Casa do idoso, com 60 pessoas, BPC e o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA), CAPS com atendimento específico para o idoso e o CRAS atendendo 456 famílias.

A secretaria trabalha com as seguintes áreas quilombolas: Comunidade Ilha com trinta e oito famílias; Amapá dos Catarinos, com vinte famílias que lutam pela certificação de suas terras e a comunidade Balaiada, que possui uma associação de quebradeiras de coco. Dispõe de um psicólogo e dois assistentes sociais e a cada dois meses realiza atendimento as essas famílias.

Educação

A rede de ensino municipal apresenta 39 escolas, sendo dez na área urbana e 29 na zona rural, distribuídas em 124 salas, onde estão matriculados 2.789 alunos, entre creche, pré-escola, ensino fundamental e EJA, nos três turnos.

O corpo docente municipal dispõe de 168 professores, sendo 39 com magistério e 129 com curso superior.

O município possui biblioteca e disponibiliza material escolar, fardamento, transporte e laboratório de informática para os alunos de todos os níveis.

O ensino superior é de responsabilidade da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que oferece os cursos de História, Matemática, Pedagogia e Filosofia.

Economia

Em 2010, o PIB municipal ocupou a 162^a posição, contribuindo com R\$ 43,079 milhões ou 0,10% no Estado, sendo o setor de serviços o mais representativo com uma participação de R\$ 23,390 milhões; o setor agropecuário com R\$ 15,236 milhões, o industrial com R\$ 3,675 milhões e R\$ 778 mil de arrecadação de impostos (IMESC, 2012); no aludido ano, classificou-se na 127^a posição em relação IDM (IMESC, 2012), correspondendo a 0,321, enquanto que a renda per capita foi de R\$ 152,75 reais, ocupando a 194^o posição (IPEA, 2013).

A economia do município é resultado, principalmente, das atividades primárias relacionadas à agropecuária.

Agricultura

A agricultura se desenvolve de maneira itinerante e mecanizada e destinada à subsistência. Divide-se em temporária, permanente e horticultura.

Agricultura Temporária

Comparando a dinâmica da agricultura entre 2000 e 2012, observa-se que a área colhida total aumentou 14%, a quantidade produzida 83% e o valor da produção 209%. Referidos aumentos tiveram como maior expoente a mandioca.

Por produto, as variáveis foram: em área cultivada o arroz 15%, feijão 23%, mandioca 9% e milho 18%; em quantidade produzida arroz 3%, feijão 87%, mandioca 93% e milho 54%; rendimento médio o arroz -10%, feijão 52%, mandioca 77% e milho 30%. No valor da produção o arroz 36%, feijão 128%, mandioca 264% e milho 136%.

Em 2006, a participação de cada cultivar no total da área colhida de 3.338 hectares foi: arroz 32%, feijão 6%, mandioca 39% e milho 23%; das 7.560 toneladas produzidas, as participações foram: arroz 10%, feijão 1%, mandioca 86% e milho 3%. O rendimento médio pode ser observado na tabela 51 e o valor da produção foi de R\$ 1,826 milhão, com as seguintes contribuições: arroz 20%, feijão 4%, mandioca 72% e milho 4% (Tabela 41).

Em 2012, dos 3.801 hectares de área colhida o arroz participou com 30%, feijão 8%, mandioca 38% e milho 24%; em quantidade produzida, das 13.838 toneladas, o arroz 5%, feijão 2%, mandioca 91% e milho 2%. O rendimento médio pode ser observado na tabela 41; quanto ao valor da produção, dos R\$ 5,635 milhões a contribuição foi – arroz 9%, feijão 3%, a mandioca 85% e milho 3% (Tabela 41).

Tabela 41 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	1.040	1.195	728	749	700	627	349	476
Feijão	211	259	47	88	223	340	80	182
Mandioca	1.317	1.437	6.585	12.694	5.000	8.834	1.317	4.788
Milho	770	910	200	307	260	337	80	189
Total	3.338	3.801	7.560	13.838	-	-	1.826	5.635

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Horticultura

Em 2006 (últimas informações publicadas), a horticultura esteve representada por quatro produtos listados na tabela 42. A quantidade produzida foi de 6 toneladas das quais participaram o maxixe e o milho verde com 33% cada e o pepino e o quiabo com 17% cada. A quantidade vendida não foi disponibilizada. Referida produção rendeu R\$ 5 mil, sendo 40% de maxixe, o milho verde, pepino e quiabo 20% cada (Tabela 42).

Em trabalho de campo (2012), foi constatado que há produção de outras hortaliças, como: alface, cebolinha, coentro, pimentão e cheiro verde, mas grande parte dessa produção é usada na merenda escolar.

Tabela 42 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006

Produto	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Maxixe	2	-	2
Milho verde	2	-	1
Quiabo	1	-	1
Pepino	1	-	1
Total	6	-	5

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Agricultura Permanente

A agricultura permanente, em que pese à variedade de frutos produzidos nos quintais, em sítios e chácaras, restringiu-se a quatro produtos: banana, laranja, limão e manga. Destes, apenas os dois últimos foram informados em 2012.

As variáveis, entre 2006 e 2012 referentes ao total de cada item foram: área colhida 2%, quantidade produzida 146% e valor da produção 202%. Em relação aos produtos: em área colhida à banana cresceu 36% e laranja 50%; em quantidade produzida, banana 356% e laranja 28%; rendimento médio a banana 235% e laranja -14%; valor da produção: banana 500% e laranja 47%. Na análise entre os anos 2006 e 2012 não foram incluídos o limão e a manga, pois os mesmos só foram citados em 2006.

Em 2006, os resultados obtidos foram: dos 42 hectares de área colhida, a banana representou 60%, laranja e limão 14% cada, e a manga 12%; em quantidade produzida das 124 toneladas a banana 42%, laranja 43%, limão 8% e manga 7%; o rendimento médio pode ser observado na tabela 53; quanto ao valor da produção, dos R\$ 51 mil, a banana colaborou com 41%, laranja 37%, limão 12% e manga 10% (Tabela 43).

Em 2012, dos 43 hectares de área colhida, 79% foram de banana e 21% de laranja; em quantidade produzida, das 305 toneladas, 78% foram de banana e 22% de laranja; o rendimento médio pode ser observado na tabela 53. No valor da produção, dos R\$ 154 mil, 82% foram resultantes da comercialização da banana e 18% da laranja (Tabela 43).

Outros frutos são produzidos e comercializados, às vezes, no próprio município e devem influir na renda familiar, mas não se têm dados concretos sobre os mesmos.

O sindicato dos trabalhadores rurais possuía em 2012, 3.000 associados, mas só foram cadastrados 2.633, o que representa 40% do total destes; o sindicato de agricultura familiar possuía 692 famílias cadastradas.

Tabela 43 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2011
Banana	25	34	52	237	2.080	6.971	21	126
Laranja	6	9	53	68	8.833	7.556	19	28
Limão	6	-	10	-	1.667	-	6	-
Manga	5	-	9	-	1.800	-	5	-
Total	42	43	124	305	-	-	51	154

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Pecuária

A pecuária é extensiva, utilizando principalmente áreas plantadas com forrageiras e pastagens naturais. Embora esteja distribuída em oito rebanhos, três, no entanto, são importantes na pecuária de Nina Rodrigues o bovino, o suíno e as aves.

Entre 2006 e 2012, o rebanho total diminuiu 4%, as variáveis por rebanho foram: bovino 18%, equino 1%, asinino -6%, muar 28%, suíno -5%, caprino 14%, ovino 15% e aves -8% (Tabela 44).

Em 2006, das 41.664 cabeças a participação foi: bovino e caprino 5% cada, equino e asinino 1% cada, suíno 34%, ovino 2%, aves 52% e muar menos de 1%. Em 2012, os rebanhos estavam representados por 40.145 cabeças, das quais 6% eram de bovino e caprino cada, equino e asinino 1% ambos, suíno 34%, ovino 2%, aves 50% e o muar menos de 1% (Tabela 44).

Verifica-se que os menores rebanhos, em ambos os anos analisados, são aqueles, que tendo tido um período de grande utilidade econômica como meio de transporte de pessoas e da produção rural, vem sendo substituído por veículos motorizados, a exemplo do equino, asinino e o muar.

No intervalo de seis anos, observa-se que o rebanho caprino manteve o mesmo percentual e vem sendo usado na mesa do cidadão como alimentação; o ovino é mais utilizado como alimentação, principalmente churrasco, em festas e como animal de entretenimento.

Tabela 44 – Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	2.114	2.492
Equino	335	346
Asinino	620	580
Muar	80	102
Suíno	14.143	13.501
Caprino	2.055	2.338
Ovino	662	764
Aves	21.655	20.022
Total	41.664	40.145

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

A importância dos rebanhos bovino, suíno e aves se dão pelo tradicionalismo e comercialização. Em relação às aves, durante a pesquisa, não foram encontradas granjas no

município, portanto essas criações são de fundo de quintal, criadas tradicionalmente por pequenos produtores, geralmente para subsistência.

Em 2011, foram produzidos no município 69.000 litros de leite que renderam R\$ 111 mil, além de 4.000 dúzias de ovos de galinha que renderam R\$ 19 mil, os dois produtos renderam um valor de produção de R\$ 130 mil.

Extrativismo

Os produtos extrativos que se destacam economicamente no município são os vegetais: carvão vegetal, amêndoa de babaçu, jaborandi (quantificados em toneladas), lenha e madeira em tora, quantificados em metros cúbicos.

Em 2012, das 1.087 toneladas de quantidade produzida, o mais importante foi à amêndoa de babaçu representando 88%, o carvão vegetal 8% e o jaborandi 4%. Dos 61 metros cúbicos produzidos, a lenha correspondeu a 51% e a madeira em tora 49%. Naquele mesmo ano o valor de produção foi de R\$ 2,136 milhões, quanto a amêndoa de babaçu rendeu 85%, o carvão vegetal 6%, o jaborandi 9%, a lenha e a madeira em tora renderam juntas menos de 1% (Tabela 45).

Destaca-se que alguns produtos listados são resultados do desmatamento e quando utilizados provocam poluição, a saber: o carvão vegetal, a lenha e a madeira em tora. A produção da lenha é resultado da queima das matas na área rural, para fazerem as roças de toco e utilizadas como combustível nas casas de farinha ou em padarias; a madeira em tora é retirada muitas vezes de forma indiscriminada para diversas utilidades; o carvão vegetal, derivado muitas vezes da lenha, provoca poluição atmosférica, uma vez que produz fumaça tóxica e poluição dos solos e da água, pois suas cinzas são carregadas pelas enxurradas e levadas até o leito dos rios.

A extração da amêndoa de babaçu é menos prejudicial à natureza; ao produzir o óleo possibilita sua utilização na fabricação de vários produtos como: óleo, sabão, sabonetes, margarina e outro, além do consumo doméstico do “leite” na culinária; o mesocarpo é alimento nutritivo e do endocarpo pode-se obter carvão, que é menos poluente que o carvão derivado da lenha e possui maior poder de combustão.

Do jaborandi são retiradas as folhas que são utilizadas na indústria farmacêutica para a produção de remédios e cosméticos.

Tabela 45 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	956	-	1.817
Carvão vegetal	82	-	131
Jaborandi	49	-	186
Lenha	-	31	1
Madeira em tora	-	30	1
Total	1.087	61	2.136

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Como extrativismo mineral destaca-se a extração da areia nos rios, sendo esta prática ilegal, pois contribui para o assoreamento dos rios (Figura 51).

Figura 51 – Assoreamento na confluência dos rios Munim e Iguará– 2012



Fonte: IMESC

Pesca e Piscicultura

A pesca é eminentemente artesanal, voltada principalmente para a subsistência. Realizada em ambiente fluvial no Rio Munim e seus afluentes, os pescadores utilizam canoas e para efetuar a pesca usam a tarrafa, o espinhel e o anzol. Na época da desova, os pescadores recebem o defeso. As principais espécies encontradas são: surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), mandi (*Pimelodus ssp*), traíra (*Hoplias malabaricus*), piauí (*Leporinus obtusidens*), bico-de-pato (*Sorubim cf. lima*), cascudo (*Hypostomus ssp*).

A piscicultura também é realizada no município, sendo as principais espécies: tambaqui (*Colossoma macropomum*), tilápia (*Tilápia rendali* ou *Oreochromis niloticus*), tambacu (*Colossoma macropomum* + *Piaractus masopotamicus*/ cruzamento entre o tambaqui e o pacu).

A colônia de pescadores possui 678 associados, o que representa aproximadamente 70% dos pescadores do município, uma vez que alguns pescadores não estão associados.

Indústria

As indústrias que se destacam são a de alimentos, beneficiamento do arroz, produção de farinha, tapioca e padarias.

Turismo

O turismo é pouco desenvolvido, destacando-se como potencial: o Rio Munim, a Praia dos Amores (Figura 52), a Barra do Rio Preto, o Povoado Campinho, o Riachão do Ivaldo e o Morro do Nazário, local em que teve início a Balaiada. No campo cultural e religioso, destacam-se os festejos de São Benedito, os sítios arqueológicos e ruínas históricas; as festas juninas, bandas de fanfarra, grupos de carimbó, dança do balaio, gincanas nas escolas com a escolha da miss ninense, concurso de beleza, festa do babaçu e o festival do peixe, sendo o prato típico do município o tambaqui em diversas modalidades. Para isto conta com o apoio de quatro pousadas.

Figura 52 – Praia dos Amores – 2012



Fonte: IMESC

Comércio

O comércio é essencialmente varejista, possuindo quitandas, minimercados, mercado e feiras os quais apresentam inúmeros produtos, principalmente advindos da agricultura familiar. Possui ainda um posto de gasolina, duas farmácias e duas casas voltadas ao agronegócio.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da Comarca de Vargem Grande, tem um cartório e pertence a 50ª zona eleitoral, possuindo 33 seções e 8.720 eleitores e um total de nove vereadores (BRASIL, 2014).

Religião

A religião predominante é o catolicismo, em Nina Rodrigues existem três igrejas na área urbana das quais, uma é a matriz, dedicada ao padroeiro São Benedito (Figura 53) e várias capelas espalhadas pelos povoados. Os principais festejos são a do padroeiro, Nossa Senhora da Conceição, São Francisco, Santo Antonio, Santo André, Santa Ana e São Pedro.

Os templos evangélicos estão, distribuídos na área urbana e rural, divididos nas congregações: Batista, Assembleia de Deus, sendo uma das mais antigas do município (Figura 54), Adventista, Testemunha de Jeová, Internacional da Graça de Deus e Presbiteriana. Sete terreiros de origem africana ou indígena com festas variadas, que reverenciam principalmente Santa Barbara.

Em 2010, o IBGE entrevistou 12.464 habitantes, dessas 83% eram católicos, 14% evangélicos, 0,05% espíritas e 3% sem religião. Pela tabela 46, verifica-se que o número de católicos é significativo.

Figura 53 – Igreja Matriz de São Benedito – 2012



Fonte: IMESC

Figura 54 – Igreja Assembleia de Deus – 2012



Fonte: SIQUEIRA, 2012

Tabela 46 – Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	10.288
Evangélicos	1.708
Espírita	7
Sem Religião	461
Total	12.464

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água está a cargo da CAEMA. A captação é feita principalmente do Rio Munim e em poços artesianos, sendo tratada e atendendo 100% do abastecimento residencial, público e empresarial, contando com o registro de 746 ligações (BRASIL, 2013).

O município não tem sistema de coleta, tratamento e destinação final do esgoto doméstico. As fossas sépticas são mais utilizadas na área urbana, enquanto na rural são mais rudimentares; foram registradas 1.534 fossas no município (BRASIL, 2013).

A coleta de lixo é realizada diariamente apenas na sede, sendo o mesmo depositado em um lixão a céu aberto, distante 4 km da sede. O lixo é transportado em caçambas e trator; na área rural o lixo é incinerado ou depositado em terrenos.

A energia elétrica é fornecida pela CEMAR e a distribuição é feita pela subestação de Vargem Grande. O total de consumidores foi de 26.756 usuários, assim distribuídos: residencial 92%, comercial 4%, rural 1% e poder público 3%, os demais usos corresponderam a 0,5% (Tabela 47).

Em 2010, foram consumidos 3.451.512 MWh dos quais, 47% foi consumo residencial, 1% rural, 4% comercial, 1% industrial, 7% poder público, 23% serviço público, 17% iluminação pública (Tabela 47).

Tabela 47 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010

Usuário	Número de consumidores	Consumo em MWh
Residencial	24.535	1.631.796
Rural	312	41.096
Comercial	1.035	149.775
Industrial	86	5.681
Poder público	740	252.736
Serviço público	36	789.797
Iluminação pública	12	580.631
Total	26.756	3.451.512

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma emissora de rádio, a Balaida FM, um posto de atendimento Bradesco, lotérica, agência dos correios, telefonia fixa da OI, móvel da VIVO e internet da OI via rádio.

À época da pesquisa, possuía 20 terminais telefônicos acessíveis 24 horas e 22 telefones públicos (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

As principais atrações culturais e folclóricas são as festas religiosas, principalmente São Benedito, que ocorre no mês de junho, com a tradicional romaria ao Povoado Estica, distante da sede cerca de 5 km, pondo em evidência a força da devoção e tradição do povo; o carnaval tradicional de rua, com banda e blocos tradicionais, como os Lisos, Raparigueiro, Me Leva Ferramental e os Midias; os festejos juninos, caracterizados principalmente pelo bumba-meu-boi de orquestra, cujo mais famosos é o Boi de Nina Rodrigues, além do Mocidade de Nina; tambor de crioula, quadrilhas e danças portuguesas.

O Boi de Nina Rodrigues (Figura 55), surgiu de uma promessa feita por Dona Madalena Braga a São Benedito, sendo sua primeira apresentação no final de 1988 com o nome de Brilho da Balaiada mas comumente conhecido por Boi da Prefeitura. Nos dois primeiros anos de apresentação se destacou pelos cantadores da terra, principalmente Chico Poeta, Fátima Braga, Ferreira, Xixico (Francisco Marcedo) e Duarte Lima.

No município há o sítio arqueológico Palmeiral, onde são encontradas inúmeras ossadas, ruínas hitóricas do antigo quartel no Rio Iguará. No artesanato destaca-se a capiuba (couro) para a fabricação do jibão, chapéu, perneira, caneleira, sela, chibata, peitoral e manta. Os ritmos mais populares são o reggae e o forró.

Figura 55 – Batizado do Boi de Nina Rodrigues – 2012



Fonte: BOI DE NINA RODRIGUES, 2012

No município encontra-se uma APA com 50 hectares, na qual funciona um parque.

Para lazer conta com uma quadra poliesportiva, um ginásio esportivo com capacidade para 1.000 pessoas, campos de futebol e implantação de um estádio com capacidade para 3.000 pessoas, cinco restaurantes, lanchonetes, quatro casas de shows e inúmeros bares.

Transportes

A cidade de Nina Rodrigues está a 112 quilômetros de São Luís, tendo como vias de acesso as BRs 135, 222 e a MA 020. As cidades mais próximas são Vargem Grande a 8,9 km e Presidente Vargas a 16,7km.

O meio de transporte utilizado é o rodoviário e o deslocamento intermunicipal é feito por micro-ônibus, vans e táxis. O urbano/rural é realizado por meio de mototáxis, motos e barcos. O deslocamento dentro do espaço urbano é realizado por meio de mototáxis e motos.

2. 6 Pirapemas

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Deusa Santa dos poetas
Mãe infinita das extremas
Inspira-me a escrever
Essa história sem problema
Da terra onde eu nasci
Minha querida Pirapemas

A Palavra Pirapemas
É um verbo unitário
Sua origem é indígena
Dizer isso é necessário
Nome dado a um peixe
Assim diz o dicionário

Então “Peixe fluvial”
É o que significa
O nome Pirapemas
Tem um Rio que Justifica
A existência desse peixe
Assim tudo se explica

É o Rio Pirapemas
Um nativo afluente
Do rio Itapecuru
Testemunha permanente
Fonte de força e vida
Que vive eternamente

Letra e música: Raimundinho da Voz

Localização

O município Pirapemas faz parte da Mesorregião Norte Maranhense, Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim. Na classificação geográfica insere-se na Planície Fluvial – Médio Vale do Itapecuru.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Cantanhede, ao Oeste com Matões do Norte, São Mateus do Maranhão e Coroatá, ao Sul com Coroatá e ao Leste com Vargem Grande e Cantanhede (Mapa 7).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 03°37'23" de latitude e -44°05'50" de longitude; Oeste -44°21'11" de longitude e -03°50'49" de latitude; Sul -03°53'43" de latitude e -44°11'32" de longitude ; Leste -43°59'32" de longitude e -03°50'31" de latitude.

Extensão

O município tem 688,761 km², sendo o 140º do Estado em extensão, correspondendo a 0,21% do território maranhense. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa 34º posição, representando 1,31% e na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim ocupa o 5º lugar, ou seja, 9,76% do Estado.

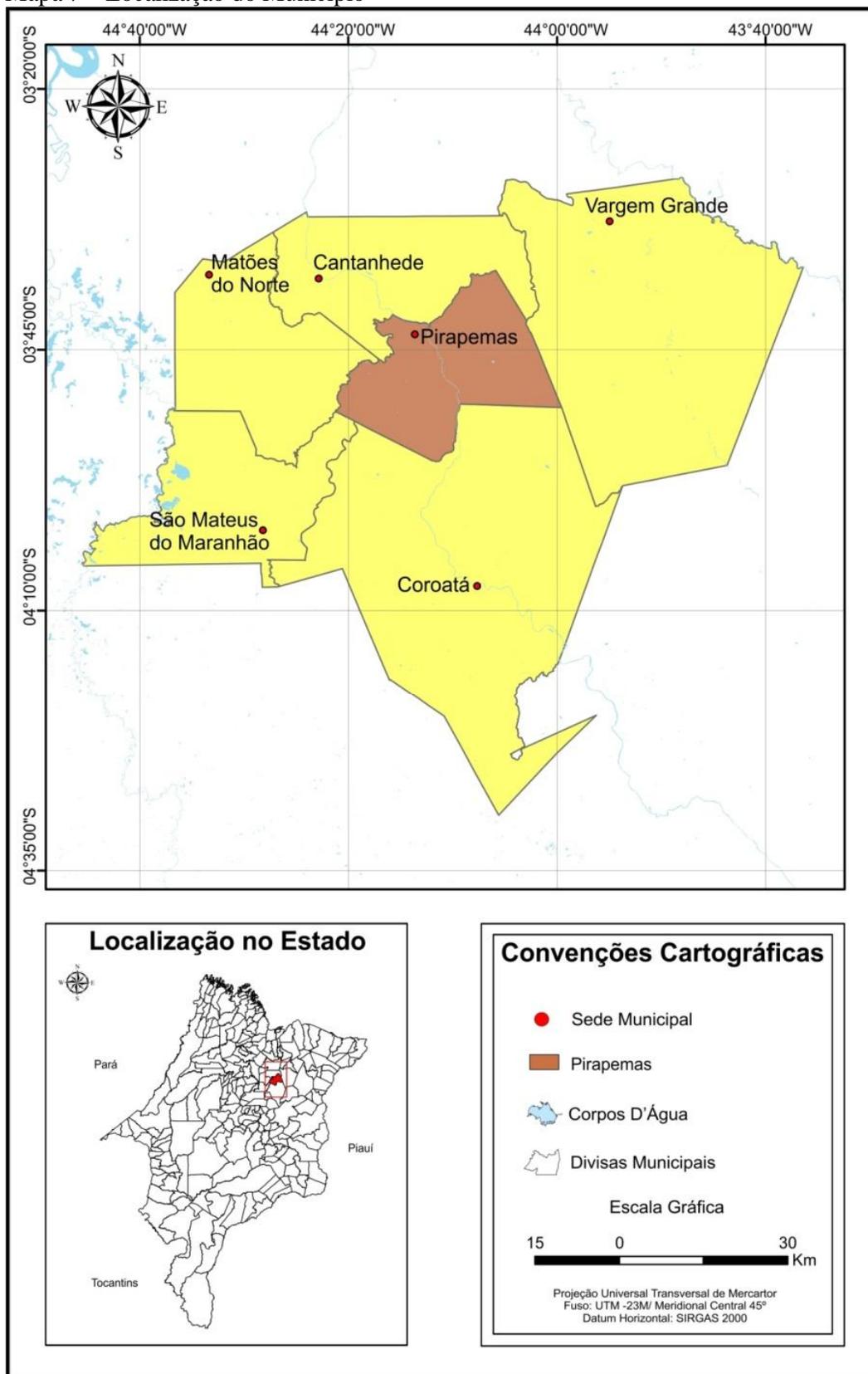
Processo de Ocupação

O processo de ocupação de Pirapemas ocorreu em um antigo aldeamento de índios, razão pela qual sua primeira denominação foi Aldeia e mais tarde, com a colonização, transformou-se em fazenda e sítios, onde predominavam as culturas agrícolas de arroz, mandioca, algodão e criação de gado.

A fixação do primeiro núcleo humano no local onde é hoje a cidade, só se efetuou muitos anos depois com a construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, dando origem assim, às primeiras edificações de moradores permanentes, ainda que em estilo precário.

Com a edificação da estação e inauguração da ferrovia, surgiu a primeira rua ou avenida denominada Beira-Linha e, depois outras ruas, praças e travessas, até transformar-se, sucessivamente em arraial, povoado, vila e cidade.

Mapa 7 – Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

A povoação original era em forma de sítios ou fazenda situava-se à margem direita do Rio Itapecuru, no lugar denominado Pirapemas-Velha. Dessa localidade e influenciados pela proximidade com a estrada de ferro, dali se deslocaram seus habitantes para a margem esquerda do Rio Itapecuru. A palavra pirapemas é de origem indígena e significa peixe fluvial.

Pirapemas foi desmembrada do município de Itapecuru-Mirim, passando em seguida para a jurisdição de Coroatá. Distrito criado com a denominação de Pirapemas, pela Lei Estadual Nº 269, de 31-12-1948 era subordinado ao município de Coroatá. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Pirapemas pela Lei Estadual Nº 821, de 11-12-1952, desmembrando-se de Coroatá. A sede no distrito de Pirapemas foi instalada em 01-01-1953. Em divisão territorial datada de 1-7-1955, o município ficou constituído em distrito sede.

Os prefeitos eleitos desde sua fundação foram: Antonio Ferreira Damasceno (1953-1956), João Martins de Sousa (1957-1960), Raimundo Candeiro (1961-1964), Wilson Soares Ribeiro (1965-1968/1973-1976), Neide Andrade (1969-1972), José Ribeiro (1977-1980), Walter Alves Andrade (1981-1984), Leônidas Rodolfo Pessoa (1985-1988), Eliseu Barroso de Carvalho Moura (1989-1992/2009-2012), Heron Maia (1993-1996), Carmina Carmen Lima Barroso Moura (1997-2000/2001-2004), Maria Selma de Araújo Pontes (2005-2008).

Ambiente Físico

A geologia do município manifesta-se por meio da Formação Itapecuru, do Cretáceo, compreendido entre 145 a 65 milhões de anos, constituído de arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, geralmente com estratificação horizontal, representando quase a totalidade do território; do Cenozóico, Período Quaternário, compreendido entre 1,5 milhões de anos, representado por depósitos holocênicos de aluviões fluviais, constituídos por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas.

A geomorfologia está enquadrada na Superfície Maranhense com Testemunhos, correspondente a uma área aplainada durante o ciclo Velhas, devido a menor resistência das rochas, favorecendo a maior atuação dos processos de pediplanação, dominado em parte por testemunhos tabulares da superfície de cimeira (UEMA, 2002).

O solo com maior representação no município é o argissolo vermelho amarelo, sendo profundo a moderadamente profundo, raramente raso, com textura variando de média a argilosa, geralmente bem drenado e poroso. Outros solos encontrados são: argissolo vermelho amarelo concrecionário, com a mesma característica do solo anterior, embora apresente petroplintita na forma de nódulos ou concreções em um ou mais horizontes; plintossolos, com característica argilosa, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamentos durante o período chuvoso; plintossolos concrecionários diferenciando do solo anterior por apresentar concreções ferruginosas; planossolos relativamente rasos, com textura do horizonte A, em geral, arenosa, sobre um horizonte B altamente argiloso, com feições associadas a umidade, devido a uma drenagem imperfeita, são moderadamente ácidos a fortemente ácidos e com alta saturação de bases.

O clima é tropical subúmido, com chuvas que se distribuem de janeiro a junho e período de estiagem de julho a dezembro. A umidade relativa do ar anual está entre 76% e 82%. Em relação aos totais pluviométricos, apresenta entre 1.600 a 2.400 mm anuais e a temperatura média anual é superior a 27°C.

O município faz parte da bacia hidrográfica do Rio Itapecuru, sendo seu território cortado pelo referido rio, tendo como afluentes pela margem direita o Rio Pirapemas e os riachos dos Remédios, do Presídio, Axixá e Bom Galho; pela margem esquerda os riachos Companhia, Olaria e Peritoró, que recebe os rios Tapuio e Dona Joana.

A vegetação é formada principalmente pela mata dos cocais, capoeira mista, capoeirão latifoliado, campos cerrados e mata ciliar.

Espaço Urbano

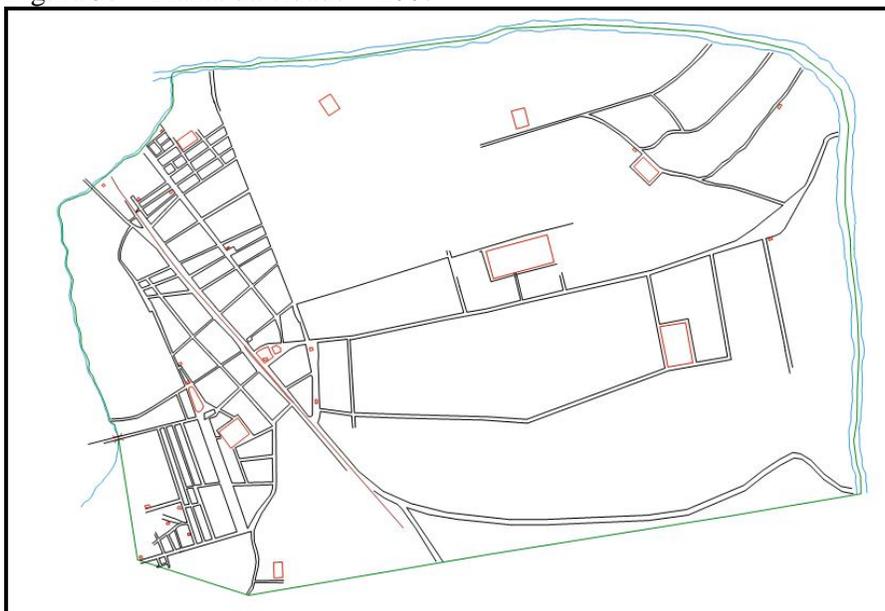
O início do povoado foi à margem direita do Rio Itapecuru. Com a construção da Rede Ferroviária do Nordeste (Transnordestina/ Figura 56) e da MA 332, a população se desenvolveu entre aquela ferrovia e a rodovia. O espaço urbano (Figura 57) apresenta uma topografia plana com residências geminadas e prédios públicos de arquitetura moderna dispostos às margens da rodovia. O município é dotado de infraestrutura, bom padrão construtivo e espaços consolidados.

Figura 56 – Trecho da Ferrovia Transnordestina em Pirapemas – 2012



Fonte: IMESC

Figura 57 – Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

O traçado urbano tem 41 ruas e cinco travessas pavimentadas com asfalto e bloquetes. Em Pirapemas são encontradas seis avenidas: Desembargador Joaquim Santos, Antonio Ribeiro, Viriato Correia, Vitorino Freire (Figura 58), João Castelo e Estrada de Matões todas arborizadas e ajardinadas. Possui quatro praças: João Lisboa (Figura 59), Carmina Moura, Saturnino Bello e o Largo do São Francisco, todas arborizadas e ajardinadas.

Figura 58 – Avenida Vitorino Freire – 2012



Fonte: IMESC

Figura 59 – Praça João Lisboa – 2013



Fonte: IMESC

Incluindo o espaço rural, o município tem 2.275 casas de tijolo, 672 de taipa revestida, 1.200 de taipa não revestida, quatro de madeira e 73 de outros materiais (BRASIL, 2013).

Em 2013, a cidade tinha 3,28 km² de extensão, ocupando 0,47% do território municipal.

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído em sítios, povoados, fazendas e assentamentos, detalhados a seguir:

Sítios: Alto Bonito, Altos, Anajá, Areias, Bagaceira, Barras, Bela Vista, Bicas, Boa Vista I, Boa Vista II, Bom Galho, Buriti, Caiçara, Campo das Águas, Campo Grande, Campos, Canta Galo, Cassangue, Catimbó, Centrinho I, Centrinho II, Chica Romana, Cinzenito, Coanzol, Cocal, Coco do Meio, Companhia, Conceição, Condonga, Deserto, Dimaroa, Dona Joana I, Dona Joana II, Espírito Santo, Farinha Seca, Faveira, Forquinha, Frederico, Guaribas, Igarapé das Cabaças, Igarapé Fundo II, Ipixane, Jenipapo, Lacráia, Lages, Lago Verde, Lagoa Bonita, Laranjeiras, Leão, Livramento, Luizinho, Macambira, Macaúba, Maio-ba, Mangueira I, Mangueira II, Marajá, Matinha, Morada Nova I, Morada Nova II, Morro Grande, Morros I, Morros II, Morros III, Paciência, Paiol Velho, Panaca, Panamirim, Pedra Grande, Pedra Rosada, Peritoró, Pindoba, Pindoal, Pinheiro, Pinto, Pequi, Pregos, Puraquê, Raposa, Remédios, Salgado, Salobro, Salta Pau, Santa Cruz, Santa Fé, Santa Luzia, Santa Severa, Santana, Santiago, Santo Antonio I, Santo Antonio II, Santo Honório, São Benedito, São Benedito dos Pretos, São José II, São José III, São Lourenço, São Matias, São Raimundo I, São Raimundo II, São Raimundo III, São Sebastião I, São Sebastião II, Sapucaia, Sem Chapéu, Serraria, Setúbal, Sítio Novo, Tanque, Telha, Timbambo, Tiquara, Unha de Gato, Urucu, Variante, Varjão, Vista Alegre, Vitória I e Vitória II.

Povoados: Matões e Santa Rosa.

Fazenda: Fazenda do Alto.

Assentamentos: Barriguda/Bagaceira, Barroca dos Veados, Lagoa Seca, Mata Fome, Nova Vida e São José da Vitória.

Utilização das Terras

A tabela 48 demonstra o uso da terra no espaço rural de Pirapemas. Os dados referentes aos estabelecimentos dificultam a análise quantitativa, pois um estabelecimento dedica-se sempre a mais de uma atividade. Em análise qualitativa pode-se perceber que os estabele-

cimentos se dedicam principalmente a agricultura temporária e permanente e a áreas de pastagens em suas variadas modalidades, a diversidade de reserva e outras utilidades próprias da área rural como tanques, lagos, açudes, construções, benfeitorias e caminhos.

Quando se trata da área rural do município, em 2006 dos 21.648 hectares, as pastagens em suas mais variadas utilizações são as mais importantes, as pastagens em boas condições representavam 20%, as pastagens naturais 17% e as pastagens plantadas degradadas 3%, totalizando, portanto 40%. A agricultura temporária correspondeu a 14% e a permanente 2%, matas e/ou florestas (destinada à preservação permanente – reserva legal) 2%, matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente – e as em sistema agroflorestais) 28%, os sistemas agroflorestais 14%, as áreas plantadas com forrageiras, tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura e construções, benfeitorias ou caminhos totalizaram menos de 1% cada (Tabela 48).

Tabela 48 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	214	342
Agricultura temporária	1.204	2.945
Áreas plantadas com forrageiras	18	67
Pastagens naturais	127	3.621
Pastagens plantadas, degradadas	21	610
Pastagens plantadas em boas condições	155	4.319
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	22	510
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e em sistemas agroflorestais)	152	5.966
Sistemas agroflorestais	85	3.146
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	17	47
Construções, benfeitorias ou caminhos	16	75
Total	-	21.648

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Quanto ao produtor, em 2006 foram registrados 1.421 estabelecimentos, destacando-se o ocupante com 29%, proprietário 27%, assentado sem titulação definitiva 20%,

parceiro 12%, arrendatário 10% e o produtor sem terra 2%. Nesse mesmo ano, dos 21.651 hectares, o proprietário respondeu com 80%, assentado sem titulação definitiva 13%, ocupante e arrendatário 3% cada e o parceiro 1% (Tabela 49).

Pode-se constatar que, tanto os estabelecimentos como a área estão em poder principalmente dos proprietários. Sabe-se que as relações de parcerias e arrendamentos são feitos com o proprietário, aumentando assim seus percentuais em estabelecimentos para 49% e área 84%.

Tabela 49 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	387	17.295
Assentado sem titulação definitiva	288	2.855
Arrendatário	147	682
Parceiro	177	257
Ocupante	408	562
Produtor sem área	14	0
Total	1.421	21.651

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Demografia

Em população, Pirapemas classifica-se no 34º lugar na Mesorregião Norte Maranhense o que corresponde a 0,67% da população. Na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim esse município está no 5º lugar com 8,25%. No Estado ocupa a 114º lugar em número de habitantes, o que representa 0,26% da população. Sua densidade demográfica é de 25,24 hab/km². O IDHM, em 2010, ocupou o valor de 0,576, sendo o 100º em relação ao Maranhão (IPEA, 2013).

Entre 2000 e 2010, a população total cresceu 15%, a masculina 14%, a feminina 16%, a urbana 30%; apenas a população rural diminuiu 5%; em relação ao gênero (Tabela 50), tanto em 2000 quanto em 2010, os homens e mulheres representavam 50% cada, logo, no intervalo desse decênio há uma equiparação entre os sexos masculino e feminino.

No ano 2000, a população urbana (Tabela 50), representou 57% e a rural 43%; em 2010 a urbana representa 64% e a rural 36%, tais dados demonstram que no decorrer desses

anos, a população urbana cresceu de forma acelerada e a rural diminuiu vertiginosamente. Portanto, a população do município, é de predominância urbana.

Em que pese à influência do meio rural na economia, a infraestrutura urbana, assistência à saúde e à educação são elementos que favorecem o êxodo rural. Também, as aposentadorias rurais e do idoso assim como a bolsa família são fatores que influenciam para a transferência de parte da população da área rural para a área urbana.

Tabela 50 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	7.591	8.666
Feminina	7.533	8.715
Urbana	8.546	11.146
Rural	6.578	6.235
Absoluta	15.124	17.381

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Saúde e Assistência Social

Em 2012, Pirapemas possuía um hospital público que realizava atendimentos em urgência/emergência e era equipado com 21 leitos distribuídos para o atendimento de clínica médica, obstetrícia, pediatria e clínica cirúrgica; os principais exames realizados eram ultrassonografia, exames laboratoriais, raio-X e eletrocardiograma.

No município realizam-se a distribuição de medicamentos e em casos de transferência de pacientes mais graves, saem de ambulância até São Luís. As doenças mais frequentes são: AVC, hipertensão, diabetes e verminoses.

Para atendimento à população dispõem de quatro médicos, distribuídos entre clínico geral, cirurgião e obstetra, três enfermeiros e 42 agentes comunitários de saúde. Além do hospital público, há um posto de saúde que funciona na sede, onde são realizadas consultas.

Desenvolvem o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), distribuído em sete equipes, cobrindo 100% do município, em sete postos de saúde. Conta com sete equipes de saúde bucal e procedem à distribuição de medicamentos. O programa dispõe de sete médicos, sete enfermeiros, sete dentistas e sete técnicos de enfermagem. Há o NASF que conta com fonoaudiólogo, psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista e educador físico.

A Secretaria de Assistência Social desenvolve os seguintes programas: Bolsa Família, PROJOVEM, com jovens de 15 a 17 anos, realizando atividades socioeducativas com 200 integrantes; PETI, que trabalha com crianças de 7 a 13 anos, realizando atividades socioeducativas, reforço escolar e esporte, possuindo dez polos com 350 integrantes; Conviver, grupo de idosos realizando atividades de lazer, lúdicas, oficinas de arte e outros trabalhos, atendendo 120 pessoas; ASEF, trabalha com crianças de 0 a 6 anos realizando atividades duas vezes na semana; BPC, presta amparo social ao idoso e ao deficiente, em parceria com o INSS.

Há o CRAS realizando programas com gestantes e com distribuição de enxoval. Vinculado ao CRAS está o PAIF (Programa de Apoio a Família) e o ASEF. No município ainda há dez parceiras leigas.

Educação

A rede de ensino do município mantém 60 escolas, das quais doze estão localizadas na área urbana e 48 na zona rural, onde estão matriculados 6.157 alunos, distribuídos em 308 salas de aula: creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e EJA, os três últimos nos três turnos. O corpo docente municipal está formado por 350 professores, dos quais 15% possuem magistério e 85% o ensino superior.

O município possui biblioteca, transporte escolar, laboratórios de informática e distribuição de material escolar.

Em relação à educação estadual há duas escolas na área urbana, onde estão matriculados 1.311 alunos, distribuídos em 15 salas de aula, entre ensino fundamental, ensino médio, nos turnos matutino e vespertino. O corpo docente é formado por 51 professores (MARRANHÃO, 2012).

Economia

Em relação ao PIB 2010, Pirapemas ocupava a 98ª posição, contribuindo com R\$ 80,675 milhões ou 0,18% no Estado, sendo o setor de serviços o mais representativo com R\$ 38,014 milhões, o setor agropecuário com R\$ 36,332 milhões, o industrial com R\$ 5,311 milhões e R\$1,018 milhão de contribuição de impostos (IMESC, 2012); esse município ocu-

pava naquele ano a 144^o posição em relação ao IDM (IMESC, 2012), correspondendo a 0,304. A renda per capita, no aludido ano, foi de R\$ 181,05, ocupava a 158^o posição (IPEA, 2013).

A economia do município é resultado, principalmente, das atividades primárias, relacionadas à agropecuária.

Agricultura

A agricultura é itinerante, voltada para a subsistência, tendo como produtos mais expressivos o arroz, feijão, mandioca e milho e na agricultura permanente a banana e a laranja.

Agricultura Temporária

A agricultura temporária é a mais significativa no município. Entre 2006 a 2012, a variação total de cada elemento comparado foi: área colhida 13%, quantidade produzida 15% e valor da produção 62%. Nesse mesmo período, a variação por produto foi – área colhida, arroz 11%, feijão 23%, mandioca 18% e milho 9%; em quantidade produzida – arroz -61%, feijão 23%, mandioca 43% e milho -6%; no rendimento médio – arroz -65%, feijão 0,6%, mandioca 21% e milho -14%; no valor de produção – o arroz 50%, feijão 23%, mandioca 168% e milho 13%.

Em 2006, dos 9.031 hectares colhidos, 41% foram de arroz, 8% de feijão, 22% de mandioca e 29% de milho; das 21.349 toneladas, a participação foi assim representada: arroz 24%, feijão 1%, mandioca 70% e milho 5%; o rendimento médio pode ser observado na tabela 51. No que se refere ao valor da produção dos R\$ 6.390 milhões, o arroz contribuiu com 38%, o feijão 8%, a mandioca 47% e o milho 7% (Tabela 51).

Em 2012, a área colhida era de 10.192 hectares, com as seguintes participações: o arroz 40%, feijão 9%, mandioca 23% e milho 28%; das 24.594 toneladas produzidas, as contribuições foram: arroz 9%, feijão 1%, mandioca 86% e milho 4%; o rendimento médio pode ser observado na tabela 51. Dos R\$ 10,360 milhões do valor da produção, o arroz participou com 12%, o feijão 6%, a mandioca com 77% e o milho 5% (Tabela 51).

Pela análise apresentada, observa-se que a mandioca foi o produto de maior participação em todos os itens apresentados, principalmente na comercialização em 2012 graças ao elevado preço da farinha d'água, que por sua vez valorizou o tubérculo.

Tabela 51 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2011
Arroz	3.715	4.118	5.090	1.985	1.370	482	2.443	1.231
Feijão	755	925	257	316	340	342	514	633
Mandioca	1.986	2.339	14.895	21.250	7.500	9.085	2.979	7.990
Milho	2.575	2.810	1.107	1.043	430	371	454	514
Total	9.031	10.192	21.349	24.595	-	-	6.390	10.360

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Horticultura

Embora o censo agropecuário – IBGE, 2006 (últimas informações publicadas) registre apenas três produtos (Tabela 52), em trabalho de campo obtiveram-se informações que produzem também alface, cheiro verde e pimenta, comercializados na feira local.

Exceto o maxixe, os produtos comercializados foram pepino e quiabo. Das cinco toneladas produzidas, 20% foram de quiabo e maxixe cada e 60% de pepino. Desses produtos, presume-se que o maxixe foi para autoconsumo, já que não se tem registro de comercialização; assim, foram vendidas apenas três toneladas das quais 67% de pepino e 33% de quiabo. Referida produção foi valorizada em R\$ 3 mil, cabendo 33% para pepino e quiabo cada e 34% para o maxixe (Tabela 52).

Tabela 52 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006

Produto	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Maxixe	1	0	1
Pepino	3	2	1
Quiabo	1	1	1
Total	5	3	3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Agricultura Permanente

Embora o município possua uma variedade significativa de frutos, só a banana e a laranja são considerados de valor econômico.

Entre 2006 e 2012, a área colhida e a quantidade produzida total aumentaram 80% cada e o valor da produção 113%. Nesse interstício, a área colhida com banana aumentou 63% e com laranja 150%; da quantidade produzida a banana demonstrou crescimento em 82% e a laranja em 75%; em relação ao rendimento médio as variações foram banana 12% e laranja -30%. Quanto ao valor da produção, o crescimento no período foi o seguinte – banana 88% e laranja 240%.

Em 2006, dos 10 hectares colhidos a banana ocupou 80% e a laranja 20%; quanto a quantidade produzida de 70 toneladas, 71% foi de banana e 29% de laranja; o rendimento médio da banana foi de 6.250 kg/ha e da laranja 10.000 kg/ha; em se tratando do valor da produção, dos R\$ 30 mil, 83% vieram da banana e 17% da laranja.

Em 2012, os resultados foram: área cultivada de 18 hectares, dos quais 72% foram de banana e 28% de laranja; da quantidade produzida de 126 toneladas, a banana ocupou 72% e a laranja 28%; o rendimento médio da banana e da laranja foi de 7.000 kg/ha cada, dos R\$ 64 mil, resultado do valor total da produção, 73% foi de banana e 27% de laranja.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais, em 2012, tinha 3.000 trabalhadores sindicalizados, embora tenha sido informado de que o total desses trabalhadores é bem maior.

Pecuária

A pecuária é semiextensiva e utiliza pastos naturais e plantados. Os rebanhos mais importantes são aves, suíno e bovino, este último voltado para a produção de leite e os demais para abate.

Entre 2006 e 2012, a variação do rebanho total foi de -5%, portanto, diminuiu. Por tipo as variações foram: bovino 17%, equino 6%, asinino 2%, muar 8%, suíno -8%, caprino 0,17%, ovino 21% e aves -9%.

Comparando a participação de cada rebanho por ano, em 2006 das 138.161 cabeças, o bovino representou 10%, o equino, asinino e ovino 1% cada, suíno 30%, caprino 6%, aves 51% e o muar com menos de 1%. Em 2012, das 130.846 cabeças as participações foram assim descritas: bovino 12%, equino, asinino e ovino 1% cada, suíno 29%, caprino 6% e aves 50%, o muar novamente menos de 1% (Tabela 53).

Alguns rebanhos que apresentaram menor percentual são aqueles que antes eram utilizados como meio de transporte de pessoas e de cargas e que, estão sendo, gradativamente, substituídos por veículos motorizados, exceto o ovino que não tem utilidade econômica definida.

Constata-se na análise desses dados que os rebanhos mais significativos são as aves e os suínos. O número de aves (galinhas, galos, frangos, frangas e pintos) chama a atenção, uma vez que na pesquisa não foram identificadas granjas no município, certamente as aves são criadas no quintal, alguns com recursos do PRONAF.

Tabela 53 – Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	13.684	16.002
Equino	776	823
Asinino	1.298	1.325
Muar	300	323
Suíno	41.140	37.666
Caprino	8.163	8.177
Ovino	1.166	1.413
Aves	71.634	65.117
Total	138.161	130.846

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

Em 2011, foram produzidos no município 321.000 litros de leite que renderam R\$ 513 mil, além de 68.000 dúzias de ovos de galinha que renderam R\$ 340 mil, cujo total da produção foi de R\$ 853 mil.

Extrativismo

Os produtos extrativos vegetais que se destacam economicamente no município são: carvão vegetal, amêndoa de babaçu (quantificados em toneladas), lenha e madeira em tora (quantificados em metros cúbicos) (IBGE, 2012).

Em 2012, das 3.062 toneladas de quantidade produzida, o mais importante foi o carvão vegetal representando 69% e a amêndoa de babaçu 31%. Dos 75 metros cúbicos, a lenha e a madeira em tora corresponderam respectivamente a 51% e 49%. Nesse mesmo ano, o valor de produção foi de R\$ 5,187 milhões, dos quais o carvão vegetal rendeu 65%, amêndoa de babaçu 35%, a lenha e a madeira em tora juntas menos de 1% (Tabela 54).

Produtos como a lenha e a madeira em tora são causadores de desmatamento e poluição. A lenha resulta da queima de matas na área rural para roças e utilizadas como combus-

tível nas casas de farinha, cerâmicas e padarias; a madeira em tora é retirada muitas vezes de forma indiscriminada das matas, causando desmatamento. Em trabalho de campo foi constatado que o carvão vegetal é produzido também do endocarpo do babaçu, este causa menos poluição e danos à natureza que o carvão extraído da madeira.

A amêndoa de babaçu produz óleo que resulta na fabricação de vários produtos, como: sabão, sabonetes, margarina e outros, além de ser utilizada na culinária com o uso do “leite”; o mesocarpo é alimento nutritivo e do endocarpo pode-se obter carvão que é menos poluente que o carvão derivado da lenha e possui maior poder de combustão.

Tabela 54 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	952	-	1.809
Carvão vegetal	2.110	-	3.376
Lenha	-	38	1
Madeira em tora	-	37	1
Total	3.062	75	5.187

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Em relação ao extrativismo mineral, destaca-se que, embora ilegal, há extração de areia em alguns rios do município, contribuindo para que eles sejam assoreados.

Pesca e Piscicultura

A pesca, realizada em ambiente fluvial, é eminentemente artesanal e voltada, principalmente, para o autoconsumo. Na época da desova os pescadores recebem o defeso. As principais espécies pescadas são: curimatá (*Prochilodus ssp*), traíra (*Hoplias malabaricus*), piaba (*Astyanax bimaculatus*), piranha (*Pygocentrus nattereri*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), bico de pato (*Sorubim lima*) e piau (*Leporinus obtusidens*).

Em Pirapemas há piscicultura praticada por pequenos produtores. As principais espécies são: tambaqui (*Colossoma macropomum*), tambacu (*Colossoma macropomum* + *Piaractus masopotamicus*/ cruzamento entre o tambaqui e o pacu), tilápia (*Tilápia rendali* ou *Oreochromis niloticus*) e pacu (*Piaractus masopotamicus*).

Embora não haja estatística de pesca, infere-se a sua importância na economia pela existência de, aproximadamente, 200 pescadores registrados na Colônia de Pescadores.

Indústria

As indústrias que se destacam são a de roupas (fardamento escolar), de beneficiamento de arroz, extração de óleo do babaçu, padarias e casas de farinha na área rural.

Turismo

O turismo é pouco desenvolvido; o principal potencial são os rios, destacando-se o Itapecuru, a fonte da Bica, balneário da Inês (Figura 60), açude da Forquilha, além do turismo religioso, com destaque para os festejos de São José, São Francisco e Nossa Senhora da Conceição, as festas juninas, as procissões dos terreiros de umbanda, a estação de trem de 1920, com arquitetura colonial (Figura 61), as vaquejadas do Parque Celedonio, do Louro e de Totonio Godó, os festivais do peixe, em julho e do coco babaçu, o encanto dos ritmos populares representados pelo reggae e o forró e pratos típicas como: galinha caipira e o bode ambos no leite de coco. Para isso conta com o apoio de cinco hotéis e uma pousada.

Figura 60 – Balneario da Inês – 2012



Fonte: IMESC

Figura 61 – Estação de trem – 2012



Fonte: IMESC

Comércio

O comércio é essencialmente varejista, representado por quitandas, supermercado, mercado e feiras distribuídos ao longo das principais avenidas e, muitas vezes, na parte inferior das próprias residências (Figura 62), tendo como principais polos abastecedores São Luís, Bacabal, Teresina e Fortaleza.

No município há sete farmácias e uma casa voltada para o agronegócio.

Figura 62 – Comércio na parte inferior das residências – 2012



Fonte: IMESC

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Cantanhede e tem um cartório. Faz parte da 68ª zona eleitoral, com 39 seções, 12.232 eleitores e onze vereadores (BRASIL, 2014).

Em relação à segurança pública, há uma delegacia e um quartel de polícia, com oito policiais militares e dois civis.

Religião

A religião predominante é o catolicismo com quatro igrejas na área urbana, sendo uma dedicada à padroeira do município Nossa Senhora da Conceição (Figura 63) e capelas na área rural. Os principais festejos são: da padroeira, de São José, São Francisco e São Bartolomeu.

Os templos evangélicos são dez na área urbana e outros distribuídos nos povoados divididos nas congregações Batista, Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus e Testemunhas de Jeová. Os centros espíritas são dois, São José e São Judas Tadeu.

Os terreiros de origem africana ou indígena são seis com festas grandiosas dedicadas a Santa Bárbara, São Sebastião, Santa Luzia e São Marçal e acontecem, principalmente, no mês de dezembro. Algo diferenciado no município são as procissões dos santos festejados nos terreiros de umbanda.

Figura 63 – Igreja Nossa Senhora da Conceição – 2012



Fonte: IMESC

Em 2010, o IBGE entrevistou 17.381 habitantes, destes 87% eram católicos, 9% evangélicos, 1% de outras religiões e 2% sem religião; espíritas, umbandistas, candomblé e não sabem, representaram juntos 1%. Pela tabela 55, verifica-se que o número de católicos é significativo.

Tabela 55 – Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	15.135
Evangélicos	1.623
Espíritas	15
Umbanda e candomblé	34
Outras religiões	151
Sem religião	399
Não sabe	24
Total	17.381

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água está a cargo da CAEMA. A captação é feita principalmente através do Rio Itapecuru, sendo depois tratada para o consumo, atendendo a 70% do abastecimento residencial e 100% do abastecimento público e empresarial e por poços artesanais na área rural. Foram registradas 2.314 ligações (BRASIL, 2013).

O município não tem sistema de coleta, tratamento e destinação final do esgoto doméstico. As fossas sépticas são utilizadas na área urbana, enquanto que na rural são mais rudimentares e por vezes inexistentes. Registrou-se 2.439 fossas no município (BRASIL, 2012).

A coleta de lixo é realizada diariamente na sede sendo o mesmo depositado a 4 km da cidade no lixão Morro da Balança, transportado por meio de caminhão.

A energia elétrica é de responsabilidade da CEMAR, através da subestação de Miranda do Norte, contemplando 100% da área urbana e rural.

O total de consumidores em 2010 foi de 47.986 usuários; o maior consumo foi o residencial com 92%, o rural e o industrial representaram 1% cada, o comercial 4%, o poder público 2%, os demais usos somaram juntos menos de 1%. Nesse mesmo ano, foram consu-

midos 4.914.675 MWh dos quais, 61% residencial, 1% industrial e rural cada, 5% comercial, 7% poder público, 11% serviço público e 14% iluminação pública (Tabela 56).

Tabela 56 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010

Usuário	Número de consumidores	Consumo em MWh
Residencial	44.258	3.009.075
Rural	388	40.504
Comercial	1.951	242.319
Industrial	320	35.172
Poder público	927	330.850
Serviço público	130	547.195
Iluminação pública	12	709.560
Total	47.986	4.914.675

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma emissora de rádio – a Progresso, dois postos de atendimento bancário, um do Bradesco e outro do Banco do Brasil, uma Agência dos Correios, uma Casa Lotérica e telefonia fixa da Oi e móvel da TIM, internet da TIM via rádio.

Possui 82 terminais telefônicos acessíveis 24 horas e 86 telefones públicos (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

As principais atrações folclóricas são as festas religiosas, principalmente a de Nossa Senhora da Conceição, o carnaval tradicional de rua e os festejos juninos, com danças típicas como o bumba-meu-boi de orquestra, sendo o mais conhecido o Boi Brilho de Pirapemas, tambor de crioula, quadrilhas, dança *country*, dança portuguesa e as tradicionais festas e procissões dos terreiros de umbanda.

O município conta com uma quadra e um ginásio poliesportivo, este último com capacidade para 4.000 pessoas, quatro campos de futebol (Figura 64), um estádio com capacidade para 10.000 pessoas, quatro restaurantes, quatro lanchonetes, três casas de show (Gape,

Estresse Zero e Choperia do Riba), duas bibliotecas, escola de artes marciais, fanfarras e inúmeros bares. Promovem gincanas nas escolas.

Figura 64 – Campo de futebol – 2012



Fonte: IMESC

Transporte

A cidade de Pirapemas fica a 184 km aproximadamente da capital São Luís. Esse percurso é feito pela BR 135 até o município Matões do Norte e daí pela MA 332 passando pelo Município Cantanhede; depois de 40 km chega-se à cidade de Pirapemas.

O meio de transporte mais utilizado é o rodoviário; o deslocamento intermunicipal é feito por vans, mototáxis, motos, micro-ônibus e ônibus da empresa Guanabara que faz linha diariamente.

O deslocamento urbano/rural é feito em D-20 ou pau de arara, mototáxis, motos, táxis e transporte a tração animal. Dentro do espaço urbano o transporte é realizado por meio de mototáxis, motos e táxis.

2.7 Presidente Vargas

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Santa Luzia nome inaugural da vila
Fundada pelo Coronel Pedro Daréu,
E o povoado prosperando a cada dia,
Para honra destas placas, elevou-se
Em cidade, bela Presidente Vargas, (Bis)

Pelas águas do Munim navegavam
Lindos sonhos deste povo tão gentil.
Balneário Salgador, confortando e
dando vida, faz amar mais o Brasil (Bis)

Sua natureza plena de beleza, fauna
exuberante, flora muito mais. As juçareiras
e os buritizais; cenários cativantes
no meio dos brejais.
Jaborandi e os babaquais
Riquezas dominantes dos nossos ancestrais.

Brava gente, Presvarguense, imponência
De maranhense; Santa Luzia, padroeira,
Dai-nos graças à vida inteira.

Letra e música: Horacio Manoel

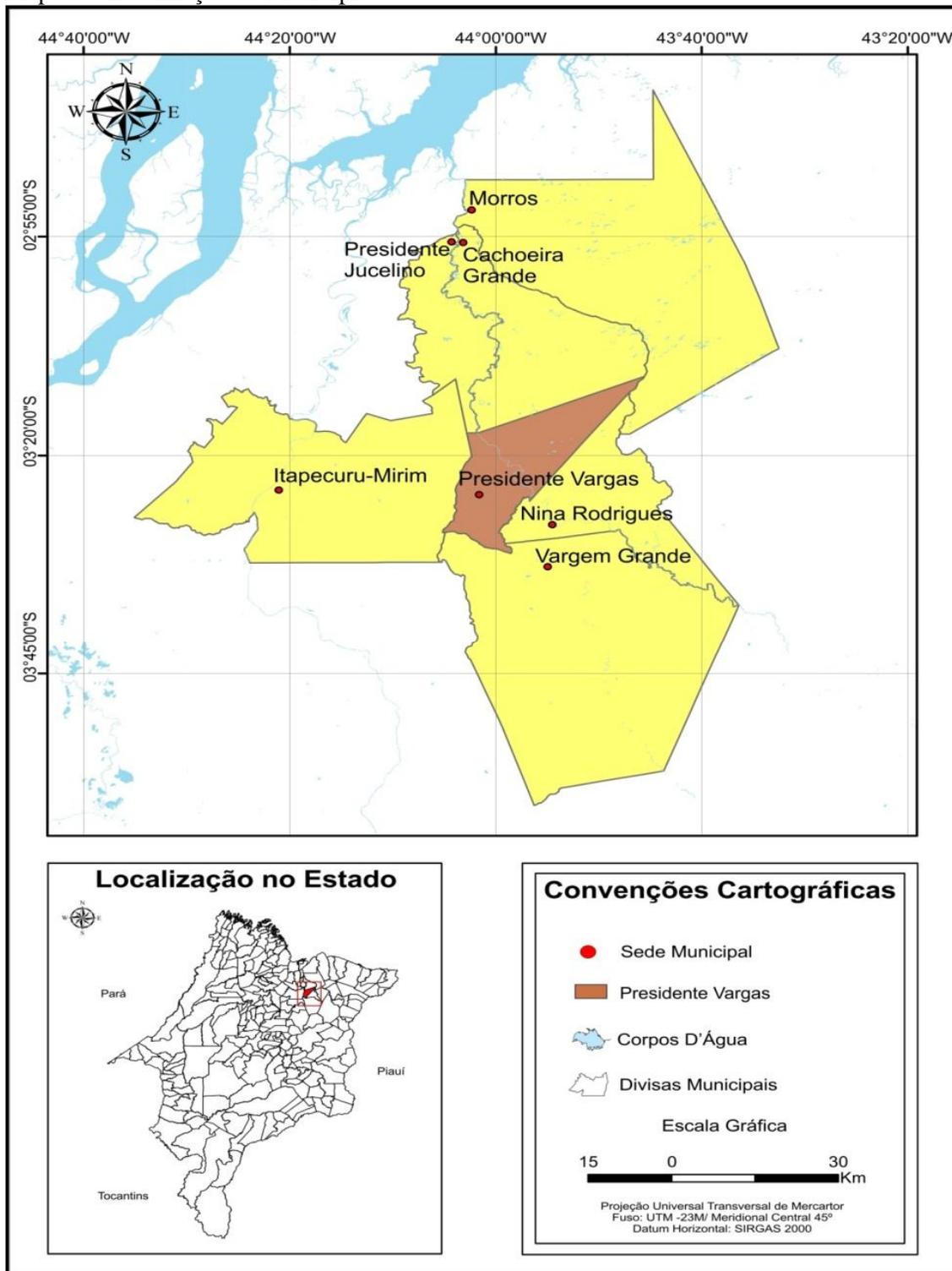
Localização

Localizado no Médio Vale do Rio Munim, o município Presidente Vargas faz parte da Mesorregião Norte Maranhense, Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Cachoeira Grande, ao Oeste com Itapecuru-Mirim e Presidente Juscelino, ao Sul com Vargem Grande e ao Leste com Nina Rodrigues (Mapa 8).

Os pontos extremos correspondem as seguintes coordenadas geográficas: Norte - 03°10'56" de latitude e -43°45'33" de longitude; Oeste -44°04'52" de longitude e -03°28'45" de latitude; Sul -03°31'10" de latitude e -43°58'31" de longitude ; Leste -43°45'33" de longitude e -03°10'56" de latitude.

Mapa 8 – Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Extensão

O município tem 459,36 km², sendo o 171º do Estado em extensão, correspondendo a 0,14 % do território maranhense. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa 43º posição, representando 0,87% e na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim ocupa 7º posição, representando 6,51% do Estado.

Processo de Ocupação

A história do município Presidente Vargas remonta ao ano de 1829 quando a decadente fazenda Santa Luzia, existente no lugar em que hoje está situada a sede municipal, foi adquirida pela Sr^a Maria Francisca Frazão Mendes que se dedicou ao plantio de cana-de-açúcar e à criação de gado.

Mais tarde, com o desenvolvimento do povoado elevou-se também o número de habitantes, chegando neste o comerciante Pedro José Frazão, conhecido como Pedro “Daréu”. Homem de grande visão e capacidade de trabalho logo se tornou a personalidade mais importante da povoação, cuja denominação passou a ser Santa Luzia do Daréu.

Em 1962, o vereador Wladimir Barbosa Uchôa que representava o então distrito na Câmara Municipal de Vargem Grande, decidiu lutar pela sua emancipação, e foi bem sucedido. No dia 09 de junho de 1964, pela Lei N^o 2.376, Santa Luzia do Daréu foi elevada à categoria de cidade e sede do município, desmembrando-se de Vargem Grande, tomando a denominação de Presidente Vargas, por ser um nome politicamente mais viável à sua emancipação, instalado em 12-02-1965. Em divisão territorial de 1-1-1979, o município ficou constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial de 1995.

Em sua vida política, o município teve até 2012 os seguintes prefeitos: José do Lago Lima (interino), Wladimir Barbosa Uchôa, Luiz Alberto Coqueiro, João Uchôa Mendes, Afonso Celso Viana Neto, Manoel Mendonça Nicácio, Sebastião Figueiredo Mendes, Afonso Celso Viana Neto, José Bezerra Frazão, Raimundo Bartolomeu Aguiar e Luís Gonzaga Coqueiro Sobrinho.

Ambiente Físico

A geologia do município apresenta formações do Mesozóico, período Triássico compreendido entre 248 a 208 milhões de anos, apresentando a Formação Sambaíba ao longo do Rio Munim, composito-se de arenitos róseos e avermelhados, finos e médios, bem selecionados e arredondados com estratificação cruzada pouco argilosa, com finas intercalações de sílex; Formação Itapecuru, do Cretáceo, compreendido entre 145 a 65 milhões de anos, constituído de arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, geralmente com estratificação horizontal, representando quase a totalidade do território; do Cenozóico, Período Quaternário, representado por depósitos holocênicos de aluviões marinhos, constituído por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas (UEMA, 2002).

A geomorfologia está enquadrada na Superfície Maranhense com Testemunhos, correspondente a uma área aplainada durante o ciclo Velhas, devido a menor resistência das rochas, favorecendo a maior atuação dos processos de pediplanação, dominada em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira.

Os solos são representados pelos plintossolos, dominantes no município, com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso; plintossolos concrecionários; latossolos amarelos, profundos, bem drenados, de textura argilosa, porosos, friáveis, cores variando do vermelho até amarelo ou bruno forte; areias marinhas e dunas, solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, excessivamente drenados, com baixos teores de argilas, distróficos e ácidos e argissolo vermelho amarelo concrecionário.

O clima é tropical subúmido distribuído em dois períodos: chuvoso de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro. A umidade relativa do ar anual está entre 79% e 82%. Em relação aos totais pluviométricos, apresenta entre 2.000 a 2.400 mm anuais; a temperatura média anual é superior a 27°C.

O município Presidente Vargas faz parte da bacia hidrográfica do Rio Munim, sendo seu território cortado pelo referido rio, tendo como afluentes no município os Riachos do Parazinho, Jaboti, Santa Rosa, das Palmeiras, da Água Fria, Paulica, Mocambo e o Rio Guará, além das Lagoas Grande, Seca e outras.

A vegetação é formada principalmente pela mata dos cocais, representada pelo babaçual, capoeira mista, capoeirão latifoliado, campos cerrados e mata ciliar.

O Nordeste do município está localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) – Upaon-Açu/ Miritiba/ Alto Preguiças.

Espaço Urbano

A cidade apresenta uma topografia de planície ondulada, dotada de infraestrutura, bom padrão construtivo e espaços consolidados (Figura 65). Presidente Vargas tem 80% de suas ruas pavimentadas, sendo 60% com asfalto, 20% com pedras e 20% sem pavimentação; 100% das travessas são pavimentadas com pedras, além de duas avenidas: Pio XII e Pedro Daréu (Figura 66), a primeira arborizada e a segunda arborizada e ajardinada, duas praças, a do Largo da Igreja e Walter Ferreira (Figura 67), arborizadas e ajardinadas.

O principal bairro é o Cohab.

Figura 65 – Padrão construtivo das residências – 2012



Fonte: IMESC

Figura 66 – Av. Pedro Daréu – 2012



Fonte: IMESC

Figura 67 – Praça Walter Ferreira – 2012

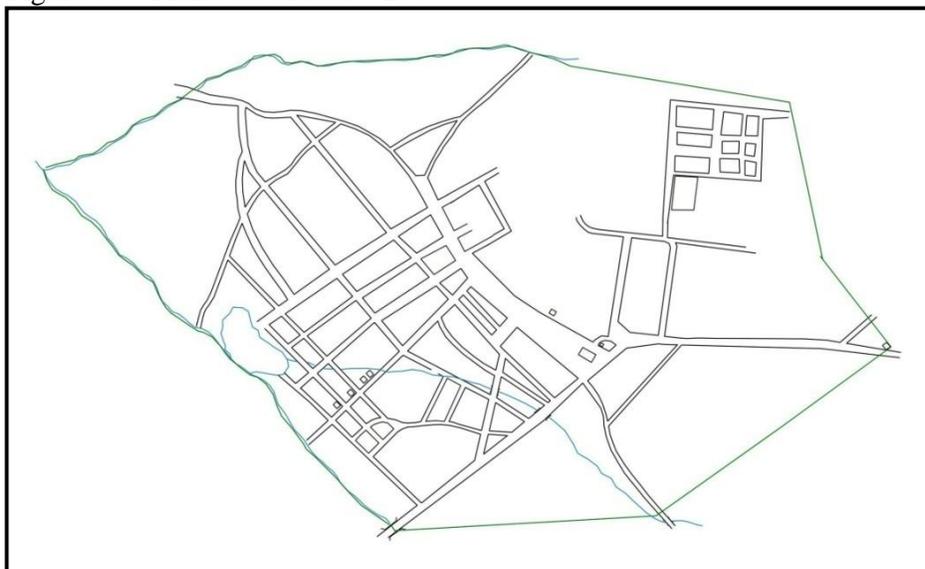


Fonte: IMESC

O município registrou 473 casas construídas com tijolo, 703 de taipa revestida, 1.499 de taipa não revestida, 39 de madeira e 135 de outros materiais (BRASIL, 2013).

Em 2013, a cidade de Presidente Vargas (Figura 68) tinha 3,22 km² de extensão, ocupando 0,64% do território municipal.

Figura 68 – Planta da Cidade – 2007



Fonte: IBGE

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído em sítios, povoados, vilas, assentamentos e quilombos, detalhados a seguir:

Sítios: Alto Alegre, Andirobal I, Andirobal II, Areal, Barredo Novo, Barredo Velho, Barreiras, Barriguda, Barro Vermelho, Bela Vista, Boa Hora I, Boa Hora II, Boca do Campo, Bom Fim, Bom Jardim da Beira, Buriti, Buriti Comprido, Buritirana, Caiçara, Cajazal, Cajazeiras, Caldeirões, Campestre, Campestre dos Cinigundes, Campestre do João Aguiar, Campinho, Campo Comprido, Catarina, Cavianã, Centro do Aguiar, Centro dos Vieiras, Cesaréa, Cigana, Coco do Feitosa, Coco do Marcelino, Coco do Paulo, Cueca, Coqueirópolis, Criminoso, Estiva do Cotó I, Estiva do Cotó II, Estivinha, Felipe, Ferrugem, Filomena, Finca Pé II, Fojo, Gaiola Grande, Hilário, Ilha do Campo, Ilha do Meio, Jaborandi, Jaboti, Jundiá, Lagoa Grande, Lagoa Seca, Leite, Mato Grosso, Mirim, Mombaça, Morada Nova, Mãe d'Água, Nascimento, Nova Vida, Palmeiras, Parazinho, Pau d'Arco, Pindoal, Pequi, Pequezeiro, Porto Alegre, Poções, Primavera, Primeiro Campo, Recanto da Cruz, Riachão, Salgador, Santa Luzia, Santa Rosa I, São Domingos, São José, São Luís, Tapera Grande, Torres, Água Azeda, Água Branca e Água Fria.

Povoados: Santana, Sapucaial e Sororoca.

Vila: Silvestre Martins.

Assentamentos: Finca Pé I, Tauá do Centro/Gaiola Grande e Gaiolinha I.

Quilombos: no município há 15 comunidades de remanescentes quilombolas: Cajazal, Fincapé I, Fincapé II, Sapucaial, Boa Hora, Boa Hora I, Boa Hora do Puluca, Puçã, Bom Jardim da Beira, Estiva dos Cotós, Cavianã, Lagoa Grande, Filomena, Sororoca e Cigana Grande. Referidos quilombos possuem 338 famílias e um total de 1.538 habitantes, sendo em sua grande maioria crianças de 0 a 14 anos e adultos de 22 a 59 anos.

Particularizando atividades econômicas, infraestrutura, socioeducativas e de saúde relacionado aos quilombos, obteve-se as informações a seguir, até agora não conseguidas em outros trabalhos de campo em outros municípios.

O abastecimento de água é feito em seis comunidades por cacimbas, seis por poços artesianos, uma pelo rio, uma por poço e uma por poço artesiano e cacimba, já o armazenamento é todo feito em baldes. Em nove comunidades há associações.

A renda familiar é proveniente de aposentadorias, da produção agrícola, dos programas sociais e do extrativismo, tendo as famílias uma renda de aproximadamente R\$ 120,00 (cento e vinte reais). As famílias trabalham principalmente com a agricultura familiar na produção de mandioca, arroz, milho e feijão e com o extrativismo.

Os meios de transportes mais utilizados são a bicicleta, a moto e o carro, demonstrando que cada vez mais se deixa a tradição da locomoção por tração animal. A energia elétrica está presente em onze comunidades, enquanto que nas outras quatro (Cajazal, Puçã, Bom Jardim e Cigana Grande), ainda não há energia elétrica.

Quanto à natureza das terras, duas comunidades foram compradas (cédula da terra), em uma houve apropriação por posse, outras duas são terras particulares e uma está em processo de doação, uma foi de herança. Não se teve informações das demais.

Quanto à educação, todas as comunidades têm escolas funcionando com pré-escola e ensino fundamental de 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano e ensino médio e os alunos para chegarem às escolas precisam percorrer alguns quilômetros de bicicleta ou de ônibus escolar. As comunidades são assistidas pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde Estratégia de Saúde da Família. Há postos de saúde (alvenaria) apenas nas comunidades de Sapucaial e Boa Hora, sendo as doenças mais comuns à gastroenterocolite aguda e a desnutrição.

Muitos moradores dessas comunidades não possuem carteira de identidade, de trabalho, CPF, título de eleitor e de serviço militar.

Utilização das Terras

O espaço rural apresenta apenas duas atividades significativas – a agricultura temporária e permanente. Um único estabelecimento pode desenvolver as duas atividades – usos e ocupações, o que dificulta a análise percentual de seus valores.

Quanto à área, dos 8.181 hectares, a agricultura temporária ocupou praticamente 100% hectares, uma vez que a agricultura permanente registrou apenas, 0,08% de área.

Condição do Produtor

Quanto ao produtor, em 2006 foram registrados 1.187 estabelecimentos, destacando-se o ocupante com 75%, o proprietário com 22%, o assentado sem titulação definitiva e o parceiro com 1% cada, o arrendatário e o produtor sem terra representaram juntos 1%. Nesse mesmo ano, dos 8.351 hectares, o ocupante respondeu por 95,5%, o proprietário por 4%, o assentado e o parceiro responderam juntos por 0,5% (Tabela 57).

Pode-se constatar que, tanto os estabelecimentos como a área estão em poder principalmente dos ocupantes, que utilizam terras devolutas e não têm título de posse da mesma, podendo a qualquer momento serem despejados pelos donos das terras. Em relação às parcerias e arrendamentos são feitos com o proprietário, aumentando assim seus percentuais em estabelecimentos e área por hectare.

Ficou evidente a pequena produção agrícola, cujas causas podem ser a pobreza dos solos, a tecnologia tradicional e, principalmente, a falta de políticas públicas voltadas para o produtor rural.

Tabela 57 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	264	352
Assentado sem titulação definitiva	15	10
Arrendatário	1	0
Parceiro	11	13
Ocupante	891	7.976
Produtor sem área	5	0
Total	1.187	8.351

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Demografia

Em população, Presidente Vargas classificou-se no 54º lugar na Mesorregião Norte Maranhense, o que corresponde a 0,41% da população. Na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim está no 8º lugar com 5,09%. No Estado ocupou a 169º lugar em número de habitantes, o que representa 0,16%. A densidade demográfica é de 23,33 hab/km² e o IDHM em 2010 obteve o valor de 0,587, sendo o 79º em relação ao Maranhão (IPEA, 2013).

Entre 2000 e 2010, a população total cresceu 2%, a masculina 3%, a feminina 1%, a urbana 22%, apenas a rural diminuiu 9%. Em relação ao gênero (Tabela 58), tanto em 2000 quanto em 2010, os homens representavam 51% e as mulheres 49%. No intervalo desses dez anos, há uma equiparação entre homens e mulheres.

No ano 2000 a população urbana (Tabela 58), representou 36% e a rural 64%; em 2010 a urbana representou 43% e a rural 57%; tais dados demonstram que no decorrer desses anos, a população urbana cresceu e a rural diminuiu, ainda que de forma lenta. Além disso, a população do município continua eminentemente rural, apesar do considerável aumento da população urbana.

Tabela 58 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	5.301	5.460
Feminina	5.182	5.257
Urbana	3.744	4.581
Rural	6.739	6.136
Absoluta	10.483	10.717

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Saúde e Assistência Social

Em 2012 quando foi realizada a pesquisa em Presidente Vargas, existia um hospital público que estava pronto, faltando apenas ser equipado. Esse hospital desenvolveria os trabalhos em regime de gestão dupla, atendimento tanto municipal quanto estadual. Havia também uma Unidade Mista (Figura 69) equipada com 24 leitos divididos entre emergência/urgência e um setor de internação, sendo distribuídos leitos para atendimento em clínica médica, obstetrícia, pediatria e outras patologias. Os principais exames realizados são ultrassonografia, exames laboratoriais, raio-X e odontológico.

No município, há distribuição de medicamentos e em casos de transferência de pacientes mais graves, saem de ambulância da prefeitura até Itapecuru-Mirim ou para a capital São Luís. As doenças mais frequentes são amebíase, helmintíase e AVC. Para o atendimento à população o município dispõe de oito médicos, sendo seis clínicos, um cirurgião e um ultrassonografista, três enfermeiros e treze técnicos de enfermagem.

Figura 69 – Unidade Mista – 2012



Fonte: IMESC

Em Presidente Vargas funciona o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), constituído de cinco equipes que atendem a 100% do município. Conta com duas equipes de saúde bucal e realizam a distribuição de medicamentos. O ESF dispõe de cinco médicos (ortopedista, ginecologista e oncologista), cinco enfermeiros, dois dentistas e oito técnicos e/ou auxiliares de enfermagem. As doenças mais comuns são amebíase, helmintíase, AVC, dermatoses, hanseníase, leishmaniose, hipertensão arterial sistêmica (HAS) e diabetes.

O município possui 35 agentes comunitários de saúde, dos quais doze trabalham na área urbana e 23 na área rural.

A Secretaria de Saúde trabalha com o Programa do Leite, fazendo distribuição do mesmo, duas vezes na semana, para as crianças desnutridas, gestantes, idosos, deficientes físicos e pessoas com tuberculose e hanseníase. Há controle para a prevenção da dengue e da

malária, pela vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, responsável pela vistoria de determinados estabelecimentos.

A Secretaria de Assistência Social desenvolve os seguintes Programas: o Bolsa Família com 1.775 pessoas cadastradas, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com crianças de 0 a 6 anos, realizando atividades socioeducativas em parceria com a pastoral da criança de 6 a 15 anos, com o PETI de 15 a 17 anos, com o PROJOVEM – com 96 jovens inscritos e com idosos, realizando atividades físicas e palestras. Desenvolve também políticas públicas para a juventude e parcerias com a APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais), efetuando trabalhos com crianças e adolescentes com deficiência, possuindo laboratório de informática e telecentro, além de projetos com comunidades quilombolas.

Há o CRAS, com programas de proteção básica, com assistência de um psicólogo e uma assistente social, realiza também parceria com a APAE, por meio de acompanhamento com especialistas, como fonoaudiólogos, com trabalhos de acompanhamento em assentamentos e comunidades quilombolas. No município há, ainda, quatro parteiras, uma na sede e três na área rural.

Educação

A rede de ensino do município mantém 63 escolas, das quais sete na área urbana e 56 na zona rural, onde estão matriculados 4.221 alunos, distribuídos em 107 salas de aula e 188 turmas entre creche, pré-escola, ensino fundamental e EJA, nos turnos matutino e vespertino.

O corpo docente municipal está distribuído em 244 professores, dos quais 184 são efetivos e 60 contratados; desses, 20% possuem magistério e 80% o ensino superior.

O município possui biblioteca, fornece transporte escolar, sete laboratórios de informática e distribuição de fardamento escolar e o programa saúde na escola em parceria com a Secretaria

No ensino particular, há duas escolas: a Emília Ferreira (alfabetização) e a Emília Xavier Ferreira.

Quanto ao ensino superior, há no município uma instituição particular, o CECE-MA (Centro de Educação Continuada), mantendo os cursos de Pedagogia, Teologia e Letras.

Economia

O PIB em 2010 ocupava a 168ª posição no Maranhão, contribuindo com R\$ 41,930 milhões, correspondendo a 0,09% do Estado, sendo o setor de serviços o mais representativo com R\$ 22,992 milhões; o setor agropecuário com R\$ 15,107 milhões; o industrial com R\$ 3,272 milhões e R\$ 559 mil de contribuição de impostos (IMESC, 2012); naquele ano classificou-se na 142ª posição em relação ao IDM (IMESC, 2012) correspondendo a 0,305. A renda per capita, no aludido ano, foi de R\$ 149,19 reais, ocupando a 197ª posição no Estado (IPEA, 2013).

A economia do município é resultado principalmente de atividades primárias, relacionadas à agropecuária.

Agricultura

A agricultura é itinerante, voltada principalmente para a subsistência, e o remanescente é comercializado no próprio município. Destacam-se cinco produtos: arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho e, na agricultura permanente, a banana e a laranja.

Agricultura Temporária

A agricultura temporária é a mais significativa no município. Entre 2006 e 2012, apresentou as seguintes variáveis: área colhida 6%, quantidade produzida 34% e valor da produção 116%. Quanto aos produtos por item analisado, a área colhida teve os seguintes resultados: arroz 15%, feijão 67%, mandioca -2% e milho 31%; em quantidade produzida o arroz -52%, feijão 46%, mandioca 41% e milho -13%; no rendimento médio os resultados foram: arroz -59%, feijão -13%, mandioca 44% e milho -34%; no valor da produção: arroz -56%, feijão 103%, mandioca 170% e milho 11%. A cana-de-açúcar não foi avaliada, porque só aparece em 2006.

Em 2006, dos 3.117 hectares colhidos, 25% foram de arroz, cana-de-açúcar 0,03%, feijão 2%, mandioca 69% e milho 4%; das 14.645 toneladas coube ao arroz 7%, a mandioca 92%, cana-de-açúcar, feijão e milho reunidos alcançaram 1%; o rendimento médio pode ser observado na tabela 59; quanto ao valor da produção, dos R\$ 2,710 milhões arrecadados os resultados foram: arroz 23%, a cana-de-açúcar 0,07%, feijão e milho 1% cada e mandioca 75%.

Em 2012, dos 3.292 hectares colhidos foram obtidos os seguintes resultados: arroz 28%, feijão 3%, mandioca 64% e milho 5%; das 19.597 toneladas, o arroz representou 3%, a mandioca 97%, o feijão e o milho alcançaram menos de 0,5%; o rendimento médio pode ser observado na tabela 59; no que tange ao valor de produção, dos R\$ 5,851 milhões adquiridos: arroz 5%, feijão e milho 1% cada e mandioca 94%.

Pelas explicações feitas e baseadas na Tabela 59, verifica-se que a mandioca é o único produto da agricultura temporária que sustenta a economia; certamente as tecnologias modernas e a assistência ao produtor mudariam o cenário econômico agrícola do município.

Tabela 59 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	788	903	1.024	490	1.299	527	614	268
Cana-de-açúcar	1	-	15	-	15.000	-	2	-
Feijão	57	95	24	35	421	368	40	81
Mandioca	2.145	2.102	13.514	19.013	6.300	9.045	2.027	5.472
Milho	126	165	68	59	540	358	27	30
Total	3.117	3.292	14.645	19.597	-	-	2.710	5.851

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Horticultura

Embora o município cultive varias hortaliças, o único que mereceu respaldo econômico em 2006 (último censo agropecuário) foi o quiabo, com 27 toneladas produzidas, 24 toneladas vendidas, cujo valor da produção foi de R\$ 58 mil.

Agricultura Permanente

No município há uma variedade significativa de frutos, resultado de atividades domésticas de quintal como manga, abacate, caju, goiaba e outros. Entretanto, apenas dois produtos são considerados de importância econômica, a banana e a laranja.

Entre 2006 e 2012, a área colhida apresentou uma variação de 227%, a quantidade produzida 384% e o valor da produção 512%. Quanto aos produtos, a banana cresceu 64% em

área colhida, 193% em quantidade produzida, 79% no rendimento médio e 282% em valor da produção. A laranja não foi analisada, pois só tem informações de 2012.

Em 2006, a banana foi o único produto informado, ocupando 11 hectares de área colhida, 43 toneladas de quantidade produzida, 3.909 kg/ha de rendimento médio e valor da produção de R\$ 17 mil.

Em 2012, foram informados dois produtos a banana e a laranja. Dos 36 hectares de área colhida, a banana e a laranja representaram 50% cada; das 208 toneladas produzidas, a banana respondeu por 61% e a laranja 39%; o rendimento médio da banana foi de 7.000 kg/ha e a laranja 4.556 kg/ha; nesse mesmo ano o valor da produção rendeu R\$ 104 mil, a banana contribuiu com 63% e a laranja com 38%.

Conclui-se, portanto, que a falta de políticas públicas que motivem a diversidade econômica de produtos agrícolas permanentes, inibe a produção desses produtos, ao mesmo tempo em que pune a população, na medida em que adquire produtos de outras regiões, encarecendo assim o custo de vida.

O sindicato de trabalhadores rurais tem 331 pessoas sindicalizadas, ainda que não se possa afirmar, mas o total desses trabalhadores é bem maior, uma vez que apenas 20% desses trabalhadores são sindicalizados.

Pecuária

A pecuária é semiextensiva, os rebanhos que mais se destacaram foram os das aves, o suíno e o bovino. Entre 2006 e 2012, o rebanho total apresentou um crescimento negativo de 0,13%. Por rebanho as variáveis foram: bovino 20%, equino 7%, asinino 1%, muar 9%, suíno 5%, caprino 25%, ovino 22% e aves -4%.

Em 2006 das 31.386 cabeças, o bovino participou com 5%, asinino e ovino 2% cada, o suíno 23%, aves 67% e 1% equino, muar e caprino juntos. Em 2012, o rebanho era representado por 31.345 cabeças, das quais 6% eram bovino, 1% equino, muar e caprino cada, 2% asinino e ovino cada, suíno 24% e aves 63% (Tabela 60).

Os rebanhos que mantiveram os menores percentuais são aqueles que perderam importância econômica, pois eram animais de transporte de pessoas e da produção rural e que, atualmente, estão sendo substituídos por veículos motorizados; exceto o caprino que lentamente vai sendo utilizado no abate e o ovino, sem especificações econômicas atuais, exceto como entretenimento.

Constata-se que, na análise desses dados, os rebanhos mais significativos são as aves, e os suínos. O número de aves chama a atenção, pois em trabalho de campo não foram identificadas granjas no município, as aves são criadas no quintal – galinhas, galos, frangos, frangas e pintos.

Tabela 60 – Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	1.452	1.748
Equino	164	176
Asinino	638	644
Muar	246	268
Suíno	7.206	7.576
Caprino	173	217
Ovino	574	703
Aves	20.933	20.013
Total	31.386	31.345

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

Em 2011, foram produzidos no município 18 mil litros de leite que renderam R\$ 29 mil, além de 11 mil dúzias de ovos de galinha que renderam R\$ 48 mil, cujo total da produção foi de R\$ 77 mil.

Extrativismo

Os produtos extrativos que se destacam economicamente no município, de acordo com o IBGE são: carvão vegetal, amêndoa de babaçu, jaborandi (quantificados em toneladas), a lenha e madeira em tora (quantificados em metros cúbicos).

Em 2012, das 977 toneladas de quantidade produzida, o mais importante foi o carvão vegetal representando 48%, a amêndoa de babaçu 47% e o jaborandi 5%. Dos 69 metros cúbicos produzidos, a lenha correspondeu com 38% e a madeira em tora com 62%. Nesse mesmo ano, o valor de produção foi de R\$ 1,701 milhão, do qual a amêndoa de babaçu rendeu 49%, o carvão vegetal 41%, o jaborandi 10%, a lenha e a madeira em tora renderam 0,06% cada (Tabela 61).

Produtos como o carvão vegetal, a lenha e a madeira em tora são causadores de poluição e desmatamento. A lenha resulta da queima de matas na área rural, para fazerem as conhecidas roças de toco e utilizadas como combustível nas casas de farinha, cerâmicas ou em padarias; a madeira em tora é retirada muitas vezes de forma indiscriminada das matas; o carvão vegetal, derivado principalmente da lenha, provoca poluição atmosférica, pois produz fumaça tóxica e poluição da água quando suas cinzas são carregadas pelas enxurradas e levadas até o leito dos rios.

Da amêndoa de babaçu extrai-se óleo que resulta na fabricação de vários produtos como: sabão, sabonetes, margarina e outros; o mesocarpo é alimento nutritivo e do endocarpo pode-se obter carvão que é menos poluente que o carvão vegetal e possui maior poder de combustão.

Do jaborandi são retiradas as folhas que são utilizadas na indústria farmacêutica para a produção de remédios e cosméticos.

Tabela 61 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	461	-	830
Carvão vegetal	468	-	702
Jaborandi (folha)	48	-	167
Lenha	-	26	1
Madeira em tora	-	43	1
Total	977	69	1.701

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Em relação ao extrativismo mineral verifica-se, embora ilegal, a extração de areia no Rio Munim, contribuindo para o assoreamento do mesmo.

Pesca

A pesca é eminentemente artesanal realizada em ambiente fluvial no Rio Munim é voltada, principalmente, ao autoconsumo. Na época da desova, os pescadores recebem o defe-so. As principais espécies são: branquinha (*Psectrogaster amazônico*), curimatá (*Prochilodus ssp*), traíra (*Hoplias malabaricus*) e outras.

Pela inexistência de estatística da produção pesqueira, as informações obtidas derivam do trabalho de campo.

Indústria

As indústrias que se destacam são a de cerâmica e de roupas (fardamento escolar). Anteriormente, existia a associação das quebradeiras de coco com maquinarias para seu beneficiamento, mas a mesma está desativada. Funciona a associação das Irmãs da Divina Providência, que fabricam produtos derivados do babaçu – o sabão e outros subprodutos. No município ainda há um laboratório fitoterápico, o qual fabrica remédios naturais (homeopáticos), com a assistência da professora Teresinha Rego. Há também padarias e casas de farinha na área rural.

Turismo

O turismo é pouco desenvolvido; o principal potencial são os rios com destaque para o Munim, com corredeiras em determinados trechos; os balneários: Salgador, Oreste Lima e o Riacho das Almas. Destacam-se em Presidente Vargas o turismo cultural e religioso, com ênfase aos festejos de Santa Luzia e do Divino Espírito Santo, além das festas juninas e do esporte, o Festibel, os ritmos populares, representados pelo reggae e o forró, as comidas típicas como o chibel (uma mistura de água, sal, limão, cheiro verde, pimenta e farinha). O município conta com um hotel e duas hospedarias.

Comércio

O comércio é essencialmente varejista, representado por quitandas, supermercado e mercado, abastecidos por São Luís, feiras livres, às quartas-feiras e aos sábados, nas quais são comercializados inúmeros produtos vindos da agricultura familiar. Esses produtos são transportados de pau de arara vindos dos povoados Areal e Estiva, seguindo pela estrada do Salgador e da Boa Hora até a sede municipal.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Vargem Grande, com um cartório; faz parte da 50ª zona eleitoral, possuindo 42 seções e 9.247 eleitores e nove vereadores (BRASIL, 2014).

Religião

A religião predominante é o catolicismo com duas igrejas católicas na área urbana, sendo uma dedicada à padroeira do município Santa Luzia (Figura 70) e capelas na área rural. Os principais festejos são o da padroeira, do Divino Espírito Santo e Santo Antonio.

Os templos evangélicos são seis, todos localizados na área urbana, divididos nas congregações Batista, Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus e Mundial. Os terreiros de origem africana ou indígena se distribuem na área rural.

Figura 70 – Igreja Matriz de Santa Luzia – 2012



Fonte: IMESC

Em 2010 o IBGE, entrevistou 10.718 habitantes desses, 78,5% eram católicos, 9% evangélicos, 12% de outras religiões e 0,5% não tinham religião (Tabela 62).

Tabela 62 – Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	8.415
Evangélicos	999
Outras religiões	1.250
Sem religião	54
Total	10.718

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água está a cargo da CAEMA. A captação é feita principalmente através do Rio Munim, sendo depois tratada para o consumo, atendendo 90% do abastecimento residencial, público e empresarial e por cacimbas, principalmente, na área rural. Foram registradas 117 ligações (BRASIL, 2013).

O município não possui rede coletora de esgoto. As fossas sépticas são mais utilizadas na área urbana, enquanto na rural são mais rudimentares e por vezes inexistentes. Foram registradas 995 fossas (BRASIL, 2013).

A coleta de lixo é realizada duas vezes na semana apenas na sede, sendo o mesmo depositado em um lixão a céu aberto, transportado através de caçambas.

A energia elétrica é fornecida pela CEMAR, através da subestação de Vargem Grande, contemplando 100% da área urbana e 70% da zona rural; em alguns povoados inexistente energia elétrica, utilizando-se a lamparina a querosene.

O total de consumidores em 2010 somou 26.982 usuários; o maior consumo é o uso residencial com 90%, o rural representou 3%, o comercial 4%, o poder público 2%; os demais usos somaram junto 1% (Tabela 63).

Em 2010, foram consumidos 2.976.302 MWh dos quais, 55% foi consumo residencial, 1% industrial, 5% comercial e rural cada, 6% poder público, 18% iluminação pública, 9% serviço público e o consumo próprio menos de 1% (Tabela 63).

Tabela 63 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010

Usuário	Número de consumidores	Consumo em MWh
Residencial	24.206	1.651.030
Rural	902	138.842
Comercial	1.062	154.479
Industrial	81	25.451
Poder público	660	188.172
Serviço público	49	280.819
Iluminação pública	12	537.173
CEMAR	10	336
Total	26.982	2.976.302

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma emissora de rádio comunitária e televisão, a TV Mocambo. Possui dois postos de atendimento, um do Bradesco e outro da Caixa Econômica Federal, uma Agência dos Correios, telefonia fixa e móvel da OI, e internet via rádio.

Possui 16 terminais telefônicos acessíveis 24 horas e 17 telefones públicos (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

As principais atrações culturais e folclóricas são as festas religiosas, especialmente a de Santa Luzia realizada no dia 13 de dezembro (Figura 71). Santa Luzia é conhecida como santa protetora da visão e na época do festejo, reúnem-se fiéis católicos da região, que desejam alcançar graças por sua intercessão; a festa do Divino Espírito Santo, o carnaval tradicional de rua e os festejos juninos realizados pela igreja católica e pela Secretaria de Assisencia Social que monta várias barracas e a famosa quermesse, caracterizada principalmente pelo tambor de crioula, quadrilhas, concursos de beleza, festa do Esporte e o FESTIBEL que ocorre na sede com conotação mais evangélica.

Figura 71 – Santa Luzia – 2012



Fonte: IMESC

As manifestações culturais existentes são: tambor de crioula, rezadores, benzedores, curandeiros e religião de origem africana. Tudo isso leva a compreender o quanto rica é a cultura e tradição dessa população que ainda cultiva hábitos de seus antepassados, vivendo na simplicidade e união de seus moradores.

Uma particularidade cultural no município, segundo seus administradores, é a população não se identificar com a denominação dada pelo IBGE de seu gentílico, que o classifica como presidentino, enquanto os mesmos acham mais cabível a denominação antiga de presvarguense, pois segundo eles não foram consultados sobre a mudança do mesmo.

O município conta com uma quadra poliesportiva, dois campos de futebol, dois clubes, o Palmeirão e o Sibão, dois restaurantes, quatro lanchonetes, biblioteca e inúmeros bares. As escolas promovem gincanas. Há um espaço chamado Corredor da Folia (Figura 72), logo na entrada da cidade que serve para a realização de eventos e um açude (Figura 73), onde as mulheres lavam roupa e que serve de diversão para as crianças.

Figura 72 – Corredor da Folia – 2012



Fonte: IMESC

Figura 73 – Açude localizado na entrada da cidade – 2012



Fonte: IMESC

Em relação as lendas, a que mais se destaca é a lenda dos escravos.

Contam que vários escravos trabalhavam às margens do Rio Munim e várias carroças chegavam até esse local. Em uma ocasião, uma das carroças guiada por escravos desgovernou-se e afundou no rio e todos que estavam nela desapareceram. Dizem que em determinadas noites ouve-se o barulho da carroça e o gemido horripilante dos escravos e ninguém se atreve a ir até lá.

Transporte

A cidade de Presidente Vargas está a 174 km de São Luís e tem como vias de acesso a BRs 135 e 222. As cidades mais próximas são Nina Rodrigues a 27,6 km, Vargem Grande a 18,2 km e Itapecuru-Mirim a 39,3 km.

O meio de transporte mais utilizado é o rodoviário; o deslocamento intermunicipal e rural é feito por vans, mototáxis, motos e carros particulares, realizando transporte alternativo. O deslocamento urbano/rural é feito através de D-20 ou pau de arara, mototáxis e motos; no espaço urbano é realizado através de mototáxis, motos e vans. Outro meio de transporte é o barco, navegando o Rio Munim.

2.8 Vargem Grande

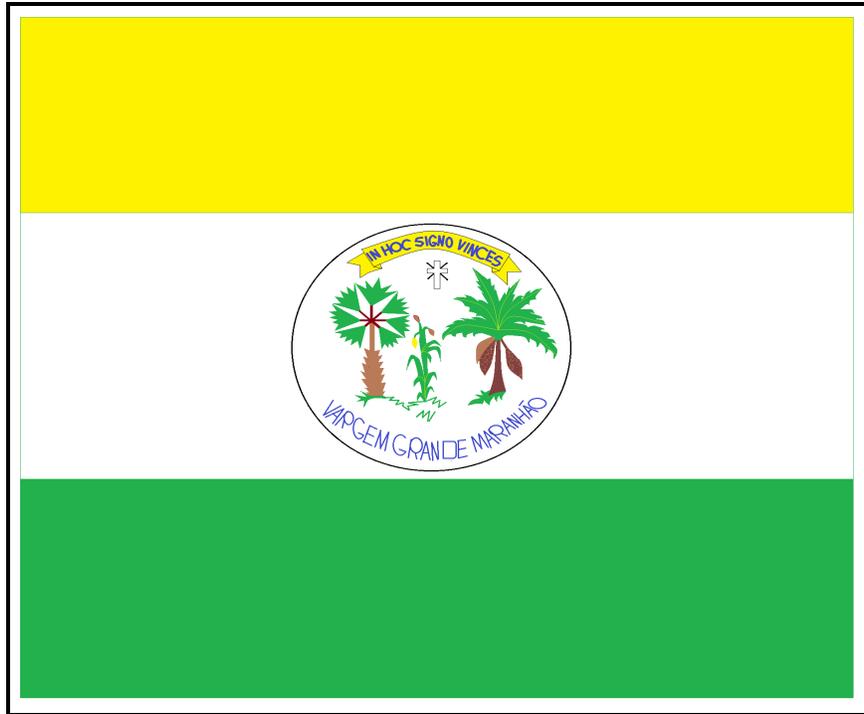
Símbolos Municipais⁹



Brasão

O brasão municipal foi idealizado por Francisco Cordeiro de Oliveira e aprovado pela Lei Municipal Nº 69 de 1983; esse símbolo tem em sua parte central um círculo dividido ao meio pelas bandeiras do município à esquerda e a do Estado do Maranhão à direita. A folha na parte superior significa a principal riqueza natural de Vargem Grande que é o babaçu.

⁹ PREFEITURA DE VARGEM GRANDE.



Bandeira

A bandeira é composta por três faixas: a superior na cor amarela, a central branca e a verde localizada na parte inferior. No centro da bandeira encontra-se um círculo contendo na parte superior uma faixa amarela com a frase em latim “IN HOC SIGNO VINCES” que na língua portuguesa significa “com esse sinal venceremos”. Abaixo dessa faixa, há uma cruz amarela indicativa do sinal mencionado na frase acima e também símbolo da religião tradicional de Vargem Grande.

A carnaúba, na parte esquerda do círculo, significa o ciclo extrativo das folhas desse vegetal que é abundante na região, do outro lado verifica-se uma palmeira de coco baça, produto extrativista mais importante no município. Entre as duas plantas há um pé de arroz, significando o principal produto cultivado no território municipal. Na parte inferior do círculo está escrito o nome do município com o estado da federação.

Hino

I

Entre campos, morros e prados
Rios e matas e o céu de esperança
Surgiu Vargem Grande e os amados
Filhos seus de eterna lembrança.

Estrilho

**Salve o teu grito de glória
Desde a aurora ao entardecer
Teu povo já herói na história
Para sempre feliz há de ser.**

II

Vargem Grande terra querida
Tens de teus filhos lealdade e amor
E te defenderam na vida
Com bravura, fé e fervor.

III

Vargem Grande amada e bendita
Orgulho sem par de teus filhos mais sábios
Porque fostes força infinita
Nas ciências, nas artes e nos brios.

IV

Entoando o teu canto de glória
És forte e brava, es eterna amada
Os louros que tens na História
Te consagram terra adorada.

Letra: Antônio Lisboa

Música: Raimundo Clímaco Barroso

Localização

O município Vargem Grande está localizado na Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim. Na classificação regional, encontra-se na planície fluvial – bacia do Alto Munim.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Nina Rodrigues e Presidente Vargas; ao Oeste com Itapecuru-Mirim, Cantanhede, Pirapemas e Coroatá; ao Sul com Timbiras e Coroatá e ao Leste com Chapadinha e Nina Rodrigues (Mapa 9).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 03°28'26" de latitude e -43°48'02" de longitude; Oeste: -44°05'38" de longitude e -03°31'32" de latitude; Sul: -04°00'01" de latitude e -43°56'15" de longitude e Leste: -43°36'22" de longitude e -03°37'05" de latitude.

Extensão

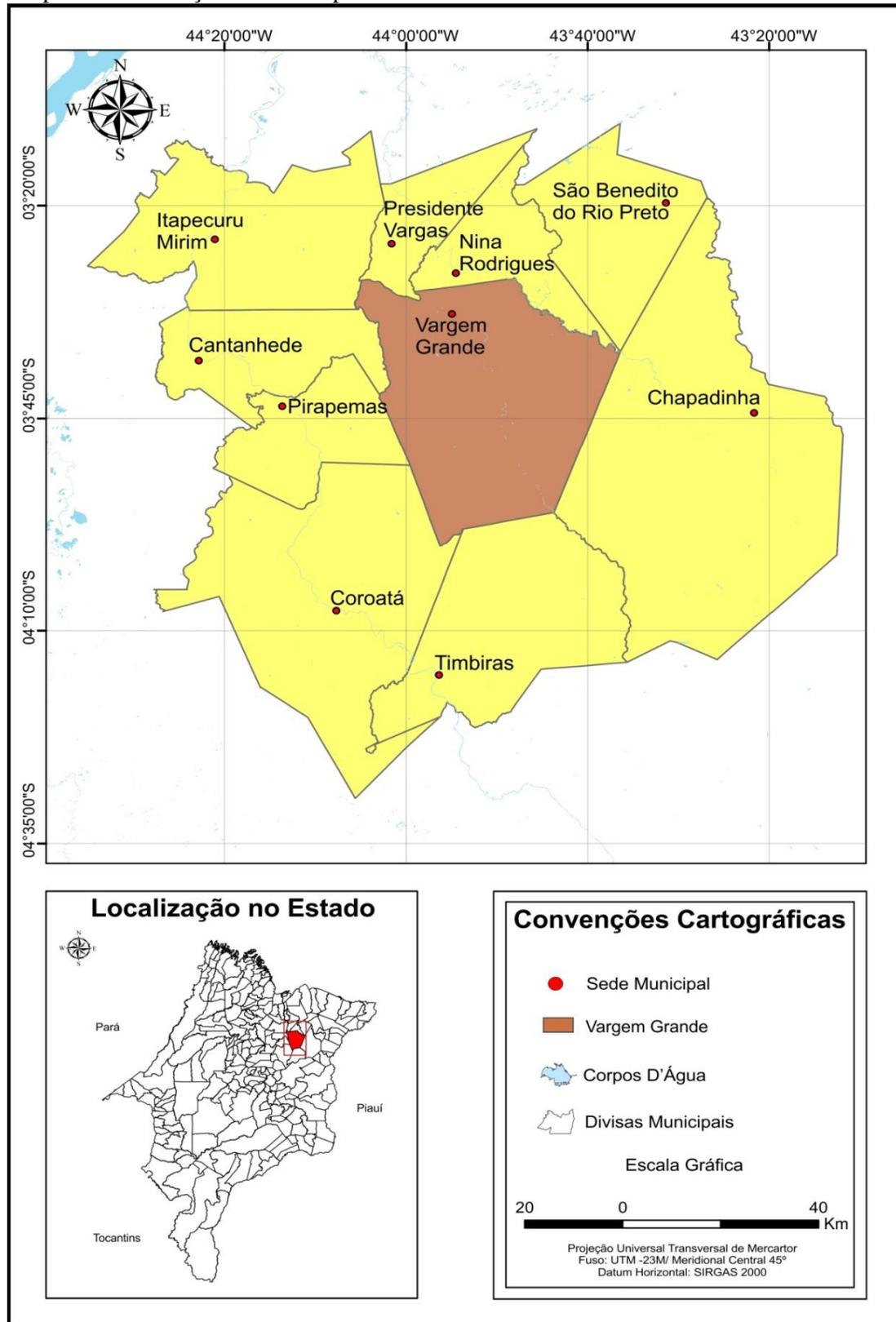
O município é 44º em extensão do Maranhão com 1.957,751 km², o que representa 0,59% do território estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa a quarta posição com 3,72% da área, enquanto na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim é o primeiro equivalendo a 27,74% da área.

O município de Vargem Grande ao ser criado pela Lei provincial Nº 13 de 8 de maio de 1835 possuía, aproximadamente, 5.544,790 km² de extensão; perdeu parte de sua área em função das sucessivas emancipações que ocorreram a partir de 1890, com a criação de: Chapadinha 1.623,692 km² (50%), seguida por São Benedito do Rio Preto 931,48 km² (1948), Nina Rodrigues 572,507 km² (1961) e Presidente Vargas 459,36 km² (1964).

Processo de Ocupação

A povoação começou no encontro entre a estrada das Boiadas que sai de Caxias e a estrada da vila da Manga e, segue pela conhecida estrada “Três Fazendas Vizinhas” para Itapecuru-Mirim. O lugar foi escolhido por ser plano e possuir pastos em abundância, além de ser banhado pelos Rios Iguará, Munim e Preto, características essas que favorecem a criação e a solta de gados. Além dessas vantagens, a povoação localizava-se a uma légua (aproximadamente 6,1 km) do Iguará e a duas léguas da Manga, portos de embarque.

Mapa 9 – Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

A agricultura consistia na plantação de arroz, algodão e cana-de-açúcar e a sua maior fonte de renda, era a criação de bovino. Essas atividades econômicas levaram a povoação a prosperar. Em 1º de maio de 1805 foi desmembrada da freguesia de Icatu, por sentença do Bispo do Maranhão, D. Luís de Brito Homem.

Fatos Históricos

A freguesia com a invocação de São Sebastião da Manga do Iguará foi criada pelo § 6º do artigo 1º da Lei Provincial Nº 13 de 8 de maio de 1835 e, anteriormente, elevada à categoria de vila pela resolução régia de 19 de abril de 1833 e Lei Provincial Nº 7, de 29 de abril de 1835. Pela Lei Provincial Nº 175, de 9 de novembro de 1843 foi mudada a sede da Vila da Manga para o lugar denominado Olho d'Água, no mesmo município e depois transferida para Vargem Grande, pela Lei Provincial Nº 203 de julho de 1842. Teve a categoria de cidade pelo Decreto Estadual Nº 45 de 29 de março de 1938.

Pela Lei Provincial Nº 449, de 7 de outubro de 1857 foi transferida para esta vila a Academia de Primeiras Letras Femininas, criada pelo artigo 2º da Lei Provincial Nº 418, de 1856, na povoação de Chapadinha.

Era a parada do Batalhão de Caçadores Nº 20, da Guarda Nacional, pertencente ao Comando Superior do Itapecuru-Mirim, e de uma Companhia Avulsa de Reserva.

Um fato histórico ocorrido na Vila da Manga (atualmente município de Nina Rodrigues) foi o estopim da revolta regencial da Balaiada, conforme relata José Ribeiro Amaral:

“Aqui nasceu a Balaiada: Manga, a sombria, enferma e deserta vila da Manga, deu-lhe o berço!” A 13 de dezembro de 1838, nove homens, capitaneados por Raimundo Gomes, entraram sem oposição pela vila da Manga, apoderaram-se das armas e munições que encontraram no quartel do destacamento, soltaram alguns presos e recrutas que acharam retidos, fizeram requisições sediciosas, demorando-se aí cinco dias sem serem nem de leve incomodados e partiram por fim para Chapadinha por não terem encontrado o menor apoio. Eis o começo da espantosa rebelião que abrasou o Maranhão!

Triunfou a desordem nos seus primeiros dias, alentada pela imprevidência e fraqueza daqueles que não quiseram ou não a souberam esmagar.

Embora o governador do Estado, Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, tenha tomado conhecimento oficialmente dos acontecimentos da Vila da Manga, não deu importância ao caso. Considerou aquilo um movimento passageiro, e confiando demais na autoridade e prestígio dos prefeitos, oficiou-lhes dando instrução a respeito e esperando da ativi-

dade e energia deles, sem se lembrar de que pelas suas violências, eram eles os apontados como causadores daquele rompimento. Fez também marchar no dia 21 de dezembro daquele ano 30 polícias, comandados por um alferes, considerando essa força mais que suficiente para restabelecer a paz alterada. E a isto se limitaram as suas primeiras providências, o que favoreceu para que à insurreição, aderisse às classes inferiores.

Conhecendo Raimundo Gomes a fraqueza, a indecisão e mesmo a covardia dos agentes do governo, que não se animavam a combater-lhe, começou a atacar livremente. Os bandos dos sediciosos, que a princípio se achavam restritos ao município da Manga, julgando-se já bastante fortes e poderosos, principiaram audazes e ameaçadores, a estender as suas depredações a outros municípios vizinhos infestando, seguidamente, Chapadinha, Miritiba (atual município de Humberto de Campos), Icatu e Tutóia.

No dia 18 de abril de 1839, a 12 km da Chapadinha, no ponto denominado “Angicos”, ocorreram à capitulação e massacre de uma coluna que de Brejo havia saído para bater os rebeldes. Este desastroso acontecimento, cuja notícia ecoou tristemente por toda a província, passou-se da seguinte forma: organizada uma expedição composta de 110 militares e 60 paisanos ou guardas nacionais, cujo comando foi confiado ao capitão Pedro Alexandrino de Andrade e tenente-coronel João José Alves de Sousa, partiu de Brejo no dia 5 de abril com direção a Chapadinha, onde juntando-se com as forças do Major Falcão trataram de combater os rebeldes que se achavam por aquelas imediações.

Extenuados e quase sem munições, impedidos a cada passo pelos rios, lama, profundos barrancos, árvores derrubadas pelas chuvas, vendo cair dois mortos dos seus companheiros e embaraçados com aproximadamente trinta de feridos, avançavam resolutos e intrepidos, chegando finalmente no dia 14 pelas 4 horas da tarde nos “Angicos”, restando a poucos soldados um a dois cartuchos e a outros, apenas a arma. Foram terríveis os dias 15, 16 e 17!

No dia 18, ao amanhecer, conhecida a impossibilidade de pronlongar a resistência só no interesse restando apenas uma vã e dolorosa esperança de socorro, mandou o capitão Pedro Alexandrino fazer proposições aos rebeldes que as aceitaram prontamente. Depois de algumas conferências com o chefe Antonio José do Couto Pinheiro (o Mulungueta) e das aparências de uma capitulação formou-se a nossa brava mas infeliz tropa, entregou as armas e rendeu-se prisioneira.

Às 5 horas da tarde saindo, o capitão Pedro Alexandrino, da casa onde se achava para ir ao quartelamento dos chefes rebeldes, foi assassinado com tiros; o tenente-coronel João José Alves que estava doente também foi assassinado a facadas; os três oficiais restantes,

dois alferes de polícia e um ajudante de 2º linha, teriam a mesma sorte, se lhes não valessem os seus próprios rogos (Crônica Maranhense).

Em 1840, já sob a administração do Coronel Luís Alves de Lima, serviu a pequena povoação, hoje cidade de Vargem Grande, de acampamento à 3ª coluna, às ordens do Major Feliciano Antônio Falcão.

Em março desse mesmo ano apresentou-se, pela primeira vez o presidente da província do Maranhão que chegou a tempo de tomar providências sobre a Vila de Miritiba que acabava de cair em poder dos rebeldes.

Em 12 de agosto, apresentou-se pela segunda vez no referido acampamento o dito presidente, que desenvolveu a mais rara atividade, despachando tropas contra os rebeldes.

A 23 achava-se ainda aí o presidente, quando recebeu a notícia da declaração da maioria de D. Pedro II; imediatamente, ali mesmo, mandou formar em grande parada a 3ª coluna e a sua frente saudou com vivas e salvas de artilharia e fuzilaria tão agradável notícia, e oficiou a todos os pontos militares, colunas e autoridades, para que se fizessem as mesmas demonstrações festivas, regressando dias depois para a capital da província.

Teve a categoria de cidade pelo Decreto-Lei Estadual Nº 45, de 29 de março de 1938, com os distritos de Vargem Grande e São Benedito, criados pelo Decreto-Lei Estadual Nº 159, de 6-12-1938.

Ambiente Físico

O embasamento geológico municipal é composto pelas formações Itapecuru e Codó. Esta última é de idade cretácea, sendo formada por folhelhos betuminosos associados a calcário. Aquela tem sua origem no Cretáceo Inferior (entre 145,5 e 99,6 milhões de anos atrás) tendo em sua composição principalmente os arenitos finos.

Geomorfologicamente, o município localiza-se na Superfície Maranhense com Testemunho, área caracterizada por ser rebaixada no ciclo Velhas com a presença de testemunhos tabulares da superfície de cimeira.

Os tipos de solos encontrados no município são: plintossolos, podzólico vermelho-amarelo e manchas terra roxa. Este é profundo e possui boa drenagem, contendo argila de atividade baixa e textura variando de argilosa a muito argilosa no horizonte B. O primeiro caracteriza-se por ser argiloso com textura média do tipo hidromórfico decorrente da grande umidade da área, enquanto que o segundo pode ser profundo a moderadamente profundo, ra-

ramente raso com textura de média a argilosa, geralmente bem drenado e poroso, com textura arenosa ou média, raramente argilosa com coloração escura (UEMA, 2002).

O clima é tropical úmido possuindo dois períodos, o chuvoso de janeiro a junho e o de estiagem de julho a dezembro. A temperatura média anual varia entre 26° a superior de 27°C, umidade relativa variando de 73% a 79%, com pluviometria anual entre 1.600 mm e 2.400 mm (UEMA, 2002).

Predomina a vegetação de cerrado, embora se perceba grande área com a presença marcante do babaçu.

O município faz parte da bacia hidrográfica do Rio Munim, que banha o território municipal ao Nordeste, recebendo ali os seguintes afluentes: riachos do Juazeiro, da Cruz (com os tributários Barracão e São José), Santa Bárbara, Paulica (com os afluentes Riacho Angical e Igarapé Pacas) e o Iguará, este tem como afluente os riachos: Soladado, Paruara, Poço da Pedra, do Murici, das Balsas (tem como afluente o Moizinho), da Pedra Grande, do Saco, Fundo, da Cruz que possui como tributários os riachos: Gangorra, Cajazeiros, da Cruz Velha, do Salviano, do Corredor e dos Poços.

Espaço Urbano

O espaço urbano de Vargem Grande assemelha-se a um losango, sendo atravessado por parte da BR 222 (Figura 74) que, ao atingir a cidade bifurca-se e sua ramificação secciona a sede, formando a Avenida Castelo Branco ou Roberto Leitão com comprimento de 3,24 km.

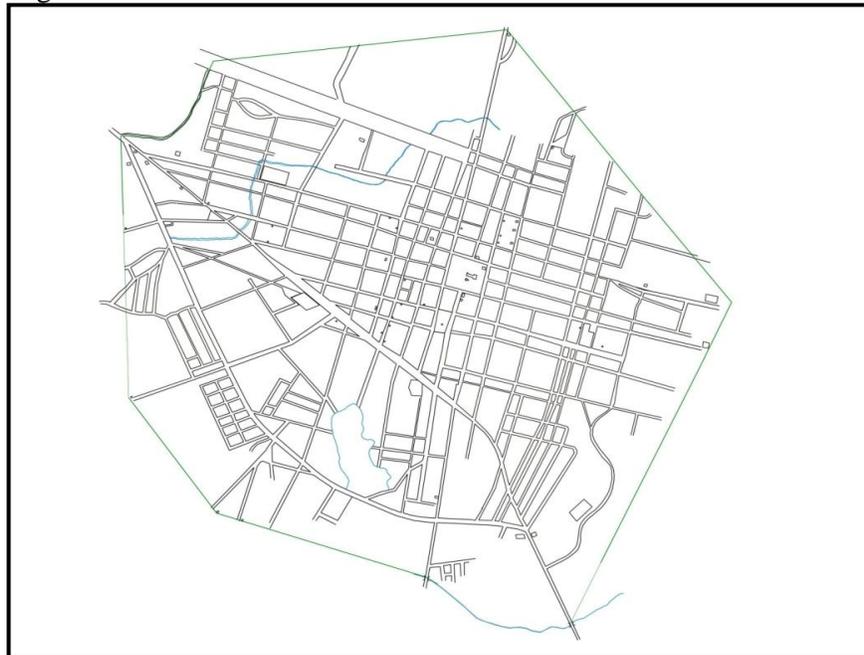
Outra rodovia que passa pela cidade é a MA 020 que liga Coroatá a Nina Rodrigues, sendo denominada de Rua José Magalhães ou Nossa Senhora das Graças. O traçado urbano é formado por 92 ruas, três avenidas, 26 travessas, sendo 85% pavimentadas com asfalto e pedra bruta cimentada. Em Vargem Grande existem seis praças, das quais cinco são arborizadas com destaque para a Praça de São Sebastião, também conhecida como a Praça da Matriz (Figura 75), e a praça de eventos (Figura 76). O açude Paulo Ramos, localiza-se entre as duas partes da BR 222 foi transformado em espaço de eventos e caminhadas.

Quando se chega à sede de Vargem Grande, no sentido Itapecuru-Mirim – depara-se com o portal da cidade (Figura 77) e no lado esquerdo o açude Novo.

A área da sede municipal é de 7,99 km², equivalente a 0,10% do território municipal.

A arquitetura do município, incluindo o espaço rural está distribuída em 5.157 casas de tijolos, 1.617 casas de taipa revestida, 4.399 casas de taipa não revestida, 62 de madeira e 359 de outros materiais (BRASIL, 2013). O padrão das casas de alvenaria é moderno e em sua grande maioria geminada, ainda que sejam encontradas algumas casas no formato antigo.

Figura 74 – Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 75 – Praça da Matriz – 2012



Fonte: IMESC

Figura 76 – Praça de eventos localizada as margens do Açude Paulo Ramos – 2012



Fonte: IMESC

Figura 77 - Portal na entrada da cidade – 2012



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural está distribuído em sítios, povoado, fazendas, engenhos e projetos de assentamentos (BRASIL, 2011).

Sítios: Alagadiço, Alpercata I, Alpercata II, Alto Lindo, Alvino, Amapá, Anajá I, Anajá II, Andirobal, André, Angelim I, Angelim II, Araim, Araras, Areias, Bacabal I, Bacabal II, Bacabas, Bacabinha, Bacuri I, Bacuri II, Bacuri III, Bacuri IV, Bagaço, Baixa dos Veados, Baixão I, Baixão II, Baixão do Leite, Bananal, Bananas, Barra do Rio Preto, Barra Nova, Barreirinhas, Barriguda, Barro Branco, Barro Seco, Barroca, Barroco I, Barroco II, Barroco III, Batatas, Bela Flor, Bela Vista, Belmonte, Berto, Betel, Boa Esperança, Boa União I, Boa União II, Boa Vista I, Boa Vista II, Boa Vista III, Boca da Mata I, Boca da Mata II, Boca do Campo, Bom Bilhete, Bom Jesus, Bom Sucesso, Bom Tempo, Bonito, Boqueirão, Brejinho, Brejo, Brejo do Bernardo, Brejo do Moacyr, Brejo Grande, Brejo Velho, Burudanga, Cacimba, Caiangu, Caiçara, Caitetu, Cajazeiras, Caju Azedo, Cajueiro I, Cajueiro II, Caldeirões, Cambinda, Campestre do Mariano, Campestre II, Campestre III, Campo Grande, Campos Novos I, Campos Novos II, Cantinho I, Cantinho II, Canto da Capoeira, Canto da Estaca, Canto da Onça, Canto das Pacas, Canto de Dentro, Canto do Alto, Canto do Braz, Canto do Meio, Canto dos Bois, Canto Escuro, Canto Grande, Canto Verde, Capinzal, Caraíbal, Caraíbas I, Caraíbas II, Carnaúba Amarela, Carnaubinha, Catingueiro, Centro da Júlia, Centro do Ribeiro, Centro dos Tatus, Chapéu de Palha, Cinzento, Clementina, Conceição, Corredores, Correntinho, Corvão, Cumbre, Descanso, Deserto I, Deserto II, Eira, Engenho Velho, Estreito, Fazendinha I, Fazendinha II, Figueiredo, Flores I, Flores II, Formigueiro I, Formigueiro II, Forno Velho, Fundamento, Garrafa, Gonçalo I, Gonçalo II, Grade, Jacaré, Jararaca, Jenipapeiro, Jenipapo, João Luís, João Paulo, Juçaral dos Carneiros, Juçareira, Juçazeiro, Judéia, Jurema, Lago, Lagoa I, Lagoa II, Lagoa III, Lagoa Preta, Lagoa Seca, Laranjeira I, Laranjeira II, Laranjeira III, Laranja, Limão I, Limão II, Limoeiro I, Limoeiro II, Macajuba I, Macajuba II, Machado, Malaquias, Malhada, Malhada Alta, Malhada Vermelha I, Malhada Vermelha II, Mambira, Mandacaru, Mangueira, Manoel João, Marajá, Marcos, Mata do Coco II, Maxixe, Me da Outro, Mocambo, Monte Castelo, Morada Nova I, Morada Nova II, Morro Grande, Morro Pelado, Morro Redondo, Mouzinho I, Mouzinho II, Mochila, Murici, Nazaré, Nova Flor, Nova Olinda, Nova Vida, Olho d'Água I, Olho d'Água II, Olho d'Água III, Ourives, Ovelha, Pacova, Pacoval, Paraibano, Pataqueira, Pau Deitado, Pau Santo, Paulica, Pedra Branca I, Pedra Branca II, Pedra Grande II, Pedras, Pedro Gato, Penteado, Piedade, Pilãozinho, Pimenteira, Pequi I, Pequi II, Pequizeiro, Poço d'Água, Poço da Luzia, Poço do Leite,

Poço Pedrado, Poço Redondo, Porteiras, Prata, Preguiça, Presídio, Primavera, Rampa, Raposa, Recanto, Remédio, Retiro I, Retiro II, Retiro III, Riachão, Riacho da Cruz, Riacho do Mel, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Saco I, Saco II, Saco III, Salviano, Santa Cruz, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Maria dos Lagos, Santa Maria I, Santa Rita I, Santa Rita II, Santa Rosa I, Santa Rosa II, Santana, Santo Antônio I, Santo Antônio II, Santo Antônio III, Santo Antônio IV, São Bartolomeu, São Benedito I, São Benedito II, São Benedito III, São Bento, São Braz, São João I, São João II, São Joaquim I, São Joaquim II, São Joaquim III, São José dos Bacabas, São José I, São José II, São José III, São Lourenço, São Nicolau, São Pedro I, São Pedro II, São Raimundo I, São Raimundo II, São Roque, São Tomé, Sapucáia I, Sapucáia II, Sem Água, Sítio Novo, Soledade, Sororoca da Filomena, Sororoca I, Sororoca II, Sossego, Sucupira, Tamacaca, Tamanduá, Timbó, Toco Preto, Traíra, Três Irmãos, Tucuns, Unha de Gato, Vamos Ver, Varamé, Varginha, Vereda dos Costas, Vereda I, Vereda II, Vieira e Volta da Unha.

Povoado: Fazendinha.

Fazendas: Alto Bonito, Açude Velho, Bela Vista, Cacimba, Candeia, Cruz, Igua-rá, Nova, João Gomes, Lagoinha, Malhadinha, Mulundus, Pacas, Retiro, Tiquara e Vassoura.

Engenhos: Bacabas e Baunilha.

Projeto de Assentamento: Almeida, Aroeiras, Boi Manso, Campestre I, Campo Grande, Pedra Grande I e Salva Terra.

Quilombos: Belo Monte, Mato Grosso, Penteado, Belmonte, Rampa, Santa Maria (Malaquias), São Francisco dos Malaquias e São Joaquim.

Utilização das Terras

A tabela 64 contém informações relacionadas ao espaço rural municipal em 2006, sendo a análise dos estabelecimentos dificultada pelos mesmos dedicarem-se a mais de uma atividade. Entretanto, verifica-se que em sua grande maioria os estabelecimentos estão ligados, principalmente, a agricultura temporária.

Dos 51.353 hectares, as atividades voltadas para a preservação ocuparam 33%, sendo este percentual distribuído em: 20% para as matas/florestas (exclusive área de preservação permanente – e as em sistema agroflorestais), 6% matas e/ou florestas (destinada à preservação permanente – reserva legal), 6% sistemas agroflorestais e 1% matas e/ou florestas (florestas plantadas com essências florestais). A agricultura correspondeu a 30%, estando

25% para a agricultura temporária, 4% áreas plantadas com forrageiras e 1% com a agricultura permanente. As pastagens totalizaram 26%, com 15% de pastagens naturais, 10% pastagens plantadas em boas condições e 1% de pastagens plantadas em área degradadas. As construções, benfeitorias ou caminhos representavam 9%, enquanto que as demais atividades equivaleram a 2% (Tabela 64).

Tabela 64 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de Atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	68	716
Agricultura temporária	2.392	12.880
Áreas plantadas com foragem	14	2.229
Pastagens naturais	119	7.501
Pastagens plantadas, degradadas	17	393
Pastagens plantadas em boas condições	52	5.043
Matas e/ou florestas (destinada à preservação permanente – reserva legal)	50	3.281
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente – e as em sistema agroflorestais)	132	10.033
Matas e/ou florestas (florestas plantadas com essências florestais)	4	536
Sistemas agroflorestais	55	2.828
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	26	88
Construções, benfeitorias ou caminhos	203	4.688
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	20	102
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras etc.)	35	1.035
Total	-	51.353

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Na tabela 65, observa-se que o ocupante deteve 25% dos 3.141 estabelecimentos, o arrendatário e o parceiro possuíam, respectivamente, 25% e 4%, enquanto o proprietário tinha 23%, o produtor sem área 20% e o assentado sem titulação definitiva 3%. Entretanto, o

percentual do proprietário é maior, pois só se faz parceria ou arrendamentos com quem tem a titulação da terra, ou seja, o proprietário; dessa forma, o percentual do proprietário eleva-se para 52%.

Utilizando-se desse mesmo raciocínio, a porcentagem de hectares dos proprietários passa de 90% para 95% dos 52.855 hectares, restando apenas 5% para os demais produtores.

Tabela 65 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	715	47.740
Assentado sem titulação definitiva	83	534
Arrendatário	786	1.217
Parceiro	139	1.195
Ocupante	791	2.169
Produtor sem área	627	-
Total	3.141	52.855

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Demografia

O município é o 24º no *ranking* populacional maranhense com 49.415 habitantes em 2010 que, representam 0,75% da população estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupou o 9º lugar com 1,9% dos habitantes, enquanto na Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim equivaleu a 23,45% da população, sendo o 2º. A densidade demográfica do município é 25,24 hab/km², o IDHM em 2010, foi de 0,542, sendo o 171º do Maranhão segundo o (IPEA, 2013).

Entre os dois últimos censos demográficos (Tabela 66), a população aumentou em 42%. Este acréscimo, relacionado à área, ocorreu principalmente na urbana que no intervalo de 10 anos cresceu 56% contra 29% da rural. Assim, a população que no ano de 2000 estava concentrada no espaço rural, correspondendo a 51%, diminuiu para 46% em 2010, enquanto a da sede que na primeira contagem estava em 49% passou para 54%, em 2010.

Em relação ao sexo houve um equilíbrio uma vez que, cada dos sexos manteve-se com 50% em ambos os anos analisados (Tabela 66). No decênio, o crescimento dos homens foi de 41% e os das mulheres 43%.

Tabela 66 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	17.425	24.625
Feminina	17.282	24.790
Urbana	17.116	26.687
Rural	17.591	22.728
Absoluta	34.707	49.415

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Saúde e Assistência Social

A referência de atendimento da saúde, em Vargem Grande, é o Hospital Municipal Benito Mussoline de Sousa (Figura 78), que realiza atendimento de urgência e cirúrgicos, exames laboratoriais, ultrassonografia, raio-x e distribuição de remédios, através da Farmácia Básica. Sua equipe de profissionais é composta por nove médicos, oito enfermeiros, vinte e sete técnicos de enfermagem e treze auxiliares de enfermagem. Há quatro ambulâncias que auxiliam nas transferências de pacientes em casos mais graves para a capital São Luís.

Os atendimentos mais frequentes no hospital são: traumas relacionados à acidentes de motos, verminoses, hepatites e dengue.

Figura 78 – Hospital Mussoline de Sousa – 2012



Fonte: IMESC

Funciona no município o Programa ESF, possuindo como vínculo o Saúde Bucal, que cobre todo território municipal com oito equipes, na parte médica e odontológica. Nesse programa atuam oito médicos, mesmo quantitativo de enfermeiros, técnicos de enfermagem e dentistas.

O município dispõe de um NASF, 134 agentes comunitários de saúde (75 na área rural e 59 na urbana), além dos programas: Saúde na Escola, Saúde da Mulher, Saúde do Homem e do Idoso.

A Secretária de Serviço Social possuía 78 psicólogos e 27 assistentes sociais que acompanham 60 famílias. Estes profissionais trabalham em dois CRAS, um CRES, além de desenvolverem atividades em duas equipes do CRAS volante.

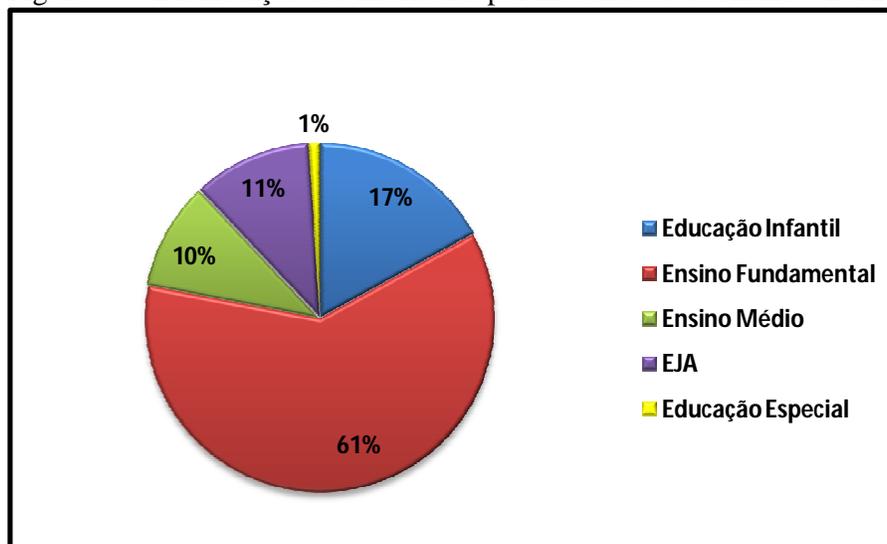
Os Programas desenvolvidos são: PROJOVEM (atende 400 jovens na faixa etária de 16 a 18 anos) desenvolvendo oficinas de dança, caratê, capoeira e olimpíadas de esporte, Grupo de Convivência de Idosos com a participação de 150 pessoas, rotinas pedagógicas com oficinas com eixos temáticos específicos, PETI com 874 participantes entre 6 e 15 anos, inclusão digital em áreas quilombolas e o Minha Casa Minha Vida. Contam com os benefícios do BPC, auxílios natalidade, funeral e Bolsa Família com 7.649 famílias beneficiadas. Essa secretária estima atender cerca de 20.000 pessoas.

Educação

Houve registro de 15.395 alunos matriculados nas redes de ensino, assim distribuídos: 2.620 na educação infantil, 9.392 no ensino fundamental, 1.491 no ensino médio, 1.760 no EJA e 132 na educação especial (MARANHÃO, 2012) Figura 79.

O Estado é responsável por oito estabelecimentos de ensino no município, com as modalidades de ensino fundamental, médio, educação especial e EJA. O número de alunos matriculados no ano de 2012 vinculados a rede estadual foi de 2.178, atendidos por 105 docentes. Destes últimos, 2 possuem ensino médio, 26 magistério e 69 ensino superior (MARANHÃO, 2012).

Figura 79 – Distribuição das matrículas por modalidade de ensino – 2012



Fonte: IBGE; IMESC

São de responsabilidade municipal 109 escolas distribuídas 26 na área urbana e 83 no espaço rural com 13.167 alunos matriculados em 2012. O quadro de docentes nesse ano foi de 25 professores com o magistério e 588 com nível superior.

Funciona também no município na rede particular uma escola e os Programas da Universidade Federal do Maranhão de nível superior nas áreas de História, Pedagogia e Geografia.

Economia

O PIB municipal, em 2010, classificou o município no 29º no *ranking* estadual, equivalendo a 0,43% do PIB do Estado, com R\$ 192,488 milhões. Desse valor, o setor de serviços colaborou com R\$ 105,209 milhões, enquanto a participação da agropecuária foi de R\$ 64,794 milhões contra R\$ 17,398 milhões da indústria. Os R\$ 5,086 milhões são resultados de cobranças tributárias (IMESC, 2012).

Relacionado ao IDM no ano de 2010, o município ficou na 139ª posição com 0,309, enquanto que a renda per capita, registrada naquele aludido ano foi de R\$ 165,37 (IPEA, 2013).

As principais atividades econômicas estão ligadas especialmente ao setor primário, principalmente, a agropecuária.

Agricultura

A agricultura tem significativa importância econômica, o que pode ser justificado pelos 9.000 agricultores sindicalizados no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vargem Grande, o que não representa, no entanto, o total de trabalhadores rurais do município.

Embora não constem dados estáticos, o município tem agricultura mecanizada utilizando irrigação, trator e sementes doadas pelo município.

Agricultura Temporária

Analisando os elementos que caracterizam essa atividade entre os anos de 2006 e 2012, os hectares colhidos da agricultura temporária aumentaram 8%, a produção cresceu 12% e o valor da produção subiu 42%. Nesse período, com exceção da cana-de-açúcar que teve redução de 30% dos hectares colhidos, todos os outros produtos cresceram em área; a mandioca 3%, o arroz e o milho ambos com 9% e o feijão 43% (Tabela 67).

Os cultivares que tiveram a produção aumentada foram o feijão em 65% e a mandioca em 37%; tiveram crescimento negativo, o arroz 61%, o milho 13% e a cana-de-açúcar 30%. A mandioca teve o crescimento no valor da produção de 159%, enquanto o arroz, apesar de ter aumentado a área de plantio, teve uma desvalorização de 71%; os aumentos devem-se a cana-de-açúcar 50%, feijão 73% e milho 3%. No rendimento médio a oscilação positiva dos produtos foi: 1% cana-de-açúcar, 16% feijão, 34% mandioca; o arroz e milho diminuíram 65% e 20% respectivamente (Tabela 67).

Relacionado à área, em 2006, dos 12.129 hectares colhidos 44% foram com arroz, 28% milho, 25% mandioca, 3% feijão e menos de 1% com a cana-de-açúcar. A quantidade produzida no ano mencionado foi de 27.915 toneladas, das quais 71% foram de mandioca, 23% arroz, 5% milho e 1% as demais culturas. Quanto ao valor da produção, dos R\$ 8,806 milhões, a mandioca e o arroz ambos com 45%, o milho 7%, enquanto que o feijão e a cana-de-açúcar atingiram juntos 3% (Tabela 67).

Em 2012, o arroz obteve 44% dos 13.139 hectares colhidos, o milho equivaleu a 28%, a mandioca 24%, o feijão 4% e cana-de-açúcar menos de 1%. A quantidade produzida nesse ano foi de 31.224 toneladas com participação de 87% da mandioca, 8% do arroz, 4% do milho, 1% do feijão e menos de 1% da cana-de-açúcar. O valor da produção no ano citado

atingiu R\$ 12,525 milhões, sendo 82% a mandioca, 9% arroz, 5% milho, 4% feijão e menos de 1% da cana-de-açúcar (Tabela 67).

Tabela 67 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	5.300	5.770	6.360	2.452	1.200	425	3.943	1.150
Cana-de-açúcar	10	7	135	95	13.500	13.571	16	24
Feijão	385	551	127	210	329	381	254	439
Mandioca	3.042	3.123	19.773	27.139	6.500	8.690	3.955	10.258
Milho	3.392	3.688	1.520	1.328	448	360	638	654
Total	12.129	13.139	27.915	31.224	-	-	8.806	12.525

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Horticultura

Neste item, estão incluídos economicamente os produtos citados na tabela 68, ainda que o município cultive outras hortaliças (tomate, cheiro-verde e pimentão) presumivelmente como atividade doméstica.

Como pode ser observado na referida tabela, há uma diferença significativa entre as toneladas produzidas e a quantidade vendida; explica-se o fato com as seguintes suposições – todos os produtos colhidos participam diretamente da dieta do produtor, e por serem perecíveis e sem adequada conservação, uma parte se perde.

Considerando a informação da tabela 68, verifica-se que, das 438 toneladas produzidas, a batata doce colaborou com 1%, o maxixe 15%, o milho verde 66%, o pepino 5%, o quiabo 12% e a pimenta 1% (Tabela 68).

Para as 56 toneladas vendidas, portanto 87% a menos do que foi colhido, a batata doce representou 7%, o maxixe 21%, o milho verde 46%, o pepino 4%, e o quiabo 22%. A pimenta foi toda para o alto consumo. Desconsiderando a perecibilidade e presumindo que a diferença refere-se ao consumo familiar, tem-se entre a produção e a comercialização a diferença em toneladas: batata-doce duas, maxixe 55, milho verde 263, pepino 19 e quiabo 41. A batata doce com café substituindo o pão; o maxixe e o quiabo, além de serem utilizados para pratos especiais são adicionados ao peixe, à carne, ao feijão e ao arroz. O milho verde assado

e cozido, também é comercializado a margem das estradas é ainda transformado em pamonha, canjica e manuê, consumidos pelas famílias e/ou vendidos.

O remanescente, a aquela parte que foi comercializada, rendeu 371 mil reais, cujos percentuais por produto foram: batata doce e pimenta 1% cada; maxixe 25%, milho verde 55%, pepino 7% e quiabo 11% (Tabela 68).

Tabela 68 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006

Produto	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Batata-doce	6	4	4
Maxixe	67	12	93
Milho verde	289	26	202
Pepino	21	2	26
Pimenta	2	0	4
Quiabo	53	12	42
Total	438	56	371

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Agricultura Permanente

Na agricultura permanente, foram considerados importantes economicamente em 2006 a banana, a laranja, o limão e a manga. Em 2012, apenas a banana e a laranja.

Apesar da redução de produtos entre os anos de 2006 e 2012, a área colhida da agricultura permanente cresceu 12%, a produção 99% e o valor da produção 162%. Na área colhida o crescimento da banana foi de 13% e o da laranja 117%; no que se refere à quantidade produzida este último item aumentou 122% contra 106% daquele; no rendimento médio, a banana aumentou 82% e a laranja 2% e no valor da produção a banana obteve crescimento de 188% e a laranja 270%.

Em 2006, a banana deteve 79% dos 57 hectares colhidos, enquanto a laranja ocupou 11%, a manga 7% e o limão 3%. Relacionado à quantidade produzida no aludido ano, 77% das 225 toneladas foram de banana, a laranja correspondeu a 18%, a manga a 4% e o limão a 1%. Quanto ao valor da produção, dos R\$ 90 mil gerados, a banana teve participação com 77%, a laranja 11%, a manga 10% e o limão 2% (Tabela 69).

Em 2012 dos 64 hectares colhidos, 80% foram de banana enquanto a laranja participou com 20%; em quantidade produzida as 447 toneladas conservaram os mesmos percen-

tuais da área colhida por ambos os frutos. Na renda, dos R\$ 236 mil gerados, a banana colaborou com 84% e a laranja com 16% (Tabela 69).

Tabela 69 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Banana	45	51	173	356	3.844	6.980	69	199
Laranja	6	13	41	91	6.833	7.000	10	37
Limão	2	-	3	-	1.500	-	2	-
Manga	4	-	8	-	2.000	-	9	-
Total	57	64	225	447	-	-	90	236

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Pecuária

Em 2006 o maior rebanho foi o das aves que, das 172.545 cabeças detinha 53%, o suíno com 27% seguido pelo bovino e caprino com respectivos 8% e 7%, o ovino representou 4%, o equino e o asinino 1% cada, o bubalino e o muar juntos representaram menos de 0,5%. Em 2012, as aves continuaram a ser o maior rebanho correspondendo a 51% das 168.843 cabeças, o suíno 27%, bovino 8%, caprino 7% e ovino 3%, o equino, o asinino, o bubalino e o muar repetiram praticamente os percentuais de 2006 (Tabela 70).

Entre os dois anos analisados ocorreu um decréscimo no rebanho total de 3%. Esse resultado foi ocasionado pela redução de cinco rebanhos. As aves obtiveram crescimento negativo de 7% e o bubalino 3%, entretanto, o quantitativo do primeiro rebanho é superior ao do segundo, o suíno diminuiu 6%, enquanto o equino e os asininos foram, respectivamente, de 9% e 1%. Obtiveram crescimento positivo o bovino com 20%, asinino 0,05%, muar 3%, caprino 19% e ovino 17%.

O elevado número de caprinos no município está relacionado ao fato desses animais serem comercializados e aceitos na alimentação local; essas razões aguçaram o instinto comercial e de produção de caprinos no município, existindo, atualmente, no território municipal vários criadores. Outra observação diz respeito às aves, pois há um contingente de sete granjas instaladas em Vargem Grande, além de outras cinco que estão em fase de instalação.

Tabela 70 – Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	12.980	15535
Equino	1512	1399
Bubalino	40	39
Asinino	1.984	1985
Muar	355	367
Suíno	47.322	44861
Caprino	12.258	14587
Ovino	3.912	4566
Aves	92.182	85504
Total	172.545	168.843

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

O IBGE registrou em 2011 uma produção de 356 mil litros de leite que geraram R\$ 641 mil. Outro produto registrado, por aquele instituto no aludido ano, foi os ovos de galinha, que tiveram uma produção de 43 mil dúzias e rederam R\$ 208 mil. Perfazendo o total de R\$ 849 mil.

Extrativismo

Em 2012, os produtos extrativistas vegetais foram a amêndoa de babaçu, o carvão vegetal, a lenha e a madeira em tora; a produção dos dois primeiros é dada em toneladas e a dos dois últimos em metros cúbicos.

Das 6.791 toneladas produzidas, 88% foram da amêndoa do babaçu e 12% de carvão vegetal. Dos 120 metros cúbicos produzidos, a lenha e a madeira em tora corresponderam, respectivamente, a 70% e 30% da produção (Tabela 71).

Em relação ao valor da produção, a amêndoa do babaçu participou com 91% dos R\$ 12,592 milhões, o carvão vegetal contribuiu com 9%, enquanto a lenha e a madeira em tora obtiveram menos de 1%.

Tabela 71 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista – 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	5.999	-	11.339
Carvão vegetal	792	-	1.189
Lenha	-	36	1
Madeira em tora	-	84	3
Total	6.791	117	12.592

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

No extrativismo mineral há extração de areia, barro e pedra, no entanto, essa extração prejudica o meio ambiente, pois provoca erosão.

Indústria

As atividades industriais existentes no município são cinco cerâmicas, a fábrica Estrela Óleos Vegetais que extrai o óleo do babaçu, quatro fábricas de pilar arroz e, aproximadamente, 150 casas de farinhas e várias padarias espalhadas pelo território municipal.

Pesca e Piscicultura

A pesca é praticada em ambiente fluvial utilizando-se canoas e redes de engancho, sendo o pescado voltado principalmente para a comercialização no próprio município. As principais espécies de peixes são: curimatá (*Prochilodus sp.*), piáu (*Leporinus friderici*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), mandi-açu (*Pimelodus spp.*), traíra (*Hoplias malabaricus*) e a piranha (*Pygocentrus spp.*).

A piscicultura vem ganhando espaço no município e tem o suporte da prefeitura, que disponibiliza duas máquinas para cavar açudes. As espécies mais criadas nos tanques são: tambaqui (*Colossoma macropomum*), tambacu (*Colossoma macropomum* + *Piaractus mesopotamicus*) e tilapia (*Tilapia rendali*).

O número de pescadores associados à Colônia de Pescadores em 2012 foi de 1.300, embora haja um número significativo de pescadores não colonizados.

Turismo

As atrações turísticas ficam por conta das festas de São Sebastião e de São Raimundo dos Mulundus e o balneário Moizinho (Figura 80).

Figura 80 – Vista parcial do balneário Moizinho – 2012



Fonte: IMESC

Comércio

Predomina o comércio varejista com várias quitandas, dois supermercados de médio porte, feira livre que ocorre às terças-feiras na Rua Nossa Senhora das Graças, além do mercado municipal. Há também cinco farmácias, quatro postos de combustível, lojas de confecções e eletrodomésticos.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca tendo como termo judiciário Nina Rodrigues e Presidente Vargas. Corresponde a 50ª zona eleitoral com 29.730 eleitores, distribuídos em 104 seções, possuindo treze vereadores (BRASIL, 2014).

O município conta com um cartório, delegacia e um quartel da guarda municipal.

Religião

Predomina no município o catolicismo e depois os evangélicos. Há várias capelas no espaço rural e seis igrejas na sede, entre estas a matriz (Figura 81) dedicada a São Sebastião (padroeiro do município, Figura 82), onde está à imagem de São Raimundo dos Mulundus, santo festejado nos dias 22 a 31 de agosto atraindo milhares de romeiros para o pagamento de promessas. Além desta festa e a do padroeiro do município, comemorada em janeiro com missas, novenas e procissões, festeja-se também Santo Expedito, Santo Antônio, Nossa Senhora de Fátima e as festividades juninas em homenagem a São João.

As principais seitas evangélicas são: Presbiteriana, Batista, Adventista, Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus e Congregação Cristã do Brasil.

Há também a presença das religiões afro brasileiras com três terreiros localizados na sede.

Figura 81 – Vista da fachada da Igreja Matriz – 2012



Fonte: IMESC

Figura 82 – Altar dedicado a São Sebastião na Igreja Matriz – 2012



Fonte: IMESC

Das 49.411 pessoas entrevistadas em 2010 no município, 90% se declararam católicas, 7% evangélicos e 3% com as outras categorias (Tabela 72).

Tabela 72 – Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	44.878
Evangélicos	3.250
Espírita	24
Umbanda e candomblé	16
Outras religiões	167
Sem religião	1.058
Não sabe	18
Total	49.411

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água tem como fonte o Rio Preto com a captação e o tratamento do líquido feitos no município de Nina Rodrigues, sendo a empresa responsável a

CAEMA. Outra fonte de abastecimento de água são 22 poços artesianos espalhados pelo território municipal. Foram registradas 4.719 ligações de água (BRASIL, 2013).

Por não possuir rede coletora de efluentes domésticos, foram registradas 5.532 fossas (BRASIL, 2013). A coleta de lixo é realizada em cinco dias úteis da semana cobrindo toda a sede, sendo os resíduos sólidos coletados por caçambas que depositam o lixo a 4 km da área urbana em um lixão a céu aberto.

A fonte de energia elétrica é hidrelétrica com uma subestação localizada no município. Em 2010, foram registrados 101.984 consumidores, sendo 91% residenciais e 9% com as demais classes. No aludido ano, foram consumidos 12.440.508 MWh, dos quais 56% voltado para as residências, 13% comercial e iluminação pública cada, 8% poder público e 10% para as outras classe (Tabela 73).

Tabela 73 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010

Usuário	Número de consumidores	Consumo em MWh
Residencial	92.700	6.984.544
Rural	1.171	163.729
Comercial	5.565	1.676.638
Industrial	446	632.886
Poder público	2.043	1008602
Serviço público	34	348.875
Iluminação pública	12	1.620.893
CEMAR	13	4.341
Total	101.984	12.440.508

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

Encontram-se no município duas agências bancárias: uma do Bradesco e outra do Banco do Brasil, uma Casa Lotérica e uma Agência dos Correios.

A comunicação é realizada pela rádio FM Guará e os serviços de Internet e telefonia móvel são de responsabilidade das empresas CLARO, TIM e OI, porém só a última oferece telefonia fixa.

Folclore e Lazer

O entretenimento dá-se através de quatro quadras poliesportivas, um ginásio esportivo e um estádio de futebol denominado Surebão, aproximadamente dez restaurantes, três casas de shows, vários bares e lanchonetes.

O folclore é representado principalmente por dois grupos de bumba-meu-boi com sotaques de orquestras denominados Brilho de São Miguel e Brilho do Sol Nascente, aproximadamente seis tambores de crioula e dez quadrilhas, três danças portuguesas e a dança do coco.

Na parte de artesanato têm a confecção de cestos, balaios, cofos e abanos de palha do babaçu e do buriti, além de imagens de santos feitas de argilas no Povoado Paulica.

Além das festividades religiosas, há o desfile das escolas em homenagem a Independência do Brasil, o aniversário da cidade em 29 de março, com uma programação cultural com bandas na praça de evento, artistas da terra e competições esportivas; o carnaval que tem como principais os blocos tradicionais, Facinho-Facinho, Porca que Fuça, Camaleão e o bloco dos Idosos, além de bandas na praça. Outros eventos são a vaquejada realizada em julho no Parque São Miguel e a exposição agropecuária em setembro.

Lendas

a) São Raimundo dos Mulundus¹⁰

A história de São Raimundo dos Mulundus (Figura 83) tem sua origem na fazenda Mulundus que tinha como primeiros proprietários a família Facas Curtas, pessoas que possuíam bastante poder econômico e escravos da feitoria de Santa Maria.

Essa propriedade contava com uma área extensa e vários vaqueiros, dentre estes, Raimundo Nonato que trabalhava como fábrica (ajudante de vaqueiro). Segundo os antigos, Raimundo ao chegar do campo e após todos adormecerem em sua casa, saía bem devagarzinho e ia a certo lugar, de onde não demorava voltar para deitar e dormir. Seus pais, ao descobrirem as saídas do filho ficaram espantados e resolveram descobrir o segredo. Sem que fossem vistos, acompanharam-no e ficaram surpreendidos quando olharam Raimundo ajoelhado a uma pedra bem grande rezando, o que fez com que os pais voltassem intrigados.

¹⁰PREFEITURA DE VARGEM GRANDE.

Como era costume, todos os dias os vaqueiros iam ao campo vaquejar e, ao entardecer, entoavam o bonito cântico dos boiadeiros. Havia um lugar ou vereda, que era o ponto de encontro deles e, certo dia, quando estavam todos reunidos deram por falta de Raimundo. Saíram então a procurá-lo, vasculharam todos os lugares onde seria possível encontrá-lo e quando a noite já estava avançada, seu pai lembrara de suas saídas noturnas e com outros vaqueiros rumaram para o lugar. Enquanto isso acontecia, a sua mãe aflita, pedia a Deus que nada de mal houvesse acontecido com seu filho.

Quando chegaram ao local, depararam com uma cena triste, porém serena como se fosse para consolar os pais. Raimundo estava lá morto, caído com o pescoço quebrado e o chapéu de lado. Já estava santificado, pois do seu corpo saía um aroma tão agradável que ninguém podia explicar. Levaram o corpo de Raimundo, sepultaram-no numa capelinha onde os padres celebravam as missas nas ocasiões de desobriga.

Um belo dia, quando sua mãe foi depositar flores em seu túmulo, este estava vazio e seu corpo havia desaparecido. A notícia espalhou-se por toda a parte. Ao redor da pedra onde ele foi encontrado morto, nasceu uma bonita carnaubeira como se fosse uma cerca ao seu redor, dando três ou quatro voltas.

A notícia da santificação ia cada vez mais se espalhando e a Fazenda dos Mulundus passou a ser frequentada por gente de toda a parte e cada pessoa que lá chegava, tirava um pedaço de palha de carnaubeira para fazer chá e, aquele que a tocava, ficava curado. Como o número de pessoas que se dirigia para o local era muito grande, a retirada de folhas, troncos e até mesmo da terra, fez com que a planta morresse. Mesmo assim a caminhada para lá continuava.

Fizeram, então, uma capelinha no lugar onde Raimundo foi encontrado e começaram a louvá-lo com ladainhas, orações e foguetes, tudo isso no dia 31 de agosto, dia em que o vaqueiro milagroso foi ali santificado.

Os escravos Raimundo Secundo, Quirino Martimiano, Fé Ferino e Militão José Cabral afirmaram que viram o corpo santificado e que o corpo havia desaparecido por ter sido levado para Roma. Com a queda da Monarquia, os donos da fazenda e dos escravos tiveram que vender suas terras, passando assim a vários donos até chegar às mãos do Coronel Francisco Solano Rodrigues.

A festa continuava com amor e devoção e era dirigida pelos negros e chefiada pelo negro Macário Pereira Silva, isto aproximadamente em 1858, após a compra das terras.

D. Luiza, proprietária que residia em uma fazenda bem próxima no lugar Primavera, aflita porque um dos seus filhos, Saul irmão de Nina Rodrigues adoeceu gravemente,

lembrou-se de São Raimundo pedindo-lhe que intercedesse junto ao Pai para que seu filho fosse curado, prometendo-lhe que se alcançasse tal graça, trabalharia a punho (com as próprias mãos) embora fosse rica, para mandar buscar uma imagem com o dinheiro ganho.

Logo, seu filho se restabeleceu e a mesma começou a trabalhar, arranhou a quantia de 1,00 \$ 70 (um conto e setenta réis) e mandou buscar em Portugal uma linda imagem, feita de madeira e coberta com material todo especial. Essa compra foi realizada através dos irmãos portugueses residentes em São Luís. Imediatamente D. Luzia organizou uma grande romaria, que saiu de Vargem Grande no dia 21 de agosto, pernoitando no lugar denominado – Nova Olinda, continuando ao amanhecer e chegando à tardinha em Mulundus, onde havia um novenário. Essa festa continuava até o dia 31 e no dia seguinte, 1º de setembro numa bela procissão, a imagem retornava para Vargem Grande, onde ficava guardada na Igreja de São Sebastião.

Em 1954, D. José Delgado, Bispo do Maranhão, resolveu mudar a festa para Vargem Grande, onde continua até hoje (Figura 84).

Figura 83 – Imagem de São Raimundo dos Mulundus – 2012



Fonte: IMESC

Figura 84 – Festa de São Raimundo dos Mulundus – 2009



Fonte: FERNANDES, 2009

b) Morro do Arrebetado¹¹

Uma das histórias é que existia um morro junto ao lugar Ourives que todos os anos sofria uma explosão acompanhada de grande estrondo. Esse barulho era tão alto que era ouvido à distância de 8 léguas. Por esse motivo o chamavam de morro do Arrebetado, porque a explosão abria grandes fendas no morro, arrojando pedras com tanta força, que já tem matado animais.

Transportes

A sede municipal de Vargem Grande está a 175 km da cidade de São Luís podendo ser alcançada pelas BRs 135 e 222, sendo a cidade atravessada pela última.

Apesar de possuir um terminal rodoviário, o município não dispõe do serviço de linhas de ônibus ligando-o diretamente a capital; esse percurso é realizado por vans diariamente, porém a população utiliza os ônibus que se deslocam para os municípios de Urbano Santos, Araióses e Tutóia e das linhas interestaduais para o Norte do Piauí e Ceará.

¹¹ IBGE, 1959.

O traslado do espaço urbano para o rural é feito principalmente por mototáxis e caminhonetes e/ou pequenos caminhões com parte da carroceria adaptada com madeiras e lonas, denominados pau de arara. Na sede, o deslocamento é realizado principalmente por motos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Herbert Jorge de. **Programa levantamentos geológicos básicos do Brasil**. São Luís SW/NN, folhas SÃO 23 V e SÃO 23Y. Estado do Pará e Maranhão. Brasília: CPRM, 2000.1 mapa. Escala 1.500.000.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Anatel dados**, 2009. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>>. Acesso em: 8 dez. 2012.

AMARAL, Joseli. **Histórias e retratos de Matões do Norte**. São Luís: [s.n.], 2010.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO MARANHÃO. São Luís: IMESC, v.4, 2010.

BEZERRA, Nicodemos. **Primeira escola mirandense, situada à rua Velha**. 2011. 1 figura. Disponível em: <<http://museuvirtualdemirandadonorte.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de informação da atenção básica**: 2013. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

_____. **Sistema de informações de vigilância epidemiológica: malária**, 2011. Disponível em: <http://portalweb04.saude.gov.br/sivep_malaria/default.asp>. Acesso em: 27 mar. 2012.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas**: 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas escolar do Maranhão**: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2006.

FERNANDES, Pedro. **Festa de São Raimundo dos Mulundus**. 2009. 1 figura. Disponível em: <<http://blogdopedrofernandes.wordpress.com/2009/08/27/viagens-pelo-maranhao-sao-raimundo-dos-mulundus-em-vargem-grande/>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

FUNDAÇÃO VALE. **Um olhar sobre Itapecuru-Mirim**: diagnóstico sócio ambiental, 2006. Disponível em: <http://www.fundacaovale.org/pt-br/a-fundacao-vale/como-atuamos/Documents/estrada-de-ferro-carajas/livreto_ItapecuruMirim.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2013.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: ano 2010. São Luís: IMESC, v.3, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. v.15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de recuperação automática_SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 out. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**: perfil municipal. Disponível em: <<http://atlasbrasil.ipea.gov.br/2013/pt/perfil>>. Acesso em: 10 maio 2013.

JABLONSKY, Tibor. **Miranda em 1957**. 1957. 1 figura. Disponível em: <<http://museuvirtualdemirandadonorte.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. **Povoado Miranda e BR-135 em construção**. 1957. 1 figura. Disponível em: <<http://museuvirtualdemirandadonorte.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Censo escolar 2012**. São Luís, 2012.

_____. Secretaria de Educação. Projeto de Coordenação e Assistência Técnica e Financeira ao Ensino Municipal – PROMUNICÍPIO. **História e vida de Nina Rodrigues**. São Luís, 1982.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário histórico geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: FonFon e Seleta, 1970.

BOI DE NINA RODRIGUES. **Batizado do Boi de Nina Rodrigues**. 2012. 1 figura. Disponível em: <boideninarodrigues.blogspot.com/>. Acesso em: 13 maio 2013.

OLIVEIRA, Cêuriode. **Dicionário cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO. Período: 2006 – 2010. São Luís: IMESC, v. 8, 2012.

REIS, José de Ribamar Sousa dos. **Amostra do populário maranhense**: lendas, crenças e outras histórias da tradição oral. São Luís: [s.n.], 2008.

SIQUEIRA, Daniel. **Igreja Assembleia de Deus**. 2012. 1 figura. Disponível em: <<http://danielsiqueiraadm.wordpress.com/category/nina-rodrigues-ma/>>. Acesso em: 20 ago 2013.

SOARES, Éden do Carmo. **Peixes do Mearim**. São Luís: Geia, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Laboratório de Geoprocessamento – LABGEO. **Atlas do Maranhão**, 2. ed. São Luís: Geplan, 2002.

ÍNDICE

CANTANHEDE, 20

- Agricultura, 32
 - Agricultura Temporária, 33
 - Horticultura, 34
 - Agricultura Permanente, 35
- Ambiente Físico, 24
- Comércio, 38
- Condição do Produtor, 29
- Demografia, 30
- Economia, 32
- Educação, 32
- Espaço Rural, 27
- Espaço Urbano, 25
- Extensão, 24
- Extrativismo, 36
- Folclore e Lazer, 41
- Indústria, 37
- Infraestrutura, 40
- Localização, 22
 - Mapa do Município, 23
- Pecuária, 35
- Pesca, 37
- Poderes Judiciário e Legislativo, 39
- Processo de Ocupação, 24
- Religião, 39
- Saúde e Assistência Social, 31
- Serviços e Comunicação, 41
- Símbolos Municipais, 20
 - Bandeira, 21
 - Brasão, 20
 - Hino, 22
- Transporte, 42
- Turismo, 37
- Utilização das Terras, 28

ITAPECURU-MIRIM, 43

- Agricultura, 59
 - Agricultura Temporária, 60
 - Horticultura, 61
 - Agricultura Permanente, 62
- Ambiente Físico, 50
- Condição do Produtor, 56
- Comércio, 67
- Demografia, 57
- Economia, 59
- Educação, 59
- Espaço Rural, 53
- Espaço Urbano, 51
- Extensão, 45
- Extrativismo, 64
- Fatos Históricos, 48
- Folclore e Lazer, 71
- Indústria, 67
- Infraestrutura, 69
- Localização, 45
 - Mapa do Município, 46
- Pecuária, 63
- Pesca, 66
- Poderes Judiciário e Legislativo, 68
- Processo de Ocupação, 45
- Religião, 68
- Saúde, 58
- Serviços e Comunicação, 70
- Símbolos Municipais, 43
 - Bandeira, 43
 - Brasão, 43
 - Hino, 44
- Transporte, 72
- Turismo, 68
- Utilização das Terras, 55

MATÕES DO NORTE, 74

Agricultura, 87
 Agricultura Temporária, 87
 Horticultura, 88
 Agricultura Permanente, 89
 Ambiente Físico, 79
 Comércio, 93
 Condição do Produtor, 83
 Demografia, 84
 Economia, 87
 Educação, 86
 Espaço Rural, 82
 Espaço Urbano, 80
 Extensão, 77
 Extrativismo, 91
 Folclore e Lazer, 96
 Indústria, 92
 Infraestrutura, 95
 Lendas, 98
 Localização, 77
 Mapa do Município, 78
 Pecuária, 90
 Pesca, 92
 Poderes Judiciário e Legislativo, 94
 Processo de Ocupação, 77
 Religião, 94
 Saúde, 85
 Serviços e Comunicação, 96
 Símbolos Municipais, 74
 Bandeira, 75
 Brasão, 74
 Hino, 76
 Transporte, 99
 Turismo, 92
 Utilização das Terras, 82

MIRANDA DO NORTE, 100

Agricultura, 115
 Agricultura Temporária, 115
 Horticultura, 117
 Agricultura Permanente, 117
 Ambiente Físico, 106
 Comércio, 122
 Condição do Produtor, 112
 Demografia, 112
 Economia, 115
 Educação, 114
 Espaço Rural, 110
 Espaço Urbano, 107
 Extensão, 102
 Extrativismo, 120
 Folclore e Lazer, 126
 Indústria, 121
 Infraestrutura, 124
 Localização, 102
 Mapa do Município, 103
 Pecuária, 118
 Pesca e Piscicultura, 120
 Poderes Judiciário e Legislativo, 123
 Processo de Ocupação, 102
 Religião, 123
 Saúde e Assistência Social, 113
 Serviços e Comunicação, 126
 Símbolos Municipais, 100
 Bandeira, 100
 Brasão, 100
 Hino, 101
 Transporte, 127
 Turismo, 122
 Utilização das Terras, 110

NINA RODRIGUES, 128

Agricultura, 144
 Agricultura Temporária, 144
 Horticultura, 145
 Agricultura Permanente, 146
 Ambiente Físico, 134
 Condição do Produtor, 140
 Comércio, 151
 Demografia, 141
 Economia, 144
 Educação, 143
 Espaço Rural, 139
 Espaço Urbano, 136
 Extensão, 131
 Extrativismo, 148
 Fatos Históricos, 133
 Folclore e Lazer, 154
 Indústria, 150
 Infraestrutura, 153
 Localização, 129
 Mapa do Município, 130
 Pecuária, 147
 Pesca e Piscicultura, 149
 Poderes Judiciário e Legislativo, 151
 Processo de Ocupação, 131
 Religião, 151
 Saúde e Assistência Social, 142
 Serviços e Comunicação, 154
 Símbolos Municipais, 128
 Bandeira, 128
 Brasão, 128
 Hino, 129
 Transporte, 155
 Turismo, 150
 Utilização das Terras, 139

PIRAPEMAS, 156

Agricultura, 169
 Agricultura Temporária, 169
 Horticultura, 170
 Agricultura Permanente, 170
 Ambiente Físico, 160
 Comércio, 175
 Condição do Produtor, 165
 Demografia, 166
 Economia, 168
 Educação, 168
 Espaço Rural, 164
 Espaço Urbano, 161
 Extensão, 158
 Extrativismo, 172
 Folclore e Lazer, 178
 Indústria, 174
 Infraestrutura, 177
 Localização, 158
 Mapa do Município, 159
 Pecuária, 171
 Pesca e Piscicultura, 173
 Poderes Judiciário e Legislativo, 176
 Processo de Ocupação, 158
 Religião, 176
 Saúde e Assistência Social, 167
 Serviços e Comunicação, 178
 Símbolos Municipais, 156
 Bandeira, 156
 Brasão, 156
 Hino, 157
 Transporte, 179
 Turismo, 174
 Utilização das Terras, 164

PRESIDENTE VARGAS, 180

Agricultura, 193
 Agricultura Temporária, 193
 Horticultura, 194
 Agricultura Permanente, 194
 Ambiente Físico, 184
 Comércio, 198
 Condição do Produtor, 189
 Demografia, 190
 Economia, 193
 Educação, 192
 Espaço Rural, 187
 Espaço Urbano, 185
 Extensão, 183
 Extrativismo, 196
 Folclore e Lazer, 201
 Indústria, 198
 Infraestrutura, 200
 Localização, 181
 Mapa do Município, 182
 Pecuária, 195
 Pesca, 197
 Poderes Judiciário e Legislativo, 198
 Processo de Ocupação, 183
 Religião, 199
 Saúde e Assistência Social, 190
 Serviços e Comunicação, 201
 Símbolos Municipais, 180
 Bandeira, 180
 Brasão, 180
 Hino, 181
 Transporte, 203
 Turismo, 198
 Utilização das Terras, 189

VARGEM GRANDE, 204

Agricultura, 222
 Agricultura Temporária, 222
 Horticultura, 223
 Agricultura Permanente, 224
 Ambiente Físico, 211
 Comércio, 228
 Condição do Produtor, 217
 Demografia, 218
 Economia, 221
 Educação, 220
 Espaço Rural, 215
 Espaço Urbano, 212
 Extensão, 207
 Extrativismo, 226
 Fatos Históricos, 209
 Folclore e Lazer, 232
 Indústria, 227
 Infraestrutura, 230
 Lendas, 232
 Localização, 207
 Mapa do Município, 208
 Pecuária, 225
 Pesca e Piscicultura, 227
 Poderes Judiciário e Legislativo, 228
 Processo de Ocupação, 207
 Religião, 229
 Saúde e Assistência Social, 219
 Serviços e Comunicação, 231
 Símbolos Municipais, 204
 Bandeira, 205
 Brasão, 204
 Hino, 206
 Transporte, 235
 Turismo, 228
 Utilização das Terras, 216



